

FLÁVIA LEÃO ALMEIDA SILVA

**TRABALHO ARTESANAL E SUAS INTER-RELAÇÕES COM O  
UNIVERSO DOMÉSTICO: ESTUDOS DE CASO EM VIÇOSA, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2014

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S586t  
2014

Silva, Flávia Leão Almeida, 1988-

Trabalho artesanal e suas inter-relações com o universo doméstico: estudos de caso em Viçosa, MG / Flávia Leão Almeida Silva. - Viçosa, MG, 2014.

xiii, 99f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Amélia Carla Sobrinho Bifano.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.106-112.

1. Artesanato. 2. Trabalho manuais. 3. Organização racional do trabalho. 4. Ambiente doméstico. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 745.5

FLÁVIA LEÃO ALMEIDA SILVA

**TRABALHO ARTESANAL E SUAS INTER-RELAÇÕES COM O  
UNIVERSO DOMÉSTICO: ESTUDOS DE CASO EM VIÇOSA, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA: 3 de junho de 2014.

---

Geraldo Márcio Timóteo

---

Rita de Cássia Pereira Farias

---

Amelia Carla Sobrinho Bifano  
(Orientadora)

**Dedico este trabalho à minha querida  
mãezinha, luz da minha vida e paz nos  
momentos de angústia, e à minha irmã,  
companheira de sangue e de alma.**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por nunca ter me desamparado e por ter colocado tantas pessoas boas no meu caminho, não me permitindo desanimar. A Nossa Senhora, mãezinha querida, por sempre passar na frente, abrindo o longo caminho diante dos desafios percorridos.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade, pela estrutura e pelo apoio dados através do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela bolsa concedida.

À minha orientadora, prof<sup>a</sup> Amelia Carla, por compartilhar comigo tanto conhecimento e por compreender os meus momentos de dificuldades.

Aos meus coorientadores, pelas leituras, pelos cuidados e por seus questionamentos. Aos professores da minha Banca de Defesa, pelas importantes contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos funcionários do DED, pela atenção, pelo carinho e por sempre se disponibilizarem a resolver nossa correria estudantil.

À minha mãe, Rosangela, pela sua amizade e cumplicidade em todos os momentos da minha vida, pela serenidade e tranquilidade que me transmitiu nos momentos de desespero, pela ajuda, inclusive, em assuntos acadêmicos. Acima de tudo, por me ensinar que nossos valores estão acima de qualquer sucesso.

À minha Caquita, pelo apoio, pelo companheirismo e pela ajuda de todas as horas, principalmente pela hospedagem na capital durante os congressos e pelas horas (não pagas) em que me serviu de motorista.

À minha (grande) família, por sempre acreditar em mim, independentemente das nossas diferenças.

Aos meus amigos, que são a extensão da minha família.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                 | Página |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| LISTA DE FIGURAS .....                                                                                                          | vi     |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....                                                                                            | vii    |
| 1 INTRODUÇÃO .....                                                                                                              | 1      |
| CAPÍTULO 1. Procedimentos metodológicos.....                                                                                    | 7      |
| 1.1 Caracterização do estudo .....                                                                                              | 7      |
| 1.2 O método da Análise Ergonômica do Trabalho (AET).....                                                                       | 7      |
| 1.3 A Análise Ergonômica do Trabalho (AET).....                                                                                 | 8      |
| 1.3.1 Pesquisa documental.....                                                                                                  | 8      |
| 1.3.2 Observações abertas.....                                                                                                  | 9      |
| 1.3.3 Entrevista em autoconfrontação.....                                                                                       | 9      |
| 1.3.4 A adaptação da AET para a condução do presente estudo .....                                                               | 9      |
| 1.3.5 A análise de dados .....                                                                                                  | 13     |
| 1.4 Local do estudo .....                                                                                                       | 13     |
| 1.5 O processo de escolha dos sujeitos da pesquisa .....                                                                        | 17     |
| 1.6 Considerações éticas.....                                                                                                   | 20     |
| CAPÍTULO 2. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL .....    | 21     |
| 2.1 Contextualização sócio-histórica do trabalho artesanal diante das transformações no mundo do trabalho: panorama geral ..... | 22     |
| 2.2 As transformações no contexto brasileiro .....                                                                              | 30     |
| 2.3 As formas de organização do trabalho no Brasil contemporâneo .....                                                          | 34     |
| 2.4 Algumas considerações sobre as novas formas de organização do trabalho artesanal na contemporaneidade brasileira.....       | 39     |
| CAPÍTULO 3. INICIATIVAS DE INCENTIVO AO TRABALHO ARTESANAL ENQUANTO POSSIBILIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA .....           | 43     |
| 3.1 Programas e instituições de incentivo ao trabalho artesanal brasileiro .....                                                | 46     |
| 3.1.1 Programa de Artesanato Brasileiro (PAB).....                                                                              | 46     |
| 3.1.2 Programa SEBRAE de Artesanato (PSA) .....                                                                                 | 48     |
| 3.1.3 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) .....                               | 49     |
| 3.1.4 Central Mãos de Minas .....                                                                                               | 50     |
| 3.1.5 Circuitos turísticos .....                                                                                                | 52     |
| 3.2 Algumas considerações acerca da atuação dos programas no município de Viçosa .....                                          | 53     |
| CAPÍTULO 4. CONEXÕES DO TRABALHO ARTESANAL COM O UNIVERSO DOMÉSTICO .....                                                       | 57     |
| 4.1 Grupo Informal: o caso do Programa de Interação Mãe-Criança.....                                                            | 59     |
| 4.1.1 Principais atividades do grupo .....                                                                                      | 60     |
| 4.1.2 Organização e distribuição das atividades .....                                                                           | 62     |
| 4.1.3 Espaço público x espaço doméstico.....                                                                                    | 64     |

|                                                                                                  |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 4.1.4 Divisão Social e Sexual do trabalho .....                                                  | 66 |
| 4.2 Núcleo de Produção Familiar: um caso de artesãos na Zona Rural de Teixeira, MG .....         | 67 |
| 4.2.1 Organização e distribuição das atividades .....                                            | 69 |
| 4.2.2 Espaço público x espaço doméstico.....                                                     | 71 |
| 4.2.3 Divisão Social e Sexual do trabalho .....                                                  | 78 |
| 4.3 Empreendimentos Artesanais Solidário: o caso da Associação de Artesãos de Viçosa (ADAV)..... | 80 |
| 4.3.1 Organização e distribuição das atividades .....                                            | 82 |
| 4.3.2 Espaço público x espaço doméstico.....                                                     | 82 |
| 4.4 Empresa artesanal: o caso de uma marcenaria em Viçosa, MG.....                               | 82 |
| 4.4.1 Organização e distribuição das atividades .....                                            | 83 |
| 4.4.2 Espaço público x espaço doméstico.....                                                     | 84 |
| 4.4.3 Divisão Social e Sexual do trabalho .....                                                  | 85 |
| 4.5 Algumas considerações .....                                                                  | 85 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                                                        | 88 |
| REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....                                                                   | 93 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                              |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Esquema geral das etapas da Análise Ergonômica do Trabalho (AET).....                                                                             | 8  |
| Figura 2 – Método de coleta de dados baseado na AET.....                                                                                                     | 10 |
| Figura 3 – Representação da microrregião de Viçosa, na Zona da Mata de Minas Gerais.<br>.....                                                                | 15 |
| Figura 4 – Organização do sistema de produção artesanal tradicional europeu. Fonte:<br>Dados da pesquisa (2014). ....                                        | 23 |
| Figura 5 – Aproximação do trabalho artesanal em relação ao “mundo do trabalho” e ao<br>“mundo doméstico”.....                                                | 40 |
| Figura 6 – Quadro comparativo das principais iniciativas de incentivo ao trabalho<br>artesanal quanto ao nível de atuação, abordagem e forma de atuação..... | 54 |
| Figura 7 – Vasos de flores feitos para a comercialização na Semana do Fazendeiro. ....                                                                       | 61 |
| Figura 8 – Enfeites de natal.....                                                                                                                            | 62 |
| Figura 9 – Casa PIMC. Vista externa.....                                                                                                                     | 64 |
| Figura 10 – Casa PIMC. Cozinha. ....                                                                                                                         | 65 |
| Figura 11 – Casa PIMC. Sala de atividades.....                                                                                                               | 65 |
| Figura 12 – Casas das mulheres vistas da lateral da casa do PIMC.....                                                                                        | 66 |
| Figura 13 – Sede do Rebusca vista da casa do PIMC. ....                                                                                                      | 66 |
| Figura 14 – Vista da casa principal. ....                                                                                                                    | 71 |
| Figura 15 – Cozinha 1. Grupo familiar. ....                                                                                                                  | 72 |
| Figura 16 – Área comum às duas cozinhas.....                                                                                                                 | 72 |
| Figura 17 – Cozinha 2.....                                                                                                                                   | 73 |
| Figura 18 – Cozinha 2.....                                                                                                                                   | 73 |
| Figura 19 – Sala, também usada para negociações e estocagem de produtos.....                                                                                 | 74 |
| Figura 20 – Cozinha interna ao domicílio.....                                                                                                                | 74 |
| Figura 21 – Cômodo interno à casa, utilizado como estoque dos produtos e local de<br>vendas.....                                                             | 75 |
| Figura 22 – ADAVI na Praça da Matriz, aos sábados. ....                                                                                                      | 81 |
| Figura 23 – ADAVI. Praça de alimentação. ....                                                                                                                | 81 |



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                |                                                                                              |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| ABEXA          | Associação Brasileira de Exportação de Artesanato                                            |
| ADAPAC         | Associação de Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros da Região de Viçosa – MG.          |
| ADAV           | Associação de Artesãos de Viçosa                                                             |
| AET            | Análise Ergonômica do Trabalho                                                               |
| APAE           | Associação de Pais e Amigos do Excepcional                                                   |
| ARTESOL        | Artesanato Solidário                                                                         |
| ASSOVI         | Associação de Agricultores Familiares de Viçosa                                              |
| BNDES          | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social                                         |
| CEFE           | Competência Econômica baseada na Formação de Empreendedores                                  |
| CNPJ           | Cadastro nacional de pessoa jurídica                                                         |
| CODEFAT        | Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador                                      |
| CPF            | Cadastro de Pessoa Física                                                                    |
| DOU            | Diário Oficial da União                                                                      |
| ECINF          | Economia Informal Urbana                                                                     |
| EMATER-MG      | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais                    |
| EPP            | Empresa de pequeno porte                                                                     |
| ESAV           | Escola Superior de Agricultura e Veterinária                                                 |
| FUNDEC         | Fundo de Desenvolvimento de Programas Cooperativos ou Comunitários de Infraestruturas Rurais |
| IBGE           | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                              |
| IDH            | Índice de Desenvolvimento Humano                                                             |
| Instituto CAPE | Instituto de Capacitação e Apoio ao Empreendedor                                             |
| LBA            | Legião Brasileira de Assistência                                                             |
| MDIC           | Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior                                 |
| ME             | Microempresa                                                                                 |
| MEI            | Microempreendedor individual                                                                 |
| MUNIC          | Pesquisa de Municípios                                                                       |
| OIT            | Organização Internacional do Trabalho                                                        |
| ONG            | Organização não governamental                                                                |
| OSCIP          | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público                                          |
| PAB            | Programa de Artesanato Brasileiro                                                            |
| PANFLOR        | Programa Nacional de Formação Profissional                                                   |
| PIB            | Produto Interno Bruto                                                                        |
| PIMC           | Programa de Interação Mãe-Criança                                                            |
| PROEMPREGO     | Programa de emprego                                                                          |
| PRONAF         | Programa Nacional de Agricultura Familiar                                                    |
| PRORENDA       | Programa de Geração de Emprego e Renda                                                       |
| PSA            | Programa Sebrae de Artesanato                                                                |
| SEAC           | Secretaria de Ação Comunitária                                                               |
| SEBRAE         | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas                                     |
| SENAES         | Secretaria Nacional de Economia Solidária                                                    |
| SENAR          | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural                                                       |
| SETAS-MG       | Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social                                               |
| UFV            | Universidade Federal de Viçosa                                                               |

## RESUMO

SILVA, Flávia Leão Almeida, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2014. **Trabalho artesanal e suas inter-relações com o universo doméstico: estudos de caso em Viçosa, MG.** Orientadora: Amelia Carla Sobrinho Bifano. Coorientadores: Francisco de Paula Antunes Lima e Maria das Dores Saraiva de Loreto.

Esta pesquisa trata de uma análise sobre o trabalho artesanal em termos tanto de sua conceituação quanto do modo como ele tem sido organizado no atual cenário brasileiro. O trabalho artesanal sempre esteve ligado à habilidade do homem de transformar artefatos em objetos carregados de aspectos sociais e, conseqüentemente, ao cotidiano do indivíduo, seja como atividade de trabalho ou de lazer, sendo, portanto, uma das formas mais antigas de organização da atividade de trabalho. No início dos anos 1990, o cenário econômico brasileiro foi marcado, sobretudo no meio urbano, pela questão do desemprego e subemprego, cuja tendência era aumentar devido ao processo de urbanização em franca expansão. Desde então, o trabalho artesanal tem sido tratado pelos governos federal e estadual como forma alternativa de geração de trabalho, emprego e renda, principalmente nas pequenas e médias cidades. Esse tipo de atividade é incentivado tanto por leis que incentivam a organização do pequeno trabalhador quanto por instituições cujo foco principal é o artesanato brasileiro. Considerando a repercussão econômica e social dessa atividade no atual cenário econômico brasileiro, a pesquisa buscou compreender como os artesãos estão se organizando a fim de se inserirem no mercado de trabalho atual, marcado pelo desemprego e por condições precárias de trabalho, e como eles têm conciliado as suas atividades de trabalho com as atividades relacionadas ao universo doméstico. Especificamente, buscou-se: identificar como tem sido organizado o trabalho artesanal no atual cenário econômico brasileiro, mais especificamente no contexto da cidade de Viçosa, MG; analisar as políticas e os programas voltados (direta e/ou indiretamente) ao trabalho artesanal, em níveis nacional, estadual e municipal, examinando a aplicabilidade deles na cidade de Viçosa, MG; e analisar as conexões do trabalho artesanal com a vida doméstica, comparando aspectos de produção e reprodução social entre as formas de organização identificadas. A metodologia da pesquisa foi baseada no método da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), que foi primordial para entender as questões propostas inicialmente. Foi possível perceber que no atual cenário político e econômico, onde predominam organizações cujas conformações produtivas são baseadas no capitalismo, os artesãos buscam a melhor

forma possível de se organizarem, de acordo com as suas necessidades específicas. Portanto, eles podem estar envolvidos, simultaneamente, em mais de um programa e ser beneficiados por diferentes políticas. Apesar de haver no Estado de Minas Gerais programas considerados referência em assistência ao artesão, seja ele urbano ou rural, ficou evidente que em cidades do interior, como Viçosa, o acesso dos artesãos aos benefícios propostos por eles fica limitado, seja por falta de divulgação das possibilidades existentes, seja pela dificuldade de acesso dos artesãos aos representantes dessas instituições. Quanto à relação com o universo doméstico, foi possível identificar os espaços (doméstico ou não) utilizados durante a produção e aspectos referentes à divisão social e sexual do trabalho, como: a hierarquia entre os membros do mesmo grupo, o reforço das atividades naturalizadas femininas (como a preparação dos alimentos, o cuidado com os filhos, a higienização e limpeza do lar) e o modo como as mulheres as conciliavam com as atividades de produção.

## ABSTRACT

SILVA, Flávia Leão Almeida, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June of 2014. **Craft work and their interrelations with the domestic universe: case studies in Viçosa, MG.** Adviser: Amelia Carla Sobrinho Bifano. Co-advisers: Francisco de Paula Antunes Lima and Maria das Dores Saraiva de Loreto.

This research is an analysis of the craftwork in terms of both its concept as the way it has been held in the current Brazilian scenario. The craftwork has always been linked to man's ability to transform artifacts charged objects of social aspects and thus the individual's daily life, whether as a work activity or leisure. Therefore it's one of the oldest forms of organization of the activity work. In the early 1990s, the Brazilian economic scenario was marked, especially in urban areas, the issue of unemployment and underemployment, whose tendency was to increase due to urbanization booming. Since then, the craft work has been handled by the federal and state governments as an alternative way of generating work, employment and income, especially in small and medium cities. This type of activity is encouraged both by laws that encourage the small worker organization as by institutions whose primary focus is the Brazilian artisan. Considering the economic and social impact of this activity in the current Brazilian economic scenario, the research sought to understand how the artisans are organizing in order to fall within the current job market, marked by unemployment and poor working conditions, and how they have reconciled their work activities with the activities related to domestic universe. Specifically, we sought to: identify how the craftwork has been organized in the current economic environment in Brazil, more specifically in the context of Viçosa, MG; analyze policies and programs aimed (directly and / or indirectly) to craft work, at national, state and municipal levels, examining the applicability of them in the city of Viçosa, MG; and analyze the connections of craft work and family life, comparing aspects of social production and reproduction between the forms of organization identified. The research methodology was based on the method of Ergonomic Work Analysis (AET), which was central to understanding the issues initially proposed. It could be observed that in the current political and economic climate, dominated organizations whose productive conformations are based on capitalism, artisans seek the best possible way to organize, according to their specific needs. Therefore, they may be involved simultaneously in more than one program and be benefited by different policies. Although there are in the state of Minas Gerais considered referral programs in assisting the craftsman, whether urban

or rural, it became apparent that in towns, as Viçosa, the access of craftsmen to the proposed benefits for them is limited, either for lack of disclosure existing possibilities, is the difficulty of access of craftsmen to representatives of these institutions. As for relations with the domestic world, we could identify the spaces (domestic or not) used during production and aspects related to the social and sexual division of labor, as the hierarchy between members of the same group, strengthening activities naturalized female (such as food preparation, care for the children, the hygiene and cleanliness of the home) and how women reconciled with the production activities.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata de uma análise sobre o trabalho artesanal em termos tanto de sua conceituação quanto do modo como ele tem sido organizado no atual cenário brasileiro.

Dada a complexidade e a diversidade do termo, optou-se por não definir nem caracterizar o trabalho artesanal, a priori. Considerando as variações no significado de “trabalho” e, conseqüentemente, de “trabalho artesanal”, buscou-se contextualizar as diferentes realidades em que essa atividade tem sido executada desde os seus primórdios, a fim de propor, ao final do estudo, uma conceituação que levasse em consideração todo o processo de produção (e não apenas o produto final ou os instrumentos utilizados), além do conhecimento envolvido na execução das tarefas. Portanto, as discussões levantadas ao longo deste estudo levaram à reflexão sobre o tema, possibilitando propor um conceito baseado nas principais características do mundo do trabalho contemporâneo, marcado por uma sociedade conduzida pelo sistema capitalista de produção.

Em geral, o trabalho artesanal sempre esteve ligado à habilidade do ser humano de transformar artefatos em objetos carregados de aspectos sociais e, conseqüentemente, ao cotidiano do indivíduo, seja como atividade de trabalho ou de lazer, sendo, portanto, uma das formas mais antigas de organização da atividade de trabalho. Diante das transformações no mundo do trabalho, marcado principalmente pelos acontecimentos da Revolução Industrial (no século XVIII) e pela Revolução Tecnológica (no final do século XX), o modo de organização dessa atividade foi sendo modificado. No entanto, ele nunca perdeu seu valor enquanto atividade socializadora, muito menos sua capacidade de contribuir com a renda familiar.

No início dos anos 1990, o trabalho artesanal passou a ser incentivado pelos governos federal e estadual devido ao seu forte potencial gerador de trabalho, ocupação e renda<sup>1</sup> (VIEIRA FILHO; DUARTE; SOUZA, 2006; BARBOSA, 2008; MASCENE; TEDESCHI, 2010; RORIZ, 2010; SANTOS, 2010; SINGER, 2012). O interesse por esse tipo de atividade pode ser justificado, sobretudo, por dois aspectos que marcaram o cenário econômico brasileiro nesse período e que ainda repercutem nos dias atuais: o

---

<sup>1</sup> De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2002), o Brasil conta com 8,5 milhões de artesãos e movimenta cerca de R\$28 bilhões por ano, o que corresponde a 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

crescimento das atividades classificadas como “informais” e o destaque das pequenas e médias cidades diante do processo de desconcentração industrial.

O fenômeno da “informalidade” tem sido classificado e caracterizado a partir de diferentes abordagens, podendo assumir caráter social, econômico ou jurídico, de acordo com a perspectiva adotada em cada estudo. Entre os anos 1940 e 1970, o “trabalho informal” aparecia à medida que a mão de obra camponesa que migrava para a cidade não era completamente absorvida nas atividades industriais, consideradas formais. Ele era considerado, portanto, algo transitório, uma adaptação às transformações produtivas, em que os indivíduos se ocupavam de atividades não atrativas economicamente até serem absorvidos pelo mercado de trabalho (RIBEIRO, 2000; THEODORO, 2000; NORONHA, 2003; LEITE et al., 2014). Contudo, a partir dos anos 1970 e mais consideravelmente nos anos 1980, a “informalidade” passou a ser resultante dos processos de reestruturação produtiva, por meio dos quais “a economia cresce expulsando os trabalhadores do mercado formal (através do contínuo processo de enxugamento das empresas), provocando um enorme crescimento do mercado informal de trabalho” (LEITE et al., 2014, p. 22). Essa discussão será aprofundada no capítulo 3.

Nos últimos anos, ganhou destaque na economia do País o número de trabalhadores informais referentes àqueles constituídos por trabalhadores por conta própria, autônomos, assalariados sem carteira, pequenos negócios e pequenas empresas, nos quais prevalece o trabalho familiar ou o domiciliar (MATSUO, 2011; IBGE, 2005). A última pesquisa realizada pelo IBGE (2005) sobre o mercado informal urbano brasileiro apontou que:

No Brasil, em outubro de 2003, existiam 10.335.962 empresas informais que ocupavam 13.860.868 pessoas, incluindo trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada, além dos trabalhadores não remunerados. Verificou-se uma variação de 9% no número de empresas informais, enquanto o crescimento dos postos de trabalho nelas existentes cresceu 8% em relação à pesquisa anterior (IBGE, 2005, p. 22-23).

Simultaneamente ao crescimento da informalidade do início dos anos 1990, o Brasil passava por um processo de desconcentração industrial: por um lado, incentivos fiscais e estratégias de desenvolvimento do governo estimulavam a instalação de indústrias em outras regiões além da área metropolitana de São Paulo, entre as quais se incluía o Estado de Minas Gerais; por outro, diante da situação de desemprego e do caos urbano das grandes cidades, os indivíduos passaram a se movimentar em busca de formas alternativas de trabalho e da melhoria da qualidade de vida (ANDRADE, SERRA, 1998;

STEINBERGER; ANDRADE, SANTOS, SERRA, 2000; AMORIM FILHO; SERRA, 2001; BRUNA, 2001; COSTA, 2002; PEREIRA; LEMOS, 2003; BESSA, 2005; SCHNEIDER, RODARTE, GARCIA, 2010). Nesses dois sentidos, as cidades médias passaram a fazer parte das prioridades de acadêmicos e planejadores de políticas públicas, que as consideravam “como lugares privilegiados em termos de qualidade de vida, de preservação do meio ambiente e do patrimônio urbanístico, e como polos de atração dos crescentes fluxos turísticos” (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007, p. 12). Além disso, elas passaram a ser vistas como forte potencial para o desenvolvimento regional, devido às suas características demográficas e sociais e a ser alvo de políticas públicas (HENRIQUE, 2010; MAIA, 2010).

Considerando a crise no mundo do trabalho no início da década de 1990, ocasionada pela recente reestruturação produtiva e, conseqüentemente, pelo aumento do desemprego e da precarização do trabalho, surgiu um debate no mundo acadêmico sobre o fim do trabalho. Entretanto, ao considerar a capacidade individual das pessoas de se reorganizarem em busca de inserirem a si mesmos e os seus produtos seguindo as novas exigências do mercado, concorda-se com os estudos de Antunes (2003, 2006, 2009), que apontam não para o fim do trabalho, mas, ao contrário, para transformações nas formas de organização das atividades.

A partir de 2000, como desdobramento das políticas e da maior atuação do Estado em relação às propostas de geração de trabalho e renda, o governo brasileiro passou a dar visibilidade ao pequeno trabalhador e àqueles que não se encaixavam na dita “economia formal”. Ganharam ênfase, portanto, políticas de incentivo ao micro empreendedorismo, à agricultura familiar e a atividades não formais baseadas em uma lógica aparentemente diferente da produção capitalista, sendo estas inseridas no setor de economia solidária. O trabalho artesanal pode ser encontrado em todas essas novas formas de organização do trabalho.

Segundo Leite et al. (2014), embora exista um conjunto razoável de estudos que têm analisado essas novas organizações inseridas no setor informal da economia, “a recente difusão de novas formas de trabalho como fruto das transformações econômicas por que vem passando nossa sociedade tem gerado novas formas de inserção ocupacional, cuja complexidade não foi ainda suficientemente elucidada” (LEITE et al., 2014, p. 14).

Assim, diante do exposto, justifica-se o aprofundamento sobre as formas como o trabalho artesanal tem sido organizado no atual contexto econômico brasileiro, com



ênfase nas cidades médias, que têm sido alvos de estudos acadêmicos e de políticas públicas nas duas últimas décadas e, mais especificamente, na cidade de Viçosa, MG.

A proposta deste estudo, porém, vai além da análise da organização do trabalho: pretende-se também relacionar o trabalho artesanal com o trabalho doméstico, contribuindo para o aprofundamento teórico acerca da produção e da reprodução social. Esse interesse se deve ao fato de que essa atividade de trabalho esteve, em sua origem, relacionada ao controle do indivíduo sobre os meios de produção e vinculada ao universo doméstico de forma inseparável.

Em busca de contribuir para o aprofundamento de uma temática tão complexa quanto essa, as discussões sobre o trabalho buscaram considerar duas abordagens: por um lado, a análise do trabalho artesanal enquanto categoria ontológica, considerando os sentidos das atividades de trabalho para cada grupo de artesãos, a finalidade da atividade e seu poder transformador sobre a realidade dos artesãos; por outro, a análise econômica, no que se refere ao seu potencial como empregador e gerador de renda, bem como à organização dos grupos de artesãos diante do atual cenário econômico brasileiro.

Portanto, considerando a repercussão econômica e social dessa atividade no atual cenário econômico brasileiro, a pesquisa buscou compreender como os artesãos estão se organizando a fim de se inserirem no mercado de trabalho atual, marcado pelo desemprego e por condições precárias de trabalho, e como eles têm conciliado as suas atividades de trabalho com as atividades relacionadas ao universo doméstico. Nesse sentido, a principal contribuição desta pesquisa se refere à produção de conhecimento sobre as relações do trabalho artesanal e doméstico no mundo contemporâneo.

Em busca da compreensão desses novos modos de organização do trabalho artesanal na contemporaneidade, surgiram os seguintes questionamentos: Como o trabalho artesanal está organizado dentro do cenário econômico brasileiro atual? Qual tem sido o papel das políticas públicas diante dessa situação? Como a organização do trabalho artesanal tem se efetivado nas cidades médias, visto que estas têm sido alvo de políticas públicas relacionadas principalmente às questões de desenvolvimento? Como entender a dualidade “produção” e “reprodução social”, a partir das atuais conformações do trabalho artesanal e das suas inter-relações (caso elas existam) com o universo doméstico?

Na tentativa de compreender as questões apresentadas, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as novas formas de organização do trabalho artesanal, examinando

as inter-relações entre o trabalho artesanal e o universo doméstico, considerando o atual contexto econômico brasileiro, com ênfase na experiência de Viçosa, MG.

Especificamente, pretendeu-se:

- identificar como tem sido organizado o trabalho artesanal no atual cenário econômico brasileiro, mais especificamente no contexto de Viçosa, MG;
- analisar as políticas e os programas voltados (direta e/ou indiretamente) ao trabalho artesanal, em níveis nacional, estadual e municipal, examinando a aplicabilidade deles na cidade de Viçosa, MG; e
- analisar as conexões do trabalho artesanal e com a vida doméstica, comparando aspectos de produção e reprodução social entre as formas de organização identificadas.

As discussões a respeito de cada objetivo serão apresentadas em capítulos.

Inicialmente, no capítulo 1, serão apresentadas as mudanças ocorridas no modo como o trabalho artesanal foi organizado ao longo dos anos, tanto em nível mundial quanto em nível nacional, considerando as principais transformações do mundo do trabalho. Em seguida, será apresentado como o trabalho artesanal tem sido organizado efetivamente dentro do atual cenário econômico brasileiro, partindo de cinco classificações propostas pelo SEBRAE.

No capítulo 2 será feita uma análise econômica a respeito do trabalho artesanal, considerando a sua inserção nas discussões sobre políticas públicas e seu potencial enquanto atividade geradora de emprego e renda. Para isso, será feita uma breve análise da atuação do governo brasileiro no que se refere à formulação de políticas públicas e sobre como o trabalho artesanal tem sido tratado enquanto atividade potencial de geração de trabalho, emprego e renda. Este capítulo permitirá a identificação e a análise das políticas e dos programas voltados (direta e/ou indiretamente) ao trabalho artesanal, em níveis nacional e estadual. Ao considerar o caso específico de Viçosa, MG, será possível examinar a aplicabilidade das políticas e programas em nível municipal, atendendo ao segundo objetivo desta pesquisa.

No capítulo 3 serão analisadas as conexões do trabalho artesanal com a vida doméstica, com base na análise das atividades cotidianas dos grupos de artesãos envolvidos na pesquisa. Será possível comparar aspectos de produção e reprodução social entre as diferentes formas de organização identificadas a partir da análise do modo como cada uma delas se organiza.

Espera-se, ao final das discussões, propor um conceito de trabalho artesanal que considere todos os aspectos levantados nos capítulos anteriores e que possa ser utilizado

tanto para fins acadêmicos quanto para a elaboração de políticas e programas que considerem o trabalho artesanal uma opção relevante de geração de emprego e renda.

## CAPÍTULO 1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, pretende-se apresentar os aspectos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente, a pesquisa será definida quanto ao tipo de estudo e ao tipo de abordagem. Posteriormente, será apresentado o método da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), bem como as técnicas de coleta e análise de dados utilizados com base nesse método. Em seguida, será apresentado o local do estudo, buscando contextualizar o município de Viçosa dentro da temática proposta. Finalmente, será apresentado o modo como se deu a escolha dos grupos de artesãos participantes deste trabalho.

### 1.1 Caracterização do estudo

A pesquisa é definida como um **estudo de caso**, pois trata-se de um “estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência” (GIL, 1999, p. 73). Esse tipo de estudo vem sendo utilizado na área de ciências sociais aplicadas e apresenta três finalidades: descritiva, explanatória e exploratória. Nesta pesquisa, a análise será explanatória, uma vez que se busca explicar o relacionamento entre os proponentes do caso (trabalho artesanal e universo doméstico), tentando analisá-lo por meio de relações causais (contextos e formas de organização do trabalho artesanal), conforme sugerido por Joia (2006).

Quanto ao tipo de **abordagem**, trata-se de um estudo qualitativo, apoiado na Etnometodologia, desenvolvida por Coulon (1947): corrente sociológica americana surgida nos anos 1960 que considera as atividades da vida cotidiana como os métodos que cada sujeito desenvolve para se situar no mundo, tanto social quanto economicamente. Com base nos seus princípios, voltamos particularmente para o raciocínio prático, para o uso da linguagem e para o conceito de reflexividade.

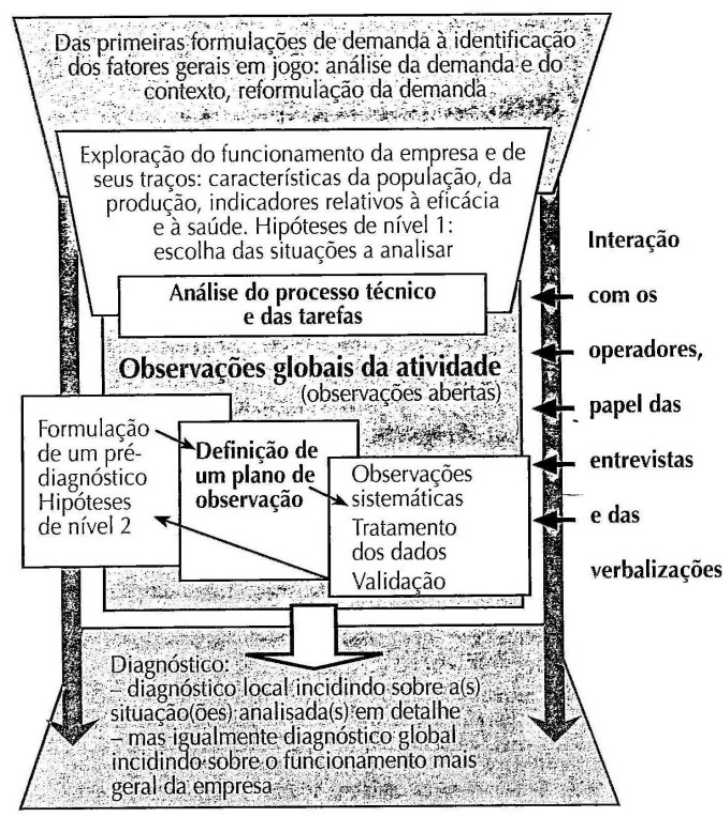
### 1.2 O método da Análise Ergonômica do Trabalho (AET)

A metodologia adotada na construção deste trabalho se baseou nos princípios da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), desenvolvida por pesquisadores da ergonomia francófona a partir da necessidade de considerar os trabalhadores em situações reais

como requisito essencial da análise do trabalho. A seguir, será apresentado o método original e, posteriormente, as adaptações para a condução do presente estudo.

### 1.3 A Análise Ergonômica do Trabalho (AET)

Apesar de se entender que o processo de investigação não é linear (FERREIRA, 2002; GUÉRIN et al., 2001), a AET sugere uma sequência de etapas que devem ser seguidas para alcançar os resultados esperados, conforme mostra a Figura 1.



Fonte: Guérin et al. (2001).

**Figura 1** – Esquema geral das etapas da Análise Ergonômica do Trabalho (AET).

Seguindo esse método, as técnicas mais utilizadas para a coleta de dados são:

#### 1.3.1 Pesquisa documental

Este tipo de pesquisa caracteriza-se pela busca de informações em documentos primários (fontes primárias), ou seja, aqueles que não receberam nenhum tratamento analítico científico, o que requer mais cuidado do pesquisador. Ela se propõe a “produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e de conhecer a

forma como estes têm sido desenvolvidos” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

### **1.3.2 Observações abertas**

A observação do “que faz o trabalhador, como o faz” constitui o aspecto nuclear e hierarquicamente mais importante na AET” (MONTMOLLIN, 1990, apud FERREIRA, 2002, p. 16), uma vez que leva em consideração aspectos que envolvem o indivíduo, entre eles: a evolução de estado pessoal, as condições disponibilizadas de um trabalho, as variações da situação e as interações sociais do trabalho (FERREIRA, 2002).

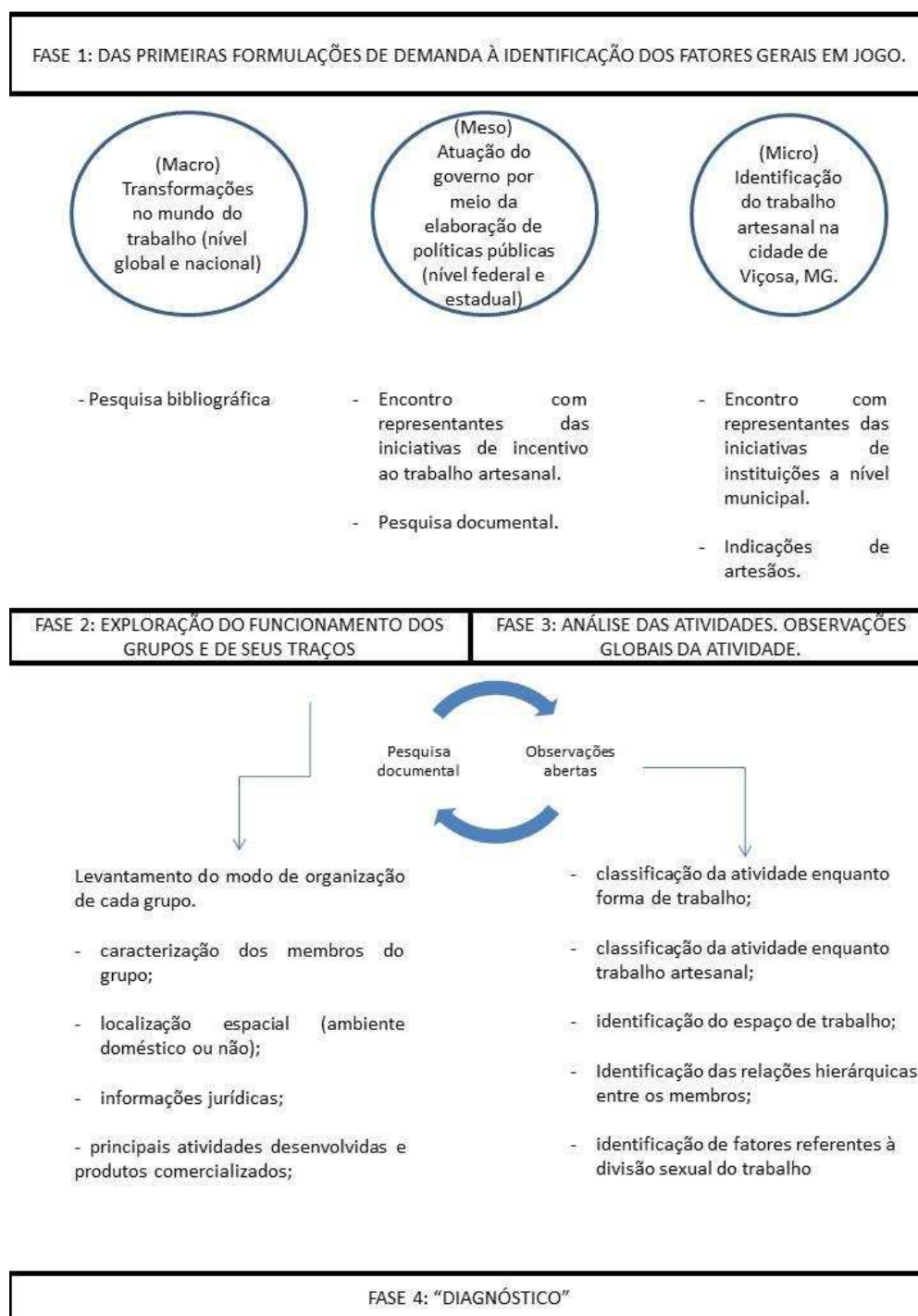
Ao longo das **observações abertas**, o pesquisador, do ponto de vista ergonômico, se volta para “as relações entre os constrangimentos da situação de trabalho, a atividade desenvolvida pelos operadores e as consequências dessa atividade para a saúde e para a produção (GUÉRIN et al., 2001, p. 86), o que ocasionará a formulação de um pré-diagnóstico (hipótese de nível 2), a partir do qual será estabelecido um plano de observação para “verificar, enriquecer e demonstrar suas hipóteses” (GUÉRIN et al., 2001, p. 86). Contudo, nesta pesquisa, que apresentou caráter social, voltou-se para a inter-relação entre as atividades cotidianas e o “mundo do trabalho”.

### **1.3.3 Entrevista em autoconfrontação**

Este tipo de entrevista consiste em obter comentários do indivíduo sobre seu próprio comportamento, sendo analisada basicamente em dois níveis. No primeiro, é possível evidenciar a sequência dos atos observados relacionando com a situação de trabalho, acumular evidências que demonstram a complexidade da atividade realizada e validar as descrições dos atos por meio da tomada de consciência por parte do observado. Já no segundo, procuram-se analisar os objetivos e as motivações do indivíduo. É possível detectar os “fins cognitivos” (a finalidade da atividade) e explorar a orientação axiológica, ou seja, valores, normas e regras que interferem na realização do trabalho (LIMA, 1998).

### **1.3.4 A adaptação da AET para a condução do presente estudo**

A utilização da AET teve como finalidade analisar as transformações nas formas de organização do trabalho e suas inter-relações com o universo doméstico em níveis macro, meso e micro, conforme esquematizado na Figura 2.



Fonte: Guérin et al. (2001).

**Figura 2** – Método de coleta de dados baseado na AET.

## 1ª ETAPA

### **Das primeiras formulações de demanda à identificação dos fatores gerais em jogo: análise da demanda e do contexto, reformulação da demanda**

Nesta etapa, foram coletados os dados referentes às análises em nível macro e nível meso, com a finalidade de, posteriormente, elaborar um panorama geral sobre as transformações nas formas de organização do trabalho artesanal e sua repercussão sobre o modo como os artesãos se organizam na contemporaneidade, além de identificar as políticas públicas e os programas voltados (direta e/ou indiretamente) para esse tipo de atividade, atendendo assim ao primeiro e segundo objetivos específicos desta pesquisa.

Para isso, foi feito um **levantamento bibliográfico** a respeito do cenário econômico, social e político nacional, com foco nas estratégias governamentais brasileiras relacionadas ao desenvolvimento do país e à geração de emprego e renda. Essa técnica também foi usada para identificar trabalhos acadêmicos e demais publicações existentes a respeito do trabalho artesanal enquanto fonte de geração de emprego e renda e os programas relacionados a essa atividade.

A partir desse procedimento, foram identificadas as principais iniciativas de incentivo ao trabalho artesanal. A partir de então, os representantes das referidas instituições foram procurados, visando obter informações primárias. Foram encontrados os representantes do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), em nível estadual; do Programa Sebrae de Artesanato, em nível municipal; da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), nas instâncias estadual e regional; da Central Mãos de Minas; e da Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV), representada pelo Departamento de Turismo. Não se obteve retorno da EMATER (municipal) nem dos Circuitos Turísticos Serras de Minas. Posteriormente, foi feita **pesquisa documental** dos materiais institucionais, fornecidos por alguns dos representantes, e de outros, disponibilizados nos sites das referidas instituições.

Com base na análise dos documentos e dos materiais bibliográficos, foram selecionados cinco grupos, classificados de acordo com a forma de organização do trabalho: artesãos individuais, grupos informais de produção artesanal, núcleos de produção artesanal familiar, empreendimentos artesanais solidários e empresas artesanais.

A partir de então, deu-se início à segunda etapa da pesquisa, que será apresentada a seguir.



## **2ª ETAPA**

### **Exploração do funcionamento do grupo e de seus traços: características da população e da produção**

Nesta etapa, buscou-se identificar o modo como os grupos se organizavam. Ferreira (2002) destaca como fatores principais nessa análise: o conhecimento do seu funcionamento, o levantamento de informações econômicas e/ou institucionais, o conhecimento da política de pessoal, de determinações jurídicas externas, da localização espacial, da organização do processo de trabalho e das tarefas prescritas. Essas informações foram obtidas por meio da **análise documental**, que auxiliou na compreensão do contexto interno dos grupos.

Paralelamente à análise da documentação<sup>2</sup> foram feitas observações abertas da atividade dos grupos, baseando-se nos seguintes questionamentos: Como se dá a organização do processo de trabalho? Como se dá a relação entre as atividades de trabalho e as atividades domésticas? Essas questões passaram a direcionar as observações subsequentes, apresentadas a seguir.

## **3ª ETAPA**

### **Análise das atividades. Observações globais da atividade (observações abertas)**

Foram feitas aproximadamente sete visitas a cada grupo, em horários predeterminados pelos seus membros. Ao longo desse período, foi sendo estabelecida uma relação de confiança entre a pesquisadora e os sujeitos envolvidos. A extensão das conversas aumentou de uma visita para a outra; na maioria das vezes elas se referiam ao modo de execução da atividade, ao funcionamento da empresa, às variações no ambiente de trabalho, mas também a assuntos pessoais.

As observações foram importantes para o reconhecimento mais profundo da complexidade da organização das atividades cotidianas. A atribuição de sentido aos atos observados partiu da fala dos trabalhadores, sobretudo as espontâneas, conforme orientado por Lima (1998), para quem as falas ocorrem no interior da atividade, em um determinado contexto, e por isso se faz importante saber o que as motivou. Isso foi feito retornando ao trabalhador por meio da entrevista em **autoconfrontação**.

---

<sup>2</sup> Cada grupo apresentou um tipo de documentação diferente, devido às especificidades da natureza jurídica de cada um.

## **4ª ETAPA**

### **Diagnóstico: diagnóstico local incidindo sobre a(s) situação(ões) analisada(s) em detalhe**

A última etapa da AET consistiu na formulação de um diagnóstico a partir de registros de observações e das especificações fornecidas pelos “operadores”. Entretanto, nesta pesquisa não houve um “diagnóstico”, e sim a análise dos dados obtidos, a partir da qual foi possível formular respostas para o problema inicial da pesquisa.

#### **1.3.5 A análise de dados**

Durante a coleta de dados proposta pela AET, surgiram questionamentos que orientaram a sequência e o desenvolvimento da análise de dados.

Na primeira etapa da pesquisa, foram levantadas informações sobre o cenário econômico, social e político nacional, bem como identificados trabalhos acadêmicos a respeito do trabalho artesanal e da atuação dos programas de incentivo ao trabalho artesanal em níveis federal, estadual e municipal. A partir desses dados, foram analisadas as transformações do trabalho artesanal ao longo dos anos e sua efetivação no atual cenário brasileiro. Foram analisados, também, os conceitos de trabalho artesanal e as formas como este tem sido organizado na contemporaneidade brasileira. Além disso, os programas foram caracterizados e analisados quanto à sua efetivação no município de Viçosa.

A partir da segunda etapa, foram coletados dados a respeito do modo de organização e das especificidades de cada grupo. Foram criados critérios para analisar o modo de organização de cada grupo, a organização do processo de trabalho e as relações entre as atividades produtivas e de reprodução social. Essas informações estão sintetizadas na Tabela 1.

#### **1.4 Local do estudo**

O município de Viçosa possui uma extensão territorial de 299,418 km<sup>2</sup>, com uma população estimada, em 2014, de 76.745 habitantes<sup>3</sup> (IBGE, 2014).

**Tabela 1** – Esquematização do processo de coleta e análise de dados

| <b>NÍVEL MACRO</b> | <b>Etapas AET</b>                                                                                                    | <b>Técnicas</b>                                                                            | <b>Finalidade</b>                                                                                                                                    | <b>Análise</b>                                                                                                                                                                                                          |
|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                    | Das primeiras formulações de demanda à identificação dos fatores gerais em jogo: a análise da demanda e do contexto. | Pesquisa bibliográfica                                                                     | Levantar informações sobre o cenário econômico, social e político nacional<br>Identificação de trabalhos acadêmicos a respeito do trabalho artesanal | Transformações do trabalho artesanal ao longo dos anos<br>Efetivação do trabalho artesanal no atual cenário econômico brasileiro                                                                                        |
| <b>NÍVEL MESO</b>  |                                                                                                                      | Encontros com representantes das principais iniciativas de incentivo ao trabalho artesanal | Levantar informações a respeito da atuação dos programas de incentivo ao trabalho artesanal, em níveis federal, estadual e municipal                 | Caracterização dos programas<br>Efetivação em nível municipal<br>Relações do trabalho artesanal com a forma de o governo lidar com a “economia informal”                                                                |
|                    |                                                                                                                      | Pesquisa documental                                                                        | Buscar informações a respeito das formas de organização do trabalho artesanal, bem como das instituições de incentivo a essa atividade               | Conceitos de trabalho artesanal<br>Formas de organização do trabalho artesanal, suas semelhanças e diferenças.                                                                                                          |
| <b>NÍVEL MICRO</b> | Exploração do funcionamento do grupo e de seus traços: características da população e da produção                    | Pesquisa documental                                                                        | Levantar o modo de organização de cada grupo                                                                                                         | Características do grupo quanto:<br>- aos membros do grupo<br>- à localização espacial (ambiente doméstico ou não)<br>- às informações jurídicas<br>- às principais atividades desenvolvidas e produtos comercializados |
|                    | Análise das atividades (observações abertas)                                                                         | Observações abertas                                                                        | Levantar informações sobre a organização do processo de trabalho                                                                                     | Classificação da atividade enquanto forma de trabalho<br>Classificação da atividade enquanto trabalho artesanal                                                                                                         |
|                    |                                                                                                                      | Observações abertas                                                                        | Identificar as relações entre as atividades produtivas e de reprodução social                                                                        | Espaço de trabalho<br>Relações hierárquicas entre os membros<br>Divisão sexual do trabalho                                                                                                                              |

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Viçosa está inserida no nível 3 da hierarquização urbana mineira, sendo, portanto, classificada dentro do grupo de “Cidades Médias Propriamente Ditas”, que “possuem características mais intermediárias, quando se trata do tamanho demográfico, da hierarquia e das funções econômicas” (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007, p. 9). Apresentam heterogeneidade em termos demográficos, com população variando entre 20 mil e 100 mil habitantes. Suas relações externas são peculiares:

De um lado, tendo em vista seu nível atual de desenvolvimento econômico, (...) essas cidades mantêm relações importantes com centros maiores (...). De outro lado, essas cidades médias continuam a manter relações intensas, constantes e diretas com as cidades menores e com o espaço microrregional a elas ligado (AMORIM FILHO TAITSON BUENO; ABREU, 1982, p. 43, apud FILHO, RIGOTTI, CAMPOS, 2007, p. 9).

A equipe de Amorim Filho destaca que a identificação dessas cidades se dá pela sua ligação tanto entre o espaço rural e as pequenas cidades microrregionais quanto com os centros urbanos mais importantes, simultaneamente.

Viçosa é polo da microrregião que leva seu nome e tem forte influência econômica e cultural sobre as cidades vizinhas, entre elas Teixeiras, Guaraciaba, Paula Cândido, Coimbra, Cajuri, São Miguel do Anta e Porto Firme (Figura 3).



**Figura 3** – Representação da microrregião de Viçosa, na Zona da Mata de Minas Gerais<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.minas-gerais.net/diretorio/index.php?cat\\_id=763](http://www.minas-gerais.net/diretorio/index.php?cat_id=763)>. Acesso em: março de 2014.

O interesse pelo município de Viçosa se deu por ele estar inserido na Zona da Mata mineira, caracterizada socioeconomicamente como uma região pouco industrializada e de baixo desenvolvimento tecnológico, com atividade agrícola voltada para o atendimento dos mercados local e regional, desde sua origem (BIFANO et al., 2010).

Inicialmente sua economia era concentrada em produtos de subsistência, que abasteciam a população local e as áreas de mineração vizinhas; a partir da primeira metade do século XIX, a economia voltou-se para a produção de café, o que impulsionou a economia local, especialmente a partir da chegada da ferrovia, que foi fundamental para o desenvolvimento da cidade, uma vez que era usada para transporte tanto de passageiros quanto da produção de café e demais produtos de consumo e exportação para outros centros (SILVA, CARMO, CRUZ, 2012).

Em 1889, houve um “incipiente processo de industrialização”, quando a instalação de duas fábricas de tecidos, possibilitada pela instalação de energia elétrica na cidade, promoveu o início do deslocamento da força de trabalho proveniente do meio rural. A década de 1920 foi marcada pela criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), que causou forte impacto na cidade ao diferenciá-la “tanto em termos de desenvolvimento de sua infraestrutura física quanto em relação às questões sociais, culturais, políticas e econômicas” (SILVA, CARMO, CRUZ, 2012, p. 19). A partir da transformação da ESAV em Universidade Federal de Viçosa (UFV), na década de 1970, a cidade passou a se desenvolver com a expansão dessa instituição.

Atualmente, apesar de reconhecida como polo educacional de expressão graças à UFV, a cidade é marcada também por acentuada desigualdade social e econômica, devido principalmente ao seu processo de ocupação: na época de sua criação, a Universidade gerou promessa de empregos devido ao grande número de servidores que seriam necessários para atender à população universitária. Esse fato conduziu Viçosa a se tornar uma das principais cidades da microrregião, sofrendo uma rápida e intensa migração. Por consequência, a cidade de Viçosa apresentou crescimento desordenado, acompanhado de baixo poder de empregabilidade e de arrecadação municipal (BIFANO et al., 2010).

Em 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Viçosa foi de R\$819 milhões. O setor de serviços se destacou, apresentando valor adicionado de R\$621 milhões, cerca de vinte e cinco vezes mais que o setor agropecuário (R\$24 milhões) e cinco vezes mais que o setor industrial (R\$114 milhões) (IBGE, 2014).

A partir de um levantamento de empresas sediadas no perímetro urbano da cidade, as instituições foram classificadas em quatro grandes grupos: comércio (divididos em 12 subsetores), indústria (8 subsetores), serviços (13 subsetores) e atividades não empresariais<sup>5</sup>. Nessa classificação, o trabalho artesanal foi desconsiderado enquanto subsetor, não sendo possível, portanto, identificar a contribuição da atividade para a economia da cidade (SILVA et al., 2011).

Partindo do pressuposto de que os artesãos estão inseridos em todos esses setores e das premissas do governo e instituições não governamentais a respeito do poder gerador de emprego e renda do trabalho artesanal, fez-se importante identificar as formas de organização desse tipo de trabalho na cidade de Viçosa, uma vez que esses dados não são evidenciados nas atividades relevantes para a análise econômica da cidade.

### **1.5 O processo de escolha dos sujeitos da pesquisa**

Com base na análise dos documentos e dos materiais bibliográficos, foram selecionados cinco grupos, classificados de acordo com a forma de organização do trabalho: artesãos individuais, grupos informais de produção artesanal, núcleos de produção artesanal familiar, empreendimentos artesanais solidários e empresas artesanais. A partir dessa seleção, procurou-se um representante de cada grupo de artesãos atuantes na cidade de Viçosa, MG.

Inicialmente, foram buscados artesãos de Viçosa envolvidos nos programas de incentivo ao artesanato em nível nacional e/ou estadual. Entretanto, houve dificuldades em identificá-los.

Em um primeiro contato com a Secretaria de Artesanato, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (SEDE), teve-se acesso a alguns dados sobre o Programa de Artesanato Brasileiro (PAB). O então secretário afirmou que iniciativas regionais de incentivo ao artesanato existem desde 1972, porém não há muitos registros, sendo passados de boca a boca, segundo ele. Ele deu ênfase à importância da parceria dessa secretaria com o SEBRAE – instituição com a qual promove eventos, cursos de capacitação e elaboração de manuais e catálogos. Os artesãos cadastrados no PAB não foram identificados porque não houve acesso aos registros do programa, uma vez que são sigilosos.

---

<sup>5</sup> Foram divididas em quatro grupos: ocupados em atividades formais, ocupados informais, desempregados e sem intenção de trabalhar.

Em seguida, foi feito contato com a Central Mãos de Minas. Em uma primeira visita, a pesquisadora foi recebida por uma das funcionárias, que forneceu informações sobre a atuação da instituição e os projetos realizados no período. Quanto aos artesãos cadastrados, ela informou que era possível identificá-los na loja virtual da Central Mãos de Minas (onde se tem acesso a todos os membros associados, segundo representante da instituição). No primeiro acesso, feito em outubro de 2012, não havia nenhum artesão da cidade de Viçosa<sup>6</sup>.

Também foi realizado contato com o SEBRAE de Viçosa, cujo funcionário afirmou que os trabalhos relacionados ao artesanato da região têm sido desenvolvidos em parceria com o Departamento de Turismo e estão voltados para a Associação de Artesãos de Viçosa (ADAV), cuja diretora-presidente foi contatada e, posteriormente, intermediou o contato da pesquisadora com os demais membros da associação.

Quanto ao Circuito Turístico Serras de Minas, foram enviados três e-mails, apresentando a pesquisa e seus objetivos. Dois deles foram respondidos afirmando que em breve entrariam em contato, porém até o final desta pesquisa não havia sido fornecida nenhuma informação.

A EMATER de Viçosa também foi procurada. A gerente regional encaminhou a pesquisadora para o escritório local, mas houve dificuldade em encontrar a técnica responsável pela área de bem-estar social que trabalhava diretamente com artesanato, pois ela estava de licença médica. A EMATER de Belo Horizonte, entretanto, forneceu informações válidas, apresentando-nos as cartilhas publicadas no ano de 2011 e explicando sobre a atuação geral da EMATER no que se refere às atividades artesanais.

Por recomendação do SEBRAE, foi procurada a Junta Comercial de Viçosa – MG, a fim de identificar a existência ou não de cadastros de artesãos na forma de microempreendedores individuais ou de empresa de pequeno porte ou de microempresa. No entanto, houve dificuldade em encontrar a profissional responsável por esses cadastros, devido à limitação de horários em que ela estava disponível.

Diante dos impasses, os grupos foram estruturados da seguinte maneira:

1. Grupo dos artesãos individuais: este grupo seria representado por um artesão que trabalhava individualmente na cidade de Viçosa. Inicialmente houve dificuldades em encontrar esse artesão, por diversos motivos: a primeira artesã, indicada por uma cliente desta, não foi encontrada em três encontros previamente agendados. A segunda artesã foi

---

<sup>6</sup> Posteriormente, foram encontrados cadastros de artesãos que também faziam parte da ADAV. Contudo, esses dados foram obtidos em 2013, quando a pesquisa já estava em andamento e os grupos já haviam sido definidos.

localizada após várias tentativas, mas realizava trabalhos manuais, não estando de acordo com o objetivo da pesquisa. Por fim, foi encontrado um artesão, morador do bairro Silvestre, em Viçosa, MG. No primeiro encontro foram explicados os objetivos do projeto, e ele se disponibilizou a participar. O segundo encontro foi agendado de acordo com a sua disponibilidade, e mesmo assim ele não esteve presente no local e horário marcado. Diante dessas dificuldades, houve atraso no andamento da pesquisa e optou-se, assim, por dar continuidade ao estudo sem o representante deste grupo.

2. Grupo dos núcleos de produção familiar, a saber: uma família com três de seus membros envolvidos na atividade, contando ainda com mais duas funcionárias. Apesar de o grupo pertencer à Zona Rural de Teixeira, MG, onde a família reside, eles fazem parte da Associação dos Produtores Agroartesanais de Viçosa (ASSOVI), e grande parte dos seus consumidores também é de Viçosa, MG.

3. Grupo de núcleos de produção informal, a saber: o grupo do Programa Integração Mãe-Criança (PIMC), do qual faziam parte 16 mulheres. As observações foram feitas na sede do grupo, localizada no bairro Posses, em Viçosa, MG. Inicialmente, ele foi escolhido por se tratar de um grupo de pessoas que se reúnem informalmente, ou seja, sem um compromisso registrado, e que realizam algum tipo de atividade artesanal na maioria dos seus encontros.

4. Grupo de associação de artesãos, a saber: a Associação de Artesãos de Viçosa (ADAV). Visto que os artesãos se reúnem apenas para fins de comercialização e em reuniões esporádicas, as observações foram feitas, na sua maioria, aos sábados, dia em que a maioria dos artesãos estava presente na Praça da Igreja Matriz, e eventualmente nas quintas-feiras, quando alguns deles montavam suas barracas. No período em que a pesquisa foi realizada, a associação contava com 29 artesãos, dos quais 17 se disponibilizaram a participar diretamente da pesquisa. Essa associação foi escolhida por ser a única (entre as três existentes na cidade) atuante na zona urbana da cidade de Viçosa.

5. Grupo das empresas artesanais: representada por uma marcenaria localizada no bairro Vale do Sol, em Viçosa, MG. Uma vez que não houve acesso aos dados da Junta Comercial a tempo da realização da pesquisa, foi escolhido este grupo, com o qual já tínhamos contato. A empresa era composta por dois sócios e dois funcionários: todos os quatro membros fizeram parte desta pesquisa. Além disso, a escolha dessa empresa foi feita considerando os seguintes fatores: a madeira é o segundo tipo de material mais presente nas atividades artesanais em Minas Gerais e no Brasil; de acordo com dados de pesquisa realizada pelo IPEA/MDIC, em 2009; a marcenaria em questão se caracteriza



como microempresa, tipo de organização com grande representatividade econômica no País; além disso, considera-se que o ofício de marceneiro, apesar de ter se modificado principalmente devido à introdução de novas tecnologias, não perdeu a essência artesanal da atividade no que diz respeito ao domínio do saber-fazer, das técnicas utilizadas e das etapas de produção, desde a escolha da matéria-prima até a comercialização dos produtos.

Houve dificuldades em identificar os artesãos presentes em Viçosa. Apesar de existirem instituições responsáveis pelo suporte à atividade artesanal municipal, nenhuma delas apresentou um sistema de cadastro dos artesãos de forma geral, muito menos de acordo com as classificações propostas. A Prefeitura e o SEBRAE indicaram como referência apenas a Associação de Artesãos de Viçosa (ADAV). Ou seja, para os artesãos viçosenses serem reconhecidos perante o município, é preciso que eles estejam inseridos na associação. Caso contrário, eles devem investir na sua atividade e/ou procurar outras instituições (em nível estadual ou federal) por conta própria. Aqueles que queiram se formalizar enquanto microempresa ou microempreendedor individual devem procurar o SEBRAE e a Junta Comercial de Viçosa. Todavia, nenhum desses dois órgãos forneceu informações a respeito do número de artesãos registrados na cidade ou do tipo de atividade desenvolvida nessa área. As pesquisas em nível censitário (como o caso da publicação Retrato Social de Viçosa) também não levam em consideração a atividade artesanal ao levantarem as principais atividades econômicas municipais (o que não significa que esse tipo de trabalho não tenha repercussão econômica).

## **1.6 Considerações éticas**

A pesquisa não ofereceu riscos para os indivíduos participantes, porém o método utilizado necessitou que uma pessoa (a pesquisadora) ficasse observando as suas atividades cotidianas, o que poderia ter gerado inibição e sentimento de perda de privacidade. Por isso, a pesquisadora apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado por todos os participantes, deixando claro que as ações não estavam sendo avaliadas nem julgadas como certas ou erradas. As observações e o registro de informações em imagem e áudio foram feitos com o consentimento dos participantes, também por meio do TCLE.

## **CAPÍTULO 2. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ARTESANAL**

Com a consolidação do modo de produção capitalista durante a Revolução Industrial, o trabalho passou a ser visto como o principal gerador de valor na sociedade, sendo o principal meio para obtenção de sucesso econômico, e começou a tomar forma de emprego ou trabalho assalariado. A partir de então, o trabalho passou a ser entendido como mercadoria e o trabalhador, suprimido do seu saber-fazer, explorado através do único valor que possui: sua força de trabalho (MARX, 1971, apud SASAKI, 2009). Nesse sentido, o trabalho passou a ser considerado criador de riquezas e totalmente investido de conotação econômica. Consequentemente, ele sofreu alterações no seu significado, deixando de ser uma atividade de realização individual e um esforço que satisfaz, para transformar-se em mercadoria no mercado universal criado pelo capitalismo vigente (KRAWULSKI, 1998).

No final do século XX, com o processo de transformação do capitalismo devido à reestruturação da produção advinda da Revolução Tecnológica, ocorreram mudanças significativas no mundo do trabalho, entre elas: a precarização das relações de trabalho, altos índices de desemprego, alterações nas políticas trabalhistas, entre as quais a redução dos direitos trabalhistas e benefícios sociais do trabalhador (MORIN, 2001; ANTUNES, 2006, 2009; NASCIMENTO, 2010; LEITE et al., 2014).

Diante dessa situação, surgiram debates no mundo acadêmico sobre o fim do trabalho. Contudo, partindo do princípio de que os indivíduos são seres pensantes, capazes de reestruturarem a si mesmos, suas atividades e o meio em que vivem (LAVE, 1988), foram criadas estratégias individuais (pelos trabalhadores) e coletivas (pela sociedade e pelo governo), que se configuram nas novas formas de organização do trabalho: informalizadas, precarizadas, cooperativadas, autonomizadas ou, ainda, fruto das distintas políticas públicas de geração de trabalho e renda (LEITE et al., 2014).

Esse debate ganha importância no setor artesanal, uma vez que os artesãos têm sido inseridos no setor informal da economia segundo as classificações governamentais, independentemente da forma de organização da sua atividade: autônomos, microempresários (tanto de forma individual como pela formação de microempresas) e/ou trabalhadores coletivos baseados na solidariedade (associações, cooperativas).

Em busca de atender ao primeiro objetivo<sup>7</sup> desta pesquisa, julgou-se importante contextualizar o trabalho artesanal, seu significado e as mudanças nas suas formas de organização, diante das principais transformações no mundo do trabalho, em nível global e nacional, em busca da compreensão da sua organização e dos seus significados no Brasil contemporâneo e, posteriormente, no caso específico da cidade de Viçosa, MG, conforme será apresentado nos tópicos a seguir.

## **2.1 Contextualização sócio-histórica do trabalho artesanal diante das transformações no mundo do trabalho: panorama geral**

Ao contar a história do artesanato (não somente no que refere à produção, mas também à cultura e à educação), Santoni Rugiu (1998) destacou quatro fases em que o trabalho artesanal europeu foi organizado de formas distintas, sendo elas: o sistema familiar (no período inicial da Idade Média), o sistema de corporações (até o final da Idade Média), o sistema doméstico (entre os séculos XV e XVIII) e o sistema fabril (do século XIX aos dias atuais). Esse autor deixa claras as diferenças e peculiaridades das formas de organização entre os artesãos italianos e os demais artesãos europeus (com destaque para os alemães, franceses e ingleses). Nesta pesquisa, serão apresentadas as características mais relevantes de cada fase, considerando os aspectos gerais da organização da atividade, destacando as especificidades de cada um quando se julgou necessário. As principais características da organização do trabalho artesanal em cada uma das fases são apresentadas na Figura 4.

A primeira fase, a do **sistema familiar**, corresponde ao período da Alta Idade Média (aproximadamente entre os séculos V e XI-XII), quando a terra era o meio de produção dominante e a atividade agrícola era a principal atividade desenvolvida. As cidades eram núcleos subordinados ao campo e nelas se desenvolvia apenas o artesanato, através do qual “se produziam apenas aqueles instrumentos rudimentares que a própria vida no campo demandava” (SAVIANI, 1998, p. 3).

Com o desenvolvimento das cidades, por volta dos séculos XII e XIII, os artesãos rurais se deslocaram para os espaços urbanos e passaram a produzir para um mercado pequeno e estável, constituído pelos habitantes urbanos, instalando-se assim o **sistema**

---

<sup>7</sup> Identificar como tem sido organizado o trabalho artesanal no atual cenário econômico brasileiro, mais especificamente no contexto das cidades intermediárias, como Viçosa, MG.

| Século V                                                                                                                                                                      | Século XII                                                                                                                                                                                                                                                          | Século XV                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Século XVIII                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| SISTEMA FAMILIAR                                                                                                                                                              | SISTEMA DE CORPORAÇÕES                                                                                                                                                                                                                                              | SISTEMA DOMÉSTICO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | SISTEMA FABRIL                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Subsidiava a produção agrícola.</li> <li>- Local de produção = ao ambiente doméstico.</li> <li>- Subsistência da família.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Finalidade: socialização; representação econômica e política.</li> <li>- Local de produção = ambiente doméstico.</li> <li>- Comercialização para o mercado urbano.</li> <li>- Domínio dos meios de comunicação.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Finalidade: comercialização.</li> <li>- Local de produção = ambiente doméstico (algumas oficinas começaram a ser criadas fora do ambiente doméstico).</li> <li>- Aumento do mercado consumidor: comercialização entre cidades e entre continentes.</li> <li>- Surge a figura do mercador: perda do controle do mestre sobre a aquisição de matérias-primas e comercialização, com ênfase na produção;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Finalidade: econômica. Produção em massa.</li> <li>- Local de produção se afasta do ambiente doméstico.</li> <li>- Massificação da produção.</li> <li>- Simplificação do trabalho.</li> <li>- Alienação do trabalho: perda do controle sobre os meios de produção.</li> </ul> |

**Figura 4** – Organização do sistema de produção artesanal tradicional europeu. Fonte: Dados da pesquisa (2014).

**das corporações.** Segundo Santoni Rugiu (1998, p. 29), nessa época “o nível de vida lentamente aumenta, o mercado se abre e as relações de todo tipo se estendem. E à medida que crescem os consumos (...), naturalmente cresce a produção em quantidade e qualidade”. A atividade artesanal se destacou, portanto, ao diversificar o trabalho, antes predominantemente agrícola.

Nesse período, o trabalho artesanal foi visto como forma de alcançar a satisfação, por meio do aperfeiçoamento das potencialidades e destrezas do artesão, e também como sinal de autoridade, que “significava mais do que ocupar um lugar de honra numa trama social. Referia-se também à qualidade de suas habilidades (...). A reputação do artesão honesto tinha importância tanto econômica quanto política” (SENNET, 2009, p. 75; FROMM, 1976, apud RORIZ, 2010).

A organização em corporações foi um traço muito marcante na Itália, onde eram estabelecidos contratos entre mestres e aprendizes, através dos quais eram determinados direitos e deveres de cada uma das partes: os aprendizes ofereciam sua força de trabalho em troca da revelação dos segredos da Arte pelo mestre, devendo ser compensados caso não fossem retribuídos com os ensinamentos. Já nos países setentrionais, com destaque para a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha, “as relações entre mestre-aprendiz eram predominantemente patriarcais, diferentemente da situação italiana” (DOREN, 1940, apud SANTONI RUGIU, 1998, p.46). Esses grupos eram mais sólidos devido à posição de pais-patrões assumida pelos mestres, que impunham assim maior disciplina aos seus aprendizes (SANTONI RUGIU, 1998).

Em uma abordagem geral, era estabelecida uma relação hierárquica entre mestres e aprendizes. Na Itália, a divisão do trabalho era distribuída entre trabalhadores e aprendizes. A respeito disso, Santoni Rugiu (1998, p. 40) afirma que:

Estes últimos (aprendizes) podiam retornar para casa nas horas de folga, sendo quase sempre filhos da burguesia abastada da cidade, enquanto o trabalhador, provindo comumente dos bairros ou além, convivia em geral com o mestre e sua família e obtinha como salário unicamente o sustento gratuito. Nos casos em que também o aprendiz hospedava-se junto ao mestre, a casa deste transformava-se em um tipo de internato, com regras imprecisas e hábitos de vida também além do horário de trabalho (SANTONI RUGIU, 1998, p. 40).

O autor não entra em detalhes sobre as atividades específicas realizadas pelos aprendizes e pelos trabalhadores, mas evidencia que, independentemente de terem contrato ou não, eles eram submetidos a regras tanto no ambiente de trabalho quanto no ambiente doméstico (quando estes se hospedavam junto ao mestre).

Ao tratar da hierarquia no trabalho artesanal europeu medieval, Sennet (2009) traz uma abordagem mais generalista, que acreditamos se referir aos países do norte, visto que utiliza o termo guildas em vez de corporações<sup>8</sup>.

Nesse caso, a produção artesanal era basicamente familiar e residencial, uma vez que o local de trabalho coincidia com o ambiente doméstico e as pessoas envolvidas na sua produção faziam parte de um grupo que, apesar de não ser constituído apenas por membros de um mesmo tipo sanguíneo, podia ser considerado familiar, já que dentro dele eram estabelecidas relações de confiança, de respeito e de socialização.

A “oficina residência” era organizada num sistema de guildas<sup>9</sup> constituídas basicamente por três níveis hierárquicos: mestres, jornaleiros e aprendizes. O aprendiz era acompanhado de perto pelo mestre na realização de suas atividades. Em um prazo de aproximadamente sete anos, ele deveria apresentar o *chef d’oeuvre*, trabalho que demonstrava as habilidades fundamentais absorvidas pelo aprendiz. Uma vez que obtivesse êxito, ele se tornava jornaleiro e trabalharia por mais cinco a dez anos, até que fosse capaz de demonstrar que estava em condições de assumir o título de mestre. Para isso, era necessário apresentar outro trabalho, desta vez mais elaborado, o *chef d’oeuvre* élvé, por meio do qual tinha de demonstrar competência gerencial e mostrar confiança como futuro líder. A maior compreensão da atividade caracterizava o desenvolvimento de capacitações e reafirmava a autoridade do mestre, cujo veredito era definitivo e raramente contestado (SENNETT, 2009).

A atividade assumia um caráter coletivo, uma vez que eram valorizados não apenas o conhecimento individual, mas principalmente os costumes de um determinado grupo, que eram repassados de geração para geração. As crianças eram enviadas por seus pais a uma “oficina residência” a fim de aprenderem um ofício, e eram acompanhadas de perto pelo mestre, que se preocupava não apenas com as atividades relacionadas à produção, mas também com atividades de socialização do aprendiz, representando assim uma figura paterna (SENNETT, 2009).

---

<sup>8</sup> Santoni Rugiu (1998) traz uma profunda discussão sobre a diferença entre os termos utilizados e, consequentemente, o modo como o trabalho artesanal foi organizado em cada região da Europa. Na Itália, por exemplo, é usado o termo Corporações; já na Grã-Bretanha o termo mais utilizado é o Guilds. Ao longo das discussões é possível perceber que não apenas os termos eram diferentes, mas também o modo como o trabalho era organizado. Nas corporações da Itália, prevalecia o trabalho contratual; já nos demais países a relação familiar era predominante.

<sup>9</sup> “Federação de oficinas autônomas, cujos proprietários (os mestres) geralmente tomavam as decisões e fixavam as exigências de promoção das funções inferiores (jornaleiros, ajudantes temporários ou aprendizes)” (LOPEZ, 1971, apud SENNET, 2009, p. 71).

A partir do século XV houve intensificação da produção de mercadorias e do aumento de sua circulação por meio do comércio, tanto entre os artesãos da cidade quanto entre os continentes (SENNET, 2009; DUBY, 1993, apud ALVES, 2011). Devido a essa ampliação da demanda, outra figura apareceu no processo do trabalho artesanal: os mercadores, que “permitiam exportar os produtos além dos territórios comuns (...) tirando do artífice qualquer preocupação comercial e consentindo-lhe concentrar na produção” (SANTONI RUGIU, 1998, p. 37). Eles passaram, então, a dominar técnicas que os artesãos já não dominavam mais devido às transformações no mercado, como: “técnicas de conhecimento mercadológico dos fornecimentos às sutilezas das artes do novo ábaco, nas operações de câmbio, ou mesmo na compilação de tabelas atuariais e assim por diante” (SANTONI RUGIU, 1998, p. 37). Diante dessa situação, o trabalho artesanal passou a ser organizado a partir de um **sistema doméstico**, que não alterou o processo produtivo, mas no qual os mestres já não eram mais independentes. A respeito da posição dos artesãos nessa nova conformação, Santoni Rugiu (1998, p. 1-2) afirma que:

Eles mantêm a propriedade dos instrumentos de trabalho e produzem na própria casa com o auxílio de um ou dois ajudantes, mas passam a depender de um empreendedor que lhes fornece a matéria-prima, transformando-os em tarefeiros assalariados (SANTONI RUGIU, 1998, p. 1-2).

Nos séculos XVIII e XIX, marcados pela Revolução Industrial e pela ascensão do modo capitalista de produção, houve ruptura nesse sistema artesanal devido ao deslocamento da atividade de trabalho para um ambiente industrial e à introdução de novas tecnologias, que possibilitaram a produção em massa e em grande escala, provocando mudanças tanto no sistema de produção artesanal quanto no então universo doméstico, efetivando, assim, o **sistema fabril**. “Aqui os trabalhadores perderam inteiramente a sua independência, deixando de possuir os instrumentos de trabalho e passando assim a produzir em edifícios de propriedade do empregador, sob rigorosa supervisão” (SANTONI RUGIU, 1998, p. 2).

Entre as principais mudanças ocorridas nesse período, destacaram-se: a introdução de novas tecnologias, ligadas à produção capitalista, que possibilitou a produção em massa, facilitando a aquisição de bens que antes seriam de difícil acesso para a “classe baixa”; a divisão social do trabalho, por meio da qual os processos industriais simplificaram aparentemente o trabalho operário, tornando-o mais independente da habilidade do trabalhador, ocasionando aumento do número de

trabalhadores não qualificados ou semiqualeificados; a divisão sexual do trabalho, com a saída do homem da casa em busca de sustento da família, e a mulher permanecendo no ambiente doméstico, responsabilizando-se pela organização do lar e pelo cuidado dos filhos (ALVES, 2011).

Com a consolidação do moderno sistema econômico, a produção mecânica era cada vez mais estimulada, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento industrial. Entre 1865 e 1900, os processos industriais simplificaram o trabalho operário, tornando-o mais independente da habilidade do trabalhador. Esse processo de divisão técnica do trabalho marcou a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual (OBARA; LIMA FILHO, 2010). Nas fábricas, as tarefas eram fragmentadas, muito simples e efetuadas em um ritmo rápido. Em algumas delas, o trabalho era tão dividido e mecanizado, que eram necessários apenas poucos dias de aprendizagem e poucos meses de experiência para se fazer um “bom funcionário”. Nesses lugares, não havia necessidade de profissionais com conhecimentos artesanais, ou seja, do conhecimento de todo o processo. O ritmo exigido pelo crescimento das indústrias era extremamente diferente do trabalho artesanal. Todavia, os artesãos, sem outra forma de se manter, se submeteram às novas ocupações (FRIEDMANN, 1972; ALVES, 2011). Diante da substituição da mão de obra especializada, houve aumento do número de trabalhadores não qualificados ou semiqualeificados. Nesse momento, devido às transformações tecnológicas, os artesãos qualificados tenderiam a se desqualificar (a fim de se manterem no emprego) ou seriam demitidos (SENNET, 2009).

A partir de então, o modo de produção capitalista foi marcado pelo modelo taylorista-fordista, caracterizado pela “produção em massa, em grandes unidades de produção, e trabalhadores que requeriam pouca qualificação” (RAMOS, 2003, p. 7). Ramos (2003) destaca dois aspectos desse período: a qualificação dos trabalhadores e a falta de motivação dos assalariados. A esse respeito, ele diz:

Como no taylorismo-fordismo o trabalhador pode ser associado a uma complementação da máquina, realizando tarefas repetitivas sobre a linha de produção, os requerimentos em termos de qualificação eram mínimos. (...). Mais que requerimentos em termos de qualificação, esses migrantes oriundos de regiões rurais precisavam de um processo de adaptação cultural (cumprimento de horários, aceitação de hierarquias, etc.), uma vez que seu processo de socialização foi realizado em um ambiente (geralmente rural e tradicional) diferente daquele no qual se integrariam economicamente (urbano e moderno) (RAMOS, 2003, p. 7).



Em relação à falta de motivação, ele afirma:

Na medida em que os ritmos estavam ditados pela máquina e as tarefas eram determinadas pelo tipo de complementação homem/máquina, a criatividade e motivação dos assalariados eram dispensáveis (RAMOS, 2003, p. 7).

Esse modelo predominou até aproximadamente os anos 1970, quando novas transformações no mundo do trabalho marcaram os países de capitalismo avançado. A inserção de alta tecnologia, da automação, da robótica e da microeletrônica nas fábricas provocou mudanças nas relações de trabalho e de produção de capital. A produção em série e de massa deu lugar a uma produção “mais flexível”, com novos padrões em busca de produtividade (ANTUNES, 2006). Ocorreu “o desaparecimento de empregos permanentes e, simultaneamente, apareceram novas tecnologias e formas inovadoras de organização do trabalho” (MORIN, 2001, p. 9).

Devido a essa reestruturação produtiva<sup>10</sup>, ocorreram mudanças significativas no perfil da classe trabalhadora, entre as quais se destacam: 1) **redução do proletariado fabril**, tradicional, manual, estável e especializado, dando lugar a formas desregulamentadas de trabalho e, conseqüentemente, “reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam através de empregos formais” (BIHR, 1998; BEYNON, 1998, apud ANTUNES, 2003, p. 55) A reestruturação produtiva do trabalho, aliada à globalização e à introdução de novas tecnologias, colaborou com o aumento do desemprego, o desaparecimento de empregos permanentes e, conseqüentemente, o aumento do número de excluídos do mercado de trabalho (GRISCI; BESSI, 2004); 2) **aumento do novo proletariado fabril e de serviços**, nos quais estão incluídos os terceirizados, subcontratados, part-time e outras formas de organização associadas ao trabalho precarizado; 3) **aumento significativo do trabalho feminino**, absorvido principalmente no universo do trabalho part-time, precarizado e desregulamentado, com níveis de remuneração inferiores, gerando uma nova divisão sexual do trabalho, na qual as atividades de capital intensivo são executadas pelos homens e as de trabalho intensivo pelas mulheres; 4) **expansão dos assalariados médios no setor de serviços**, que se refere à incorporação inicial das parcelas “expulsas” do mundo

---

<sup>10</sup> A reestruturação produtiva consistiu na implementação de novas formas organizacionais e da introdução de inovações tecnológicas, a partir dos anos 1970. Inicialmente, as mudanças se deram no sentido de modernizar as plantas industriais por meio da automatização e informatização de equipamentos. A partir dos anos 1980, o foco passou a ser direcionado para a introdução de novos métodos organizacionais delimitados pelas empresas japonesas. Houve ainda a flexibilização dos trabalhadores no que se refere a seus direitos, formas de uso do tempo, formas de contratação, entre outros (DEITOS, 2007).

produtivo industrial; 5) **exclusão dos jovens** (em idade de ingresso no mercado de trabalho, eles não têm perspectiva de emprego e engrossam as fileiras de trabalhos precários e dos desempregados) e **dos “idosos” pelo capital** (indivíduos com 40 anos ou mais que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho); 6) **expansão do Terceiro Setor**, que se refere ao surgimento de empresas com perfil mais comunitário e com caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos, que se desenvolvem relativamente à margem do mercado (trabalhos de ONGs e de outros organismos ou associações similares) como alternativa<sup>11</sup> para compensar o desemprego estrutural; 7) **expansão do trabalho em domicílio**, permitida pela desconcentração do processo produtivo e expansão de pequenas e médias unidades produtivas (por exemplo: confecções em casa, manicures em domicílio) e pelo desenvolvimento da telemática<sup>12</sup>, que permitiram a expansão e agilização das atividades transnacionais, o que repercutiu na intensificação da forma de exploração do contingente feminino, uma vez que trabalho produtivo e trabalho reprodutivo se misturam; e 8) **transnacionalização do mundo do trabalho**, devido à transnacionalização do capital e do sistema produtivo - a mesma empresa em diversos locais (ANTUNES, 2003).

Nesse contexto, destacou-se o fenômeno da informalidade, que não deixa de ser consequência da reorganização dos indivíduos não inseridos pelas atividades do setor dito formal em busca de sua inserção no mercado de trabalho, aparentemente em decadência. Essa movimentação em nível micro (seja individualmente ou em pequenos grupos) tem atingido proporções consideráveis a ponto de sofrer interferências de instâncias em nível macro (atuação do Estado através da elaboração de políticas públicas e instâncias governamentais e não governamentais por meio da execução de programas e projetos), em busca de melhores condições de vida para a população. É importante salientar que uma das alternativas adotadas pela população nesse contexto foi o resgate da atividade artesanal. Esta tem sido reorganizada de diferentes formas, a fim de inserir os artesãos da melhor maneira possível no mercado de trabalho, levando em consideração as características atuais do contexto econômico.

A seguir, essa discussão será aprofundada, considerando as especificidades dessas transformações no cenário econômico brasileiro.

---

<sup>11</sup> Para Antunes (2003), a expansão do terceiro setor não consiste em alternativa efetiva e duradoura para o mercado de trabalho capitalista

<sup>12</sup> Telemática: telecomunicações (telefonía, satélite, cabo, fibras ópticas) + informática (computadores, softwares, sistemas de redes).

## 2.2 As transformações no contexto brasileiro

O sistema de corporações de ofício foi um traço marcante em países europeus e estava em fase de declínio quando o Brasil entrou para a história da “civilização ocidental”. No entanto, isso não significa que ele não tenha existido no País, mas apenas não teve a mesma significância que nos demais países em que ele predominou por um longo tempo. Apesar de o Brasil não ter vivenciado a Revolução Industrial da mesma forma que os países europeus, as transformações ocorridas diante desse acontecimento histórico repercutiram (de maneira diferente) nos países em desenvolvimento, sobretudo nos da América Latina.

Os primeiros “oficiais mecânicos” participaram do início do processo de colonização, tendo registro de sua chegada no ano de 1549. Em 1570, teria desembarcado um grupo de jesuítas desempenhando ofícios próprios<sup>13</sup>. Já em 1660, o padre Antônio Vieira teria solicitado mais pintores, alfaiates, sapateiros, ferreiros, carpinteiros e pedreiros (MARTINS, 2012).

Os oficiais eram vinculados à Companhia de Jesus e os ofícios eram de responsabilidade dos jesuítas. Na Companhia, eles se dividiam em duas espécies de ofícios: os ofícios domésticos comuns e os ofícios mecânicos – alfaiates, sapateiros, pedreiros, barbeiros, ferreiros, torneiros, carpinteiros ou entalhadores, livreiros, encadernadores, agricultores, enfermeiros, cirurgiões, construtores navais e outros. Estes ofícios foram desempenhados inicialmente pelos irmãos da Companhia, padres jesuítas que, com o passar do tempo, preocuparam-se em doutrinar os índios e ensinar-lhes alguma arte (MARTINS, 2012, p. 6-7).

As corporações instaladas na colônia se inspiraram no modelo das guildas portuguesas, tanto em termos do processo de aprendizado, estabelecendo a hierarquia entre mestres e aprendizes, quanto em questões políticas, mantendo-se relacionadas a uma irmandade leiga ou confraria e representando as atividades profissionais dos artesãos junto às câmaras municipais (MARTINS, 2012).

Essas associações “cumpriam obrigações relacionadas à atividade profissional do artesão, cuidavam dos aspectos socioeconômicos e mantinham os vínculos religiosos e compromissos com a irmandade do santo protetor do respectivo ofício” (MARTINS, 2012, p. 2). Esse autor destaca a inserção dos mestres artesãos nas câmaras municipais do

---

<sup>13</sup> “um roupeiro, um tecelão, um pintor, um ourives, um bordador, um marceneiro, um carpinteiro e dois alfaiates, e entre os ofícios seculares encontravam-se dois carpinteiros, quatro pastores, três tecelões, um sapateiro, quatro trabalhadores, um telheiro e dois peleiros” (MARTINS, 2012, p. 7).

Rio de Janeiro (1624) e de Salvador (1641), nas quais eles representavam os interesses não só dos artesãos, mas também do povo. As Câmaras eram as responsáveis pelo controle do exercício profissional do mestre, autorizado apenas mediante exames, e também pela regularização de suas funções junto à vida religiosa cidadina<sup>14</sup>. Na região de São Paulo, não houve organização dos artesãos em corporações, associações ou irmandades, porém os artesãos da região, assim como os demais, necessitavam de autorização da câmara para o exercício da sua atividade, bem como para a comercialização das suas obras na rua, devendo sempre se submeter à carta de exame, a fim de provarem sua habilidade e obterem a permissão para o desempenho do ofício (MARTINS, 2012).

A respeito da mão de obra envolvida no trabalho artesanal, Martins (2012) afirma que, nesse período:

Para levar em frente o empreendimento na colônia, fazia-se necessário a presença de artesãos especializados, embora muitos daqueles que acabaram se dedicando à prática dos ofícios mecânicos tenham sido formados e especializados no ofício já no ambiente colonial. O trabalho indígena foi, também, largamente utilizado nas funções artesanais e, mais tarde, apostou-se no ingresso de escravos oriundos da África nestas funções, tanto nas vilas e cidades como dentro das fazendas (MARTINS, 2012, p. 2).

Por outro lado, ao falar do trabalho artesanal nos engenhos de açúcar nesse período, Nascimento (2010) mostra que os ofícios antes realizados por mestres e contramestres (originários das colônias portuguesas) passaram a ser realizados por escravos de forma desregulamentada e sem padrões, uma vez que eles aprendiam a executar as atividades por meio da observação, diferentemente do sistema de aprendizagem das guildas e corporações de ofício característico da Europa medieval. Segundo esse autor, essa situação ocasionou a desqualificação do trabalho e, conseqüentemente, a desvalorização do trabalhador (português), que “deixou de ser reconhecido como detentor de um conhecimento especializado (...) e passou a ser apenas um trabalhador livre entre a escravaria que tinha dominado os mesmos conhecimentos” (NASCIMENTO, 2010, p. 276).

No século XVIII, a organização em corporações se apresentou na colônia de forma mais acabada, em consonância com a estruturação jurídica definida em Portugal, segundo

---

<sup>14</sup> “Cada ofício mecânico tinha sua atividade vinculada a uma irmandade leiga, que controlava o processo de formação dos artesãos, de produção e de comercialização das obras, sendo tudo isso registrado e controlado pelas câmaras municipais” (MARTINS, 2012, p. 8).

as Bandeiras de Ofícios. Isso ocorreu principalmente em decorrência do enorme fluxo migratório provocado pela descoberta de metais preciosos, que demandou mais serviços, mais produtos e mais mão de obra. O autor, com base nos estudos de Nireu Cavalcante, apresenta seis Bandeiras de Ofício nesse período: 1) Irmandade Patriarca São José, representando os pedreiros, carpinteiros e outros ofícios anexos; 2) Irmandade do Glorioso Mártir São Jorge, representando os ferreiros, serralheiros e outros ofícios; 3) Irmandade do Senhor Bom Homem, representando os alfaiates; 4) Irmandade do Glorioso Santo Elói, representando os ourives de ouro e prata; 5) Irmandade São Crispim e São Crispiniano, representando os sapateiros; e 6) Irmandade da Gloriosa Virgem Mártir Santa Cecília, representando os músicos (MARTINS, 2012, p. 7-8).

Já em 25 de março de 1824, foi outorgado o inciso XXV do artigo 179 da Constituição Imperial, que tratava da extinção das corporações que aqui existissem (SAVIANI, 1998).

A história das corporações de ofício no Brasil foi relativamente curta, porém o trabalho artesanal não se limitou a esse tipo de organização. Ele já era exercido pela população indígena que aqui se encontrava, sendo considerado, portanto, “inferior” à cultura dominante (no caso, a portuguesa) durante o processo de colonização. Posteriormente, as atividades artesanais passaram a ser praticadas por escravos de ganho, que aprendiam ofícios para atender às necessidades dos colonizadores, sendo vistas, então, como forma de penitência (RORIZ, 2010). As relações escravistas de produção restringiram o desenvolvimento das atividades artesanais e manufatureiras do homem livre, pois eram atribuídas a “coisas de escravo”. Mesmo as camadas mais pobres ou mestiças se afastavam dessas atividades, como forma de diferenciação social (CUNHA, 2000, apud BARRETO, 2006). Nesse sentido, a associação do trabalho manual ao trabalho indígena e, posteriormente, ao trabalho escravo conduziu à desvalorização desse tipo de atividade, considerada como perda da dignidade social.

Diante da desvalorização do trabalho manual, não houve preocupação com a formação profissional dos artesãos. Sobre isso, Nascimento (2010, p. 277) comenta:

A mentalidade escravista que prevaleceu na sociedade brasileira até as últimas décadas do século XIX não permitiu a ampliação de oportunidades de ensino escolar à população em geral. Essa situação só começou a mudar nas últimas décadas, quando se extinguiu a escravidão e uma grande quantidade de imigrantes europeus foram trazidos para substituir a mão-de-obra escrava, com o estabelecimento de novas relações de trabalho, nova concepção social do trabalho e nova forma de regulação do trabalho (NASCIMENTO, 2010, p. 277).

Resultante de influências europeias, indígenas e africanas, o artesanato brasileiro se desenvolveu durante os séculos coloniais e até meados do Império, quando foi relegado a uma posição secundária, no final do século XIX, pela emergente atividade industrial do País. Esse período foi marcado pela transição do trabalho escravo para o assalariado devido, principalmente, à Lei Euzébio de Queiroz (1850), que proibia o tráfico negreiro, e à Lei Áurea (1880), referente à abolição da escravatura. Houve, então, o aumento da imigração europeia no intuito de suprir a mão de obra (NASCIMENTO, 2010).

Simultaneamente, o País passava por um processo de urbanização, o que possibilitou a expansão da rede de serviços urbanos: “luz, transporte público, água encanada, calçamento, pontes e parques tomavam os espaços públicos das cidades, dando-lhes características que as aproximavam dos centros urbanos mais modernos da Europa” (REGO, MARQUES, 2003, p. 158).

Segundo Rego e Marques (2003, p. 161-162), nas primeiras décadas do século XX, em São Paulo:

O crescimento e a modernização da cidade e o inchaço populacional possibilitaram na realidade a expansão das pequenas empresas de mão de obra familiar – alfaiatarias, carpintarias, ferrarias, comércio variado – e, principalmente, da economia informal e da pobreza (REGO, MARQUES, 2003, p. 161-162).

Durante o início do processo de industrialização do País, houve a necessidade de “grande contingente de operários qualificados para operar, manter e reparar equipamentos, assim como a pessoa encarregada de planejamento e controle” (NASCIMENTO, 2010, p. 278). Passou-se a considerar a diplomação, formação e qualificação profissional, tornando o conhecimento formal (aquele aprendido nas instituições formais de educação) a principal fonte de produção. Consequentemente, intensificou-se a desvalorização do trabalho artesanal, que consistia em um processo de conhecimentos repassados de geração para geração, num ambiente não formal de educação (GORZ, 2005, apud RORIZ, 2010; TRINDADE, NOSELLA, 2010).

Já no final do século XX, por volta dos anos 1970 e 1980, as transformações ocorridas em nível mundial devido à reestruturação produtiva também atingiram o Brasil. Informações do Censo Demográfico de 1970 mostram que, apesar do “milagre brasileiro”, se destacava ainda a questão do subemprego, sobretudo no meio urbano, cuja tendência era aumentar devido ao processo de urbanização em franca expansão, o que apontava, de acordo com estimativas da época, para aumento de cerca de 11 milhões de trabalhadores (THEODORO, 2000).

Nos anos 1990, diante da situação de desemprego estrutural e do caos urbano das grandes cidades, houve movimentação dos indivíduos em busca de formas alternativas de trabalho e de melhoria da qualidade de vida. Nesse contexto, o trabalho artesanal foi apontado como alternativa de geração de emprego e renda, sendo assim estimulado por programas governamentais e não governamentais (VIEIRA FILHO, DUARTE, SOUZA, 2006; BARBOSA, 2008; SANTOS, 2010; MASCÊNE et al., 2010; RORIZ, 2010; SINGER, 2012).

Desde então, a atividade tem se estruturado de diferentes formas, as quais serão discutidas a seguir.

### **2.3 As formas de organização do trabalho no Brasil contemporâneo**

A discussão teórica a respeito do trabalho artesanal na contemporaneidade é bastante complexa, visto que o termo apresenta diferentes conceituações e perspectivas teóricas. Nesse sentido, buscamos apresentar e discutir os conceitos mais utilizados por instituições e pesquisadores cujo foco é a atividade em estudo, para que posteriormente sejam discutidas as formas de sua organização.

No que se refere à definição de artesanato, segundo abordagens no 3º Simpósio dos Professores Universitários de História, realizado em 1965, em São Paulo, Fernandes (1973) afirmou:

De maneira geral, entende-se por artesanato: ‘atividade rústica elaborada por uma pessoa ou um grupo reduzido que se incumbe da tarefa em todas as fases, sem a divisão do trabalho. Cada produto que se faz é único, com difícil reprodução perfeita. O artesão exerce o ofício por conta própria, só ou com ajuda da família ou de alguns poucos companheiros. Trata-se de forma característica de transformação de matéria prima de sociedades não evoluídas, de pequena concentração populacional, sem intercâmbio com outras. O subsistir do artesanato em sociedades mais complexas, de tecnologia avançada, numerosas e em muita comunicação com outras, com intenso grau de comercialização, é apenas um caso de contemporaneidade de formas não contemporâneas (...) Na perspectiva histórica admite-se que o artesanato é o início da atividade industrial’ (INGLÉSIAS, Francisco, apud FERNANDES, 1973).

Nessa definição, o autor considera o artesão controlador das etapas de produção, detentor dos conhecimentos envolvidos nesse processo e um ser inventivo/criativo capaz de criar produtos exclusivos e personalizados. Contudo, ele relaciona a atividade ao subdesenvolvimento ao considerá-la “o início da atividade industrial”.

Outra definição a ser considerada é a apresentada pelo Conselho Mundial de Artesanato, no Seminário Internacional “Design sem fronteiras”, em 1996:

Toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade (CONSELHO MUNDIAL DE ARTESANATO, 1996 apud TUPYNAMBÁ, 2013).

Há também a definição apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), atualmente responsável pelo Programa Brasileiro de Artesanato (PAB), que considera tanto a atividade (que deve ser predominantemente manual) quanto o indivíduo que a executa (devendo ele ter o domínio integral da técnica utilizada):

Toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, predominantemente manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios (PAB, 2012).

As duas últimas definições consideram o controle total do sujeito sobre o objeto de trabalho e a inseparabilidade entre criação e execução do artesanato, que se constitui em um trabalho fundamentalmente de criação. Entretanto, ao tentarem delimitar o que especifica o artesanato, acabam não situando o valor cultural e a criatividade na perspectiva do próprio artesão, além de não indicarem como analisar aspectos valorativos, como a qualidade (MENDES, 2010).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) aborda a atividade artesanal numa perspectiva econômica, considerando a potencialidade de um setor artesanal enquanto forma de geração de ocupação e renda no Brasil, além de ser uma “contrapartida à massificação e uniformização de produtos globalizados, promovendo o resgate cultural e o fortalecimento da identidade regional” (MASCÊNE; TEDESCHI, 2010, p. 8). A abordagem do SEBRAE também considera a importância do setor artesanal no que se refere à promoção da inserção da mulher e do adolescente em atividades produtivas, ao estímulo da prática do associativismo e à fixação do artesão rural no seu local de origem, evitando o crescimento desordenado dos centros urbanos. Em busca de uma base conceitual que facilitasse o planejamento, a execução e o monitoramento de seus projetos e ações a partir da definição das categorias artesanais, o SEBRAE criou o Termo de Referência Atuação do Sistema SEBRAE no Artesanato, que



apresenta conceitos, tipologias e segmentos desse setor a partir das categorias dos produtos de acordo com seu processo de produção, sua origem, uso e destino (arte popular, artesanato, trabalhos manuais, produtos alimentícios, produtos semi-industriais e industriais, artesanato indígena, artesanato tradicional, artesanato de referência cultural, artesanato conceitual), dos usos dos produtos artesanais (adornos e acessórios, decorativo, educativo, lúdico, religioso, utilitário), das tipologias de acordo com as matérias-primas utilizadas (natural, processada, reciclável/reaproveitável) e da organização do trabalho (mestre artesão, artesão, aprendiz, artista, núcleo de produção familiar, grupo de produção artesanal, empresa artesanal, associação, cooperativa).

Essa diversidade de critérios destaca o papel do trabalho manual na elaboração do produto, focando-se mais no resultado do que no processo (MENDES, 2005). A explicação do processo de produção se faz necessária, pois é ao longo da cadeia produtiva que o artesão imprime suas peculiaridades e seus diferenciais, caracterizando a atividade como artesanal. Portanto, nesta pesquisa, ao se considerar o modo capitalista de produção vigente, por meio do qual as pessoas tendem a ser expropriadas dos seus meios de trabalho, propõe-se uma análise além do “artesanato” (o resultado; o produto em si) e da natureza da produção (manual ou mecanizada), mas também a atividade considerando todo o processo de trabalho, assim como as características inerentes ao artesão, principalmente no que se refere ao seu domínio sobre todo o processo de trabalho e o conhecimento nele envolvido. Portanto, aqui, o trabalho artesanal será considerado como: o processo de produção de um determinado produto em que o(s) sujeito(s) envolvido(s) participa(m) das etapas de produção, desde a escolha da matéria-prima até a comercialização do produto final, em que haja conhecimento prático (expertise), o domínio, por parte do(s) sujeito(s), englobando assim o trabalho.

A partir desse conceito e das classificações do SEBRAE referentes à organização do trabalho, propõe-se a seguinte categorização: artesãos individuais, grupos informais de produção artesanal, núcleos de produção artesanal familiar, empreendimentos artesanais solidários e empresas artesanais. Cada um desses grupos será apresentado a seguir.

- **O Artesão Individual**

Nesta classificação, considerou-se o artesão que trabalha individualmente, seja ele mestre-artesão, artesão ou artista (categorias analisadas separadamente pelo SEBRAE). Nesse sentido, não houve a preocupação em diferenciar o “nível de aprendizagem” (mestre ou aprendiz) e o “nível de criatividade” (artista ou não). Foi essencial, entretanto, o domínio das técnicas por parte do(s) sujeito(s) e o conhecimento prático (expertise).

- **Grupos informais de produção artesanal**

Um grupo informal de produção artesanal engloba artesãos que se amparam em acordos informais, “como aquisição de matéria-prima e/ou de estratégias promocionais conjuntas e produção coletiva” (MASCÊNE; TEDESCHI, 2010, p. 18). O termo “informal”, proposto para denominar este grupo, não está relacionado nem ao cadastro jurídico nem à classificação utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)<sup>15</sup> ou pela OIT (Organização Internacional do Trabalho)<sup>16</sup>. Ele se refere apenas ao tipo de relação estabelecida entre os membros.

- **Núcleos de Produção Artesanal Familiar**

A força de trabalho do núcleo de produção familiar é composta por membros de uma mesma família, alguns com dedicação integral e outros com dedicação parcial ou esporádica (MASCÊNE et al., 2010). Esses autores complementam que nesses casos:

A direção dos trabalhos é exercida pelo pai ou pela mãe (dependendo do tipo de artesanato que se produza), que organizam os trabalhos de filhos, sobrinhos e outros parentes. Em geral não existe um sistema de pagamentos prefixados, sendo as pessoas remuneradas de acordo com suas necessidades e disponibilidade de um caixa único (MASCÊNE et al., 2010, p. 17).

Os produtores e/ou agricultores familiares<sup>17</sup> são bons exemplos para essa discussão. Apesar de os núcleos familiares não estarem restritos à Zona Rural, é mais

---

<sup>15</sup> “Pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias” (IBGE, 2005, p. 16).

<sup>16</sup> De acordo com a classificação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estão na categoria “trabalhos informais” os autônomos, assalariados sem carteira, e as situações em que prevalece o trabalho familiar ou o domiciliar, como nos pequenos negócios e nas pequenas empresas. Teoricamente, esses trabalhadores estariam expostos às condições precárias de trabalho, no que se refere à falta de proteção e de cidadania plena (MATSUO, 2011), devido à perda de direitos trabalhistas.

<sup>17</sup> Neste trabalho, o termo “produtor artesanal” foi usado em conformidade com o Decreto nº 44.133, de 19 de outubro de 2005 (MG de 20/10/2005), art. 4º, inciso VIII, que assim o define: “Produtor Artesanal e ou Agricultor Familiar: é a pessoa física que produza e ou manipule alimentos para fins de comercialização, e que esteja filiada a cooperativa ou associação”. Já o termo “agricultor familiar” é

comum encontrar esse tipo de conformação nesse local, principalmente devido ao incentivo às atividades artesanais como forma de fixação da população no campo e como forma alternativa de geração e complementação de renda.

- **Empreendimentos Artesanais Solidários**

No início dos anos 2000, ganharam destaque propostas de geração de trabalho e renda baseadas nas discussões sobre a possibilidade de uma “outra economia”<sup>18</sup> a partir dos setores populares em uma economia solidária. Desde então esse setor vem se desenvolvendo no Brasil, constituindo-se em uma forte alternativa de trabalho e renda e inclusão social.

Destacam-se nesse setor as associações e cooperativas. A principal diferença entre as duas é que a primeira tem por finalidade a organização de pessoas com o intuito de desenvolver atividades de cunho cultural, político, esportivo, social, educacional, filantrópico, ou seja, não apresenta fins econômicos; já a segunda tem como principal objetivo viabilizar o negócio produtivo, ou seja, sua finalidade é essencialmente econômica (SEBRAE, 2009).

Propõe-se o termo “empreendimentos artesanais solidários” para referir-se aos grupos de artesãos inseridos dentro dos setores populares da economia solidária e que, conseqüentemente, contribuem com aspectos culturais (por meio da comercialização de produtos característicos da região em que são produzidos e/ou comercializados), sociais (por meio do reconhecimento dos seus produtos em nível local e, em muitos casos, regional) e/ou econômicos (por meio da geração e complementação de renda), por meio do trabalho artesanal.

- **Empresas artesanais**

As empresas artesanais abrangem os “núcleos de produção que evoluíram para a forma de micro ou pequenas empresas, com personalidade jurídica, regida por um

---

utilizado de acordo o Decreto nº 44.133, de 19 de outubro de 2005 (MG de 20/10/2005), art. 4º, inciso IX: “Agricultor familiar – além do disposto no inciso VIII: é a pessoa física que se dedica à atividade agropecuária, e que processa alimentos como forma de agregação de valor à sua produção, em consonância com os requisitos do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF”.

<sup>18</sup> Para mais informações sobre o assunto, consultar as discussões sobre economia social (SACHS, 1986a,b), socioeconomia (ETZIONI, 1995), economia solidária (LISBOA, 2005), economia descalça (MAX-NEEF, 1986), economia popular solidária (RAZETO, 1997) e economia solidária (SINGER, 2002) – leituras sugeridas por Felski, Sampaio e Dallabrida (2010).

contrato social (...). Empregam artesãos e aprendizes encarregados da produção e remunerados” (MASCÊNE et al., 2010, p. 18).

Para obter registro de empresa e se tornar um Empresário Individual<sup>19</sup>, o artesão pode se enquadrar como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

As análises aprofundadas a respeito da estruturação de cada uma dessas formas de organização do trabalho artesanal e das semelhanças e diferenças serão apresentadas na forma de quatro estudos de casos específicos de Viçosa, MG, no capítulo 3.

## **2.4 Algumas considerações sobre as novas formas de organização do trabalho artesanal na contemporaneidade brasileira**

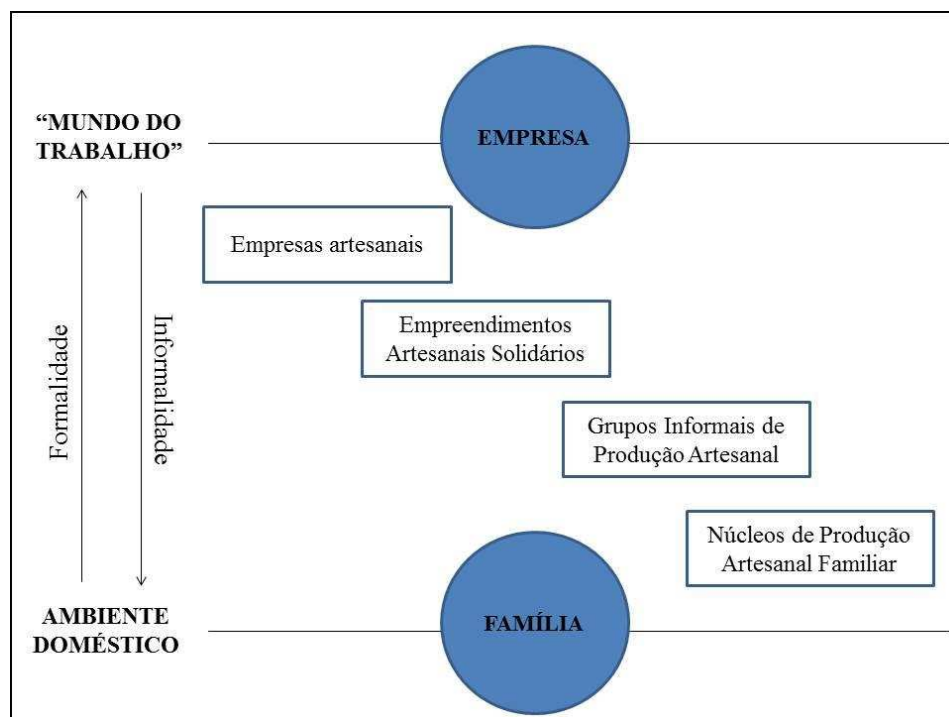
A transição do sistema de produção artesanal para o sistema de produção industrial se deu de forma gradativa ao longo dos anos. Apesar de a sociedade atual valorizar as características da economia predominantemente capitalista referentes à produção massificada resultante de mecanização e automação, percebe-se a existência de formas de trabalho com lógicas diferentes (mas não contrárias) a esse modo de produção, ocasionando a coexistência de diversos modos de organização do trabalho.

O trabalho artesanal se destaca nesse contexto por ser uma atividade que, desde sua origem, esteve ligada ao ambiente doméstico e que, apesar das transformações no mundo do trabalho, foi capaz de se adaptar às exigências do mercado atual, conforme observado na Figura 5.

A Figura 5 representa a dualidade do tema trabalho, sobretudo no que se refere à (in)formalidade. O “mundo do trabalho”, representado pelas empresas e indústrias, é considerado sinônimo de “formalidade”, visto que oferece condições estáveis de trabalho, na forma da “carteira assinada”. Já o ambiente doméstico é associado à família e às relações pessoais, logo, às atividades de reprodução social.

---

<sup>19</sup> “O empresário individual (anteriormente chamado de firma individual) é aquele que exerce em nome próprio uma atividade empresarial. É a pessoa física (natural) titular da empresa” (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2013a).



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

**Figura 5** – Aproximação do trabalho artesanal em relação ao “mundo do trabalho” e ao “mundo doméstico”.

A princípio, à medida que se distancia do doméstico, a atividade se descaracteriza enquanto “artesanal”, uma vez que há perda do controle do trabalhador sobre os meios de produção. Contudo, as formas de organização apresentadas “transitam” entre o formal e o informal, bem como pelo mundo da produção e da reprodução, pois assumem diferentes características, de acordo com o meio em que são realizadas e com os recursos disponíveis.

Todas as configurações de trabalho artesanal apresentadas são consideradas atividades informais pelo IBGE e, portanto, pela classificação utilizada em documentos oficiais do governo, principalmente aqueles relacionados à elaboração de políticas públicas e de programas sociais. Entretanto, a análise da informalidade deve levar em consideração três aspectos diferentes: o jurídico, o econômico e o social.

Em relação aos **aspectos jurídicos**, os artesãos podem se caracterizar como formais (quando há legalização da atividade, por meio de registros e contratos) ou informais (quando não há esses registros). Nessa abordagem, o artesão tem sua atividade formalizada quando apresenta o Cadastro de Pessoa Jurídica, que pode ser obtido enquanto Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou fazendo parte de um grupo com registro jurídico, como

associações ou cooperativas. A ausência de registros ocorre em casos em que a principal finalidade da atividade não é econômica. Nesses casos, o trabalho artesanal apresenta mais um sentido de socialização do que necessariamente de produção. Quando a comercialização se torna o principal objetivo da produção, a “formalização” surge como um meio de expandir o mercado consumidor, uma vez que ela possibilita a emissão de notas fiscais, facilitando a comercialização para empresas, instituições e organizações, bem como a aquisição de matérias-primas e o acesso a financiamentos.

A classificação apresentada nesta pesquisa foi apenas uma forma de visualizar algumas possibilidades de organização do trabalho artesanal, porém elas não são rígidas: um artesão pode estar inserido em mais de uma classificação, bem como artesãos inseridos no mesmo grupo podem apresentar especificidades. Por exemplo, um membro de um núcleo familiar também pode estar registrado como empreendedor individual, agricultor familiar ou associado/cooperado.

**Economicamente**, mesmo que os artesãos apresentem o CNPJ, ainda assim são inseridos no setor informal da economia: de acordo com a classificação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estão na categoria “trabalhos informais” os autônomos, os assalariados sem carteira e as situações em que prevalece o trabalho familiar ou o domiciliar, como nos pequenos negócios e nas pequenas empresas. Teoricamente, eles estariam expostos às condições precárias de trabalho, no que se refere à falta de proteção e de cidadania plena (MATSUO, 2011), devido à perda de direitos trabalhistas. Já o IBGE, ao realizar, em 2003, a pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf) em busca de informações a respeito do papel e da dimensão do setor informal na economia brasileira, considerou pertencentes a esse setor “todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias”. A pesquisa fez um recorte apenas para a área urbana, não considerando as “atividades não-agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios rurais – de que servem de exemplo a pequena indústria alimentar, artesanato, confecção e serviços” (IBGE, 2005, p. 15), a “população de rua” (de número crescente nas áreas metropolitanas), nem os trabalhadores domésticos. Como são organizadas em pequenas empresas ou negócios e também não possuem vínculo empregatício, algumas atividades, entre elas a dos artesãos individuais e aqueles organizados coletivamente, não estão incluídas nem no setor considerado informal nem naquele já caracterizado como formal. Por permanecerem no “limbo”, o olhar do governo sobre suas realidades fica

impossibilitado. Assim, tanto a criação quanto o acesso a alguma política já existente para outras lógicas de organização do trabalho não se efetivam.

A análise ainda pode ser feita **do ponto de vista social**. Além da falta de acesso às políticas de incremento de emprego e renda de um contingente de trabalhadores, os dados de desemprego não retratam a realidade efetiva do trabalho no País e os indivíduos envolvidos em outras formas de trabalhar que não se incluam nas categorias formalidade e informalidade. Estes são vistos pejorativamente como “desempregados”, o que os desqualifica como profissionais, o seu trabalho e os produtos dele resultantes.

A análise das distintas formas da organização do trabalho artesanal na contemporaneidade brasileira permite a compreensão das peculiaridades da atividade, assim como das estratégias elaboradas por cada grupo na tentativa de inserir a si mesmo e os seus produtos econômica e socialmente no mercado atual.

Diante do exposto, acredita-se que a dicotomia formal/informal deve ser repensada. Por um lado, o termo “formal” pressupõe atividades socialmente aceitas e que proporcionam reconhecimento graças à legislação (direitos trabalhistas garantidos pela “carteira assinada”). Já o “informal” envolve tudo o que não é “formal”, ou seja, uma vez que não garante estabilidade, os trabalhadores desse setor ficam sujeitos a situações de vulnerabilidade econômica e social.

É importante considerar, no atual contexto econômico, a representatividade das formas de organização do trabalho, cujos princípios diferem dos objetivos capitalistas, sendo valorizadas questões como solidariedade, reciprocidade e resgate de valores humanos (habilidades pessoais, criatividade, autonomia, subjetividade), em contraposição à produção massificada resultante de mecanização e automação.

É importante, portanto, a construção de uma classificação que considere questões além do “registro formal” da atividade (por meio da “carteira assinada”), mas também o saber-fazer do trabalhador, bem como seu conhecimento tácito e sua experiência de vida adquiridos com a prática ao longo da sua vida cotidiana.

### **CAPÍTULO 3. INICIATIVAS DE INCENTIVO AO TRABALHO ARTESANAL ENQUANTO POSSIBILIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

A caracterização de uma atividade enquanto trabalho varia de acordo com os conceitos adotados em cada contexto social e econômico. Na atual sociedade capitalista, em que o trabalho assume forma de mercadoria e, portanto, finalidade econômica, as atividades que não visam ao lucro e a mais valia são desvalorizadas, como é o caso das atividades ditas “informais”, entre elas o trabalho artesanal em qualquer uma das configurações apresentadas no capítulo anterior.

Ao se tratar das discussões acerca da atual crise no mundo do trabalho, o debate sobre os tipos de atividades informais ganha relevância, visto que as novas configurações do trabalho têm sido inseridas no “setor informal” da economia.

Essa discussão está intimamente ligada à forma como o Estado se propõe a lidar com as questões relacionadas ao trabalho, podendo tratá-lo a partir de uma perspectiva econômica, jurídica e/ou social (THEODORO, 2000; NORONHA, 2003).

Até os anos 1970, a informalidade era tratada como um fenômeno homogêneo a partir de uma abordagem dualista (atividades formais e informais em extremos opostos), que considerava a subordinação das atividades informais em relação às formais e desconsiderava a relação dinâmica que poderia existir entre elas (RIVERO, 2009). A esse respeito, Rivero (2009, p. 49) afirma:

Estas considerações se apoiavam em concepções sociais dualistas. O interesse continuava concentrado em integrados ou não-integrados, tradicional ou moderno. O modelo que se desejava alcançar era de uma sociedade moderna na qual todos estivessem integrados de forma homogênea no mercado de trabalho formal, o que significa dizer que todos deveriam ser ou assalariados ou empregadores num sistema de classes fundamentais que também era dual. As análises economicistas ou estruturalistas, que mostravam a realidade como se desenvolvendo entre duas categorias polarizadas, geralmente referiam-se aos não assalariados como setores sociais em extinção (RIVERO, 2009, p. 49).

Nesse período, a “informalidade” era vista como o subproduto das rápidas transformações pelas quais passavam os países em via de desenvolvimento, em que muitas atividades não eram suficientemente atrativas para o investimento capitalista. Dessa forma, ela desapareceria assim que o desenvolvimento fosse atingido (RIVERO, 2009; THEODORO, 2000).

A partir dos anos 1970, as questões relacionadas à “informalidade” passaram a despertar o interesse de governantes e pesquisadores, o que fez surgir abordagens no



sentido de explicar e conceituar o “setor informal” (RIBEIRO, 2000). Nesse período, o termo passou a fazer parte do jargão oficial, sendo incorporado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual incluía na categoria “trabalhos informais” os autônomos, os assalariados sem carteira e as situações em que prevalece o trabalho familiar ou o domiciliar, como nos pequenos negócios e nas pequenas empresas. Teoricamente, eles estariam expostos às condições precárias de trabalho, no que se refere à falta de proteção e de cidadania plena (MATSUO, 2011), devido à privação de direitos trabalhistas.

Esse setor se tornou responsabilidade do Estado, que deveria agir como o instrumento em direção ao desenvolvimento a partir da formulação de um conjunto mais amplo de políticas que daria conta de resolver o problema da informalidade, visto como fenômeno passageiro e possível de ser combatido. No entanto, a questão ainda permaneceu no âmbito econômico e operacional, em detrimento do social e político (THEODORO, 2000).

No final dos anos 1980, diante do cenário econômico brasileiro marcado pelo desemprego, subemprego e baixos níveis de renda, o Estado tornou o mercado de trabalho um tema central de seus projetos políticos. O discurso oficial do governo passou a abordar seriamente a questão do resgate da cidadania, tendo em vista a existência de expressiva parcela da população tida como os “excluídos do milagre”. Esse foi o início de uma visão social sobre o informal. Houve então a revisão dos objetivos do Estado em relação à sua intervenção no setor informal: não se tratava mais de formalizar o informal, mas de aproveitar suas potencialidades para enfrentar o desemprego. Por isso, as políticas voltadas para o setor informal (visto agora como instrumento de resgate da cidadania, logo, de inclusão social) se inseriram no rol de políticas sociais. Como consequência, houve a proliferação dos programas de apoio ao informal, com a participação de diversos organismos governamentais e não governamentais<sup>20</sup> (THEODORO, 2000).

Ainda nos anos 1980, iniciou-se a discussão sobre as lacunas geradas ao se dividir a economia apenas em “formal” e “informal”, despertando o interesse pelas organizações populares, que, apesar de serem distintas da lógica capitalista, se demonstraram capazes de contribuir para as relações econômicas e sociais do País (TIRIBA; PICANÇO, 2004).

---

<sup>20</sup> O autor dá destaque a alguns programas criados, entre eles: a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e seu Programa de Apoio a Unidades Produtivas; Ministério do Interior; organismos financeiros, como a Caixa Econômica Federal (com o Pró-Autônomo) e o Banco do Brasil (com o FUNDEC); e até mesmo a Presidência da República, por intermédio da SEAC (Secretaria de Ação Comunitária). Para mais informações, ver Theodoro (2000).

Na década de 1990, houve mudança no papel do Estado, que começou a se mostrar omissa em relação aos problemas sociais, provocando a reação de alguns grupos organizados e marcando a maior participação da sociedade civil, principalmente relacionados às questões sociais. Os programas<sup>21</sup> criados nesse período partiam de uma visão liberal de apoio ao informal, inspirados na experiência do Grameen Bank de Bangladesh<sup>22</sup>, centrados no crédito individual. Sob essa perspectiva, cada indivíduo era considerado um pequeno empreendedor potencial, sendo capaz de identificar as melhores opções oferecidas pelo mercado (que por sua vez seria capaz de estabelecer o elenco de prioridades e de atividades a serem apoiadas) (THEODORO, 2000).

No início dos anos 2000, ganharam destaque as propostas de geração de trabalho e renda com um novo enfoque. Já não se falava mais apenas em economia formal/informal, mas também em setores populares em uma economia solidária. Essas novas formas de organização têm sido vistas como possibilidades de promoção do desenvolvimento não apenas no âmbito econômico, mas também social, político, cultural e ambiental (CUNHA, 2003; SOUZA, 2003), tornando-se expressivas as iniciativas econômicas solidárias ou as populares solidárias (TIRIBA; PICANÇO, 2004). Embora não se possa generalizar, elas apresentam alguns pontos básicos em comum, como: coletividade; solidariedade; democracia inclusiva e participativa; e crescimento justo e apropriado. Os empreendimentos solidários abrangem atividades que estão fora do assalariamento formal, principalmente as experiências populares de pequeno porte, de caráter informal e de baixa rentabilidade, como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, entre outros (CUNHA, 2003; BARBOSA, 2008).

Desde então, esse setor vem se desenvolvendo no Brasil e se constituindo em uma forte alternativa de trabalho e renda e de inclusão social. As preocupações voltaram-se não apenas para o desemprego, mas também para a realidade dos pequenos trabalhadores e para as pequenas atividades até então consideradas informais. Aqui, destacam-se três das principais propostas desenvolvidas nesse período: 1) o incentivo às

---

<sup>21</sup> Alguns deles: Comunidade Solidária, com o Programa Banco do Povo; Ministério do Trabalho/ CODEFAT, com o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER); Programa Nacional de Formação Profissional (PANFLOR); Programa de Emprego (PROEMPREGO); empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seus programas – BNDES – Trabalhador e BNDES-Solidário (THEODORO, 2000; POCHMANN, 2008).

<sup>22</sup> Concebido em 1976, pelo professor Muhammad Yunus, o Grameen Bank (GB) é o primeiro banco do mundo especializado em microcrédito e visa erradicar a pobreza no mundo. O GB reverteu a prática bancária convencional, eliminando a necessidade de garantia, e criou um sistema bancário baseado na confiança mútua, participação, responsabilidade e criatividade. Ganhou o Nobel da Paz do ano de 2006, juntamente com seu fundador (Fonte: disponível em: <<http://www.grameen.com>>).

iniciativas solidárias, elevadas, em 2003, à categoria de política pública pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Lei nº 10.683/2003, e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); 2) a criação, em 2006, da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, amparada pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que oferece uma série de benefícios ao pequeno produtor rural (incluindo aqui os artesãos) por meio de programas que propiciam/ facilitam o acesso a crédito e fundo de aval, infraestrutura e serviços, assistência técnica e extensão rural, comercialização, educação, capacitação e profissionalização, entre outros serviços; e 3) a criação, em 2008, da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) pela Lei complementar nº 128/2008, que, entre outros, facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais, além da isenção de tributos federais e da garantia de acesso a diversos benefícios sociais. Essas políticas, apesar de não serem voltadas diretamente para a atividade artesanal, são capazes de inserir os artesãos e proporcionar a eles vários tipos de benefícios. Além disso, apesar de, inicialmente, não terem nenhuma relação entre si, os artesãos acabam se inserindo em mais de uma delas simultaneamente, o que pode gerar benefícios, mas também pode acarretar sérias consequências para o indivíduo em relação aos seus direitos sociais.

A seguir serão apresentadas as principais iniciativas voltadas (direta ou indiretamente) ao incentivo do trabalho artesanal, no Brasil, a partir da década de 1980.

### **3.1 Programas e instituições de incentivo ao trabalho artesanal brasileiro**

Os programas com maior atuação em nível federal são o Programa Brasileiro de Artesanato (PAB) e o Programa SEBRAE de Artesanato (PSA). As iniciativas estaduais de maior destaque em Minas Gerais se dão a partir de programas e projetos executados pela EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), no meio rural, e pela ONG “Central Mãos de Minas”, juntamente com o Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor (Instituto Centro CAPE), no meio urbano.

#### **3.1.1 Programa de Artesanato Brasileiro (PAB)**

Criado em 1980, atualmente está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), conforme Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995, compondo a estrutura da Secretaria de Comércio e Serviços. Ele é representado em

cada uma das 27 Unidades da Federação por meio das Coordenações Estaduais do Artesanato, atuando na elaboração de políticas públicas que envolvem órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além de entidades privadas, priorizando a geração de ocupação e renda e o desenvolvimento de ações que valorizem o artesanato brasileiro e melhorem o seu nível cultural, profissional, social e econômico (MDIC, 2012a). As ações do PAB possibilitam a consolidação do artesanato brasileiro como setor econômico de desenvolvimento das comunidades, a partir da consideração de que a atividade é disseminada em todo o território nacional, possuindo variações e características peculiares conforme o ambiente e a cultura regional (MDIC, 2012a). Em Minas Gerais, o PAB é representado pela Secretaria de Artesanato, que atua junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, com sede na Cidade Administrativa, na capital mineira.

As ações do PAB possibilitam a consolidação do artesanato brasileiro como setor econômico de desenvolvimento das comunidades, a partir da consideração de que a atividade é disseminada em todo o território nacional, possuindo variações e características peculiares conforme o ambiente e a cultura regional (MDIC, 2012a). Em 2011, o MDIC assinou acordo de cooperação técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para sistematizar informações e apoiar a elaboração de políticas públicas para o setor artesanal. Um primeiro estudo, realizado a partir do cruzamento de dados com a Pesquisa de Municípios (MUNIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitiu consolidar o primeiro mapa do artesanato brasileiro, que ilustra, por estado, qual o principal produto artesanal produzido na região. A pesquisa do IBGE utiliza 17 categorias de artesanato<sup>23</sup>, que foram organizadas de forma a mostrar a distribuição da produção e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas específicas. No Estado de Minas Gerais, entre as atividades artesanais apontadas como mais significativas estavam o bordado (presente em 80,2% dos municípios mineiros), a madeira (em 38,2%), a culinária típica (em 29,2%) e o barro (em 17,9%) (MDIC, 2012b).

---

<sup>23</sup> Bordado, Barro, Couro, Fios, Fibras vegetais, Frutas e sementes, Madeira, Material reciclável, Metal, Pedras, Pedras preciosas, Tecelagem, Tapeçaria, Renda, Vidro, Conchas, Culinária típica. O questionário ainda oferece a opção **Outros**, para abarcar outras atividades artesanais não compreendidas na relação apresentada, e a opção **Nenhum dos itens relacionados**, para garantir a inexistência de respostas em branco, no caso de não haver atividades significativas no município (IPEA/MDIC, 2012).

Outra medida desenvolvida pelo PAB foi a criação da carteira nacional do artesão<sup>24</sup>, que é emitida pela respectiva Coordenação Estadual do Artesanato no âmbito do SICAB – Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro. O artesão precisa cumprir alguns requisitos para obter o documento: ser brasileiro, residente e domiciliado no estado e apresentar fotocópias do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e comprovante de residência. Além de apresentar duas peças prontas de cada matéria-prima/técnica a ser cadastrada e elaborar uma peça artesanal, por matéria-prima/técnica a ser cadastrada, em todas as suas fases, em teste a ser realizado pela Coordenação Estadual.

### **3.1.2 Programa SEBRAE de Artesanato (PSA)**

Criado em 1999, atualmente está consolidado nas 27 Unidades Federativas do País. A proposta de um programa voltado para o artesanato resultou de mudanças estratégicas do SEBRAE ocorridas no final dos anos 1990. A partir de então, foram adotadas duas abordagens: uma em âmbito setorial, focada no fortalecimento de cadeias produtivas, e outra em âmbito local, com base no fortalecimento do capital humano e social com pré-condição para o empreendedorismo. Ambas consideravam o protagonismo dos atores envolvidos.

Em 2002, por meio da realização de pesquisa de satisfação e desempenho, verificou-se que não havia critérios homogêneos para a execução das atividades, ou seja, cada Estado utilizava parâmetros próprios, o que gerou dificuldades para o programa em geral.

No entanto, mesmo com as divergências nas diretrizes e metodologias do programa, foram apresentados resultados positivos relacionados à importância social, econômica e cultural das atividades voltadas para o artesanato. Diante dessa situação, foi elaborado o Termo de Referência, em 2003, no qual se estabeleceram como foco diferentes categorias<sup>25</sup> de artesanato e estratégias específicas para cada uma delas.

Atualmente, o Sistema SEBRAE de Artesanato atua na perspectiva da mobilização dos territórios para o desenvolvimento local. Objetiva ampliar a articulação, mobilização e promoção do desenvolvimento das redes sociais, técnicas e instituições locais. Considera o artesanato uma “contrapartida à massificação e uniformização de

---

<sup>24</sup> Divulgada pelo Diário Oficial da União (DOU) em 17 de abril de 2012. Para mais informações, acessar: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=73&data=17/04/2012>>.

<sup>25</sup> Arte popular, artesanato, trabalhos manuais, produtos alimentícios (típicos), produtos semi-industriais e industriais “Industrianato/Souvenir”, artesanato indígena, artesanato tradicional, artesanato de referência cultural, artesanato conceitual (MASCÊNE; TEDESCHI, 2010).

produtos globalizados” (MASCÊNE et al., 2004, p. 14), com elevado potencial de ocupação e geração de renda, por meio da valorização e do desenvolvimento dos territórios. Com o fortalecimento da identidade e da cultura local, o artesão permanece no seu espaço de produção e, aliando-se ao turismo, o transforma em roteiro turístico (MASCÊNE; TEDESCHI, 2010).

Os dois programas atuam em parceria, por meio da qual já desenvolveram catálogos de divulgação dos produtos dos artesãos cadastrados, cartilhas de incentivo ao trabalho artesanal solidário (por meio da formação de associações e cooperativas), além da promoção de eventos para exposição e comercialização de seus trabalhos.

O PAB atua mais no sentido de oferecer apoio institucional e reconhecimento social aos artesãos, por meio da divulgação dos seus trabalhos, e de reconhecer a qualidade dos serviços de cada artesão, por meio da emissão da carteira nacional do artesão. Já o SEBRAE promove iniciativas de capacitação, buscando o aumento do seu mercado consumidor.

Além dessas iniciativas, o governo federal, por meio do financiamento de ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), busca subsidiar a consolidação das atividades artesanais como forma alternativa de geração de emprego e renda. Destaca-se a atuação da OSCIP Artesol – Artesanato Solidário. Criada em 1998 como um programa social cujo objetivo inicial foi o combate à pobreza em regiões castigadas pela seca, e elevado a OSCIP em 2002, a organização atua nas localidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por meio do incentivo ao “artesanato tradicional”, aquele cujas atividades “guardam a memória de saberes tradicionais que se perpetuam e se renovam na arte de fazer” (LEITE, 2003, apud ARTESOL, 2012, p. 1). Essas são ainda pouco conhecidas dos artesãos das pequenas e médias cidades, onde a estrutura dos programas, os recursos e as formas de viabilizar a organização dos artesãos e o acompanhamento de suas atividades não estão disponíveis a eles.

### **3.1.3 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG)**

O serviço de extensão rural em Minas Gerais, representado pela EMATER-MG, foi criado com o propósito de adotar uma política governamental voltada para a modernização agropecuária, de acordo com o modelo de desenvolvimento seguido no Brasil no final de 1940. Ao longo dos anos, a abordagem utilizada pelos extensionistas se modificou, principalmente devido a questões sociais e econômicas. Atualmente a EMATER-MG tem uma “abordagem metodológica participativa adequada às exigências das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável” (EMATER-MG, 2011, p. 10).

Em 2011, a partir da elaboração do manual de Políticas e Diretrizes Técnicas da EMATER-MG, as atividades relacionadas à produção artesanal foram definidas como responsabilidade da área técnica de Bem-Estar Social, com base na diretriz a seguir:

Promover a atividade artesanal, no ambiente rural, na perspectiva de geração de ocupação e renda de forma organizada, planejada, ética, solidária e orientada para mercado com valorização da cultura e das tradições locais e regionais, respeitando o meio ambiente (EMATER-MG, 2011, p. 18).

Nesse manual é possível perceber que a EMATER-MG apoia o trabalho artesanal, considerando-o “importante para o desenvolvimento local sustentável e promoção do resgate das tradições e da história de vida das famílias, contribuindo para a preservação da cultura” (GUIMARÃES et al., 2011, p. 7).

O foco da EMATER não é mercadológico. Os seus projetos estão voltados para o desenvolvimento regional, a partir da diversificação da produção agrícola, e para iniciativas de cooperação social. Sua prioridade é a inclusão social dos pequenos produtores e o fortalecimento da agricultura familiar, por meio do fortalecimento desta atividade.

#### **3.1.4 Central Mãos de Minas**

A Central Mãos de Minas teve sua origem na experiência pessoal da sua fundadora, que, diante das dificuldades enfrentadas como artesã, principalmente no processo de comercialização dos produtos, criou o projeto em 1983, vinculado ao Conselho da Mulher, lançado por Tancredo Neves. Devido ao seu sucesso, o projeto se tornou uma Associação Sem Fins Lucrativos, que se destaca ainda hoje pela emissão de notas fiscais aos produtores artesanais, que antes tinham de enfrentar um intenso processo burocrático, por meio da Secretaria da Fazenda, órgão governamental brasileiro.

Em 1989, a Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros do Projeto Mãos de Minas percebeu a necessidade de iniciar treinamentos gerenciais para seus associados. Essa iniciativa não obteve sucesso, uma vez que não consideraram as diferentes funções assumidas pelos artesãos dentro dos seus negócios. Em 1990, por meio da parceria com a GTZ Sociedade Alemã de Cooperação Técnica e Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (SETAS-MG) e do projeto Programa de Geração de Emprego e Renda (PRORENDA), iniciou-se um teste piloto com a metodologia Competência Econômica baseada na Formação de Empreendedores (CEFE), que consistia na busca do desenvolvimento das características empreendedoras do artesão, considerando suas experiências e as situações vividas de acordo com a realidade de cada um deles. Com o fim do programa da GTZ junto à SETAS, a Mãos de Minas procurou o SEBRAE, com quem desenvolveu um departamento chamado Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor, com o objetivo de treinar técnicos para desenvolver tal metodologia. Em 1993 foi criado o Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor (Instituto Centro CAPE), que se desvinculou da Central Mãos de Minas e se transformou em uma sociedade civil, sem fins lucrativos (CENTRO CAPE, 2013).

Atualmente, a Central Mãos de Minas conta com mais de 7 mil filiados de todo o Estado de Minas Gerais e oferece apoio aos artesãos, desde a produção até a comercialização dos produtos. A ONG está envolvida em projetos de alcance nacional e internacional e não depende financeiramente de outras instituições, apesar de contar com parceiros, entre alguns deles: a Instituição Banco do Brasil, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), Associação Brasileira de Exportação de Artesanato (ABEXA) e Ministério da Cultura. Ela funciona como um dos grupos de desenvolvimento do Instituto Centro Cape, cujas áreas de atuação são: área técnica (capacitação em gerência empresarial, educacional e de crédito), área de feiras e eventos (planejamento, organização e operacionalização), área de apoio à exportação (operacionalização das exportações da loja Mãos de Minas e subsídio ao trabalho dos artesãos, promovendo oficinas de desenvolvimento e melhoria de produtos artesanais), área de projetos especiais (desenvolvimento de novos projetos com base na ideia de que o desenvolvimento do País pressupõe o desenvolvimento do seu povo) e área de comunicação externa (disponibiliza informações a serem transmitidas aos clientes por meio de instrumentos padronizados, como manuais, apostilas e home pages). A divulgação de suas ações é feita por parceiros e pela Revista Brasil Feito à Mão, distribuída nacional e internacionalmente.



A Central Mãos de Minas cadastra os artesãos organizados individualmente e cobra uma mensalidade, cujo valor varia de acordo com o local onde ele mora (zona metropolitana ou interior de Minas Gerais). O artesão tem acesso a vários tipos de consultoria e pode ser cadastrado na Loja Virtual, onde se encontram as formas de contato disponíveis, de acordo com o nome do artesão, o tipo de produto comercializado e a sua região.

Apesar de existirem 7 mil membros cadastrados, até a conclusão desta pesquisa não foram localizados registros de artesãos em Viçosa pelo site oficial da instituição, pois este ainda se encontrava em manutenção.

Percebe-se que a instituição contribui com o desenvolvimento da atividade artesanal, promovendo a capacitação dos artesãos e aumentando o seu mercado consumidor, seja por meio da participação em feiras, seja pela melhoria das condições de comercialização. Suas ações, de fato, têm contribuído para a inserção dos produtos artesanais no mercado.

### **3.1.5 Circuitos turísticos**

As Associações de Circuitos Turísticos são entidades sem fins lucrativos, que caracterizam a política pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, implantada pelo Governo de Minas em 2003, por meio de Decreto-Lei nº 43.321. Atualmente, de acordo com a Resolução 009/2010, Minas Gerais conta com 46 Associações de Circuitos Turísticos certificadas, mais a capital, Belo Horizonte, envolvendo todas as regiões do Estado (SETUR-MG, 2013).

Caracterizados como instâncias de governança regional, os Circuitos Turísticos reúnem um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas, unidos para organizar e desenvolver a atividade turística de forma sustentável. O trabalho dos Circuitos Turísticos se dá por meio da integração contínua dos municípios, consolidando a identidade regional, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento da atividade no Estado (SETUR, 2013).

Atualmente os Circuitos Turísticos de Minas Gerais estão divididos por regiões, sendo elas: Central, Zona da Mata, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Centro-Oeste de Minas, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Mucuri e Rio Doce.

A região da Zona da Mata inclui os circuitos: Caminho Novo, Caminhos Verdes de Minas, Montanhas e Fé, Nascente do Rio Doce, Pico da Bandeira, Recanto dos Barões,

Serra do Brigadeiro, Serras de Minas, Serras do Ibitipoca, Serras e Cachoeiras. O circuito “Serras de Minas”, por sua vez, é constituído pelos municípios de Acaiaca, Araponga, Barra Longa, Canaã, Dom Silvério, Guaraciaba, Guiricema, Paula Cândido, Rio Doce, São Geraldo, São Miguel do Anta, Ubá e Viçosa.

Os circuitos turísticos funcionam como promotores da associação entre o turismo rural e o modo de vida das famílias rurais a partir de novas oportunidades de trabalho e renda, uma vez que a economia local é ativada por meio da diversificação de novas formas de trabalho no campo.

O delineamento de “rotas turísticas” desperta o interesse pela vida, pelo costume e pelo modo de produção das famílias rurais, atraindo interesse dos municípios e até de grandes centros urbanos.

Apesar dos possíveis benefícios gerados por essa iniciativa, não foram localizados artesãos do município de Viçosa que participam do Circuito Serras de Minas.

As principais informações a respeito das iniciativas apresentadas neste tópico foram sintetizadas na Figura 6.

### 3.2 Algumas considerações acerca da atuação dos programas no município de Viçosa

Apesar da importância social e econômica do trabalho artesanal e da existência de programas cujas ações são consolidadas desde o início dos anos 1990 e respaldadas por pesquisas e documentos técnicos, a pesquisadora encontrou dificuldades em acessar dados relativos à efetivação do trabalho artesanal no Estado de Minas Gerais, como: número de artesãos cadastrados, principais atividades desenvolvidas, localização dos artesãos por região e renda gerada pela produção artesanal.

| Iniciativa                               | Nível de atuação                  | Abordagem                                                                                                                                                                | Forma de Atuação                                                                              |
|------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Programa de Artesanato Brasileiro</b> | Atuação nacional (criado em 1980) | Artesanato como oportunidade de geração de trabalho e renda, valorizando o desenvolvimento comunitário, segundo as diferenças culturais locais e regionais               | Atuação mais focada em ações de APOIO, RECONHECIMENTO e ORGANIZAÇÃO das atividades artesanais |
| <b>Programa Sebrae de Artesanato</b>     | Atuação nacional (criado em 1999) | Foco no fortalecimento das cadeias produtivas (abordagem setorial) e no fortalecimento do capital humano e social com pré-condição ao empreendedorismo (abordagem local) | Atuação mais focada em ações de FORMAÇÃO dos artesãos                                         |

|                              |                                                   |                                                                                                                    |                                                         |
|------------------------------|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <b>EMATER – MG</b>           | Atuação estadual (criado em 2011)                 | Foco no artesanato como geração de ocupação e renda, para inclusão e diversificação da atividade agrícola familiar | Atuação mais focada em ações de INCLUSÃO SOCIAL         |
| <b>Central Mãos de Minas</b> | Atuação estadual (criado em 1983)                 | Foco na capacitação do artesão como empreendedor, segundo suas particularidades e contexto de atuação              | Atuação mais focada em ações FORMATIVAS e de DIVULGAÇÃO |
| <b>Circuitos Turísticos</b>  | Atuação estadual/ Intermunicipal (criado em 2003) | Foco no desenvolvimento da atividade turística local. Artesanato é um dos elementos da política, não o foco        | Atuação mais focada em ações de INTEGRAÇÃO e DIVULGAÇÃO |

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

**Figura 6** – Quadro comparativo das principais iniciativas de incentivo ao trabalho artesanal quanto ao nível de atuação, abordagem e forma de atuação.

Apesar de o PAB ser responsável pelo cadastramento de todos os artesãos, por Estado, não se teve acesso a essas informações, pois, segundo o responsável pela coordenação estadual de Minas Gerais, esses dados seriam sigilosos.

A Central Mãos de Minas, por sua vez, promove anualmente a Feira Nacional de Artesanato, em Belo Horizonte, durante a qual se realiza uma pesquisa cujo objetivo é listar e cadastrar os artesãos no evento, de modo a constituir um banco de dados descritivo. A partir desse estudo são levantados alguns dados, entre eles: o perfil dos artesãos (estado de origem, gênero, idade e escolaridade), características do artesanato (categorias existentes), características da produção (materiais utilizados, forma de aquisição das matérias-primas, gastos com matérias-primas, faturamento da produção, tipo de mão de obra, tipo de pessoas empregadas – parentes, amigos e outros -, índices de exportação (porcentagem de artesãos exportadores, identificação dos países importadores) e grau de associativismo (à Mãos de Minas ou a quaisquer outras associações/cooperativas). Apesar da precisão e da credibilidade dos dados levantados e apresentados pelo Instituto Vox Populi<sup>26</sup>, as informações se baseiam nos artesãos que frequentam a feira e que não necessariamente representam fielmente o perfil de todos os artesãos brasileiros. Entretanto, devido à falta de dados confiáveis sobre o setor artesanal no País, esta pesquisa pode ser o pontapé inicial para os demais estudos relacionados ao trabalho artesanal.

Foi possível perceber a atuação por meio de parcerias entre as instituições supramencionadas. Em 2013, na cidade de Viçosa, os artesãos inseridos nas associações

<sup>26</sup> A Vox Populi é referência em pesquisas de mercado e opinião desde 1984, reconhecida pela confiança e qualidade no desenvolvimento e aplicação de metodologias, processos de coleta, sistematização e análise de informações estratégicas. Para maiores informações, acessar: <<http://vox2.zapto.org>>.

de artesanato estavam sendo mobilizados e receberiam cursos (principalmente no que se refere ao controle de qualidade e à comercialização), a fim de aprimorarem seus artesanatos e inseri-los em pontos estratégicos do Circuito Turístico. As entidades envolvidas (Prefeitura, EMATER-MG e SEBRAE) acreditavam que essa seria uma oportunidade de valorização dos artesãos, da cultura local e da divulgação dos seus produtos, principalmente tendo em vista os eventos da Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, diante da atração de turistas do mundo inteiro para essa região.

Mais uma vez, chama-se a atenção para a diferenciação dos grupos quanto à forma de organização do trabalho e para as suas peculiaridades.

Apesar de os programas apresentados atuarem em nível municipal, não são levadas em consideração as diferentes formas de organização. O suporte à atividade artesanal é direcionado prioritariamente aos artesãos associados à ADAV. Por um lado, a Prefeitura sugere que os artesãos e grupos de artesãos informais se insiram na associação para que eles tenham acesso aos benefícios da entidade. Por outro lado, juntamente com o SEBRAE, ela incentiva o empreendedorismo dos artesãos e inscrição deles como empreendedores individuais. Não são levados em consideração a expertise e o processo de construção do conhecimento, e sim o produto final que cada artesão coloca no mercado.

Dentro da associação encontram-se “artesãos microempreendedores”, “artesãos individuais” e “núcleo de artesãos familiares”. Eles são incentivados a se transformarem em “indivíduos de negócios”, “elevando” suas atividades ao nível empresarial, em busca de maior reconhecimento profissional e de facilidades na comercialização. Ora, a associação que deveria ser uma organização com o intuito de desenvolver atividades culturais, políticas, educacionais, sociais, entre outros, sem fins econômicos, na prática se caracteriza por um grupo de pessoas que se reúne a fim de comercializar seus produtos e de adquirir benefícios (financeiros, principalmente) permitidos pela sua formação enquanto associados.

Foi possível perceber que, no atual cenário político e econômico onde predominam organizações que se constituem de acordo com o modo capitalista de produção, os artesãos buscam a melhor forma possível de se organizarem, de acordo com as suas necessidades específicas. Portanto, eles podem estar envolvidos, simultaneamente, em mais de um programa e ser beneficiados por diferentes políticas. Os artesãos presentes na área urbana podem se beneficiar de políticas como a do Empresário Individual (seja na forma de microempreendedor individual, de microempresa ou de

empresa de pequeno porte) e/ou se inserir em iniciativas solidárias, como as associações e cooperativas. Já no meio rural, os artesãos podem ainda desfrutar dos benefícios da Política Nacional de Agricultura Familiar e receber assistência técnica de empresas de assistência rural, como é o caso da EMATER, em Viçosa, MG.

Apesar de existirem no Estado de Minas Gerais programas considerados referência em assistência ao artesão, seja ele urbano ou rural, ficou evidente que em cidades do interior, como Viçosa, o acesso dos artesãos aos benefícios propostos por eles fica limitado, seja por falta de divulgação das possibilidades existentes, seja pela dificuldade de acesso dos artesãos aos representantes dessas instituições.

## **CAPÍTULO 4. CONEXÕES DO TRABALHO ARTESANAL COM O UNIVERSO DOMÉSTICO**

A análise das conexões do trabalho artesanal com a vida doméstica na contemporaneidade exige retomada a um dos mais importantes marcos históricos das transformações no mundo do trabalho: a Revolução Industrial.

No período anterior à Revolução Industrial, marcado pelo sistema de corporações de ofício, as atividades artesanais já apresentavam aspectos relacionados à divisão sexual do trabalho.

As mulheres raramente eram aceitas como membros das corporações e associações de mestre, embora participassem de atividades relacionadas à sua manutenção (limpeza, alimentação e organização) e fosse expressiva a participação feminina na produção de tecidos e vestes. Em alguns setores, como os da fiação da seda e bordados, as associações eram formadas em sua maioria, ou até exclusivamente, por mulheres. Contudo, a grande massa trabalhadora não era integrada às corporações e, portanto, seu processo de aprendizagem se dava de maneira diferente, sendo o modo mais comum a imitação de suas avós, mães, tias ou irmãs mais velhas (SENNET, 2009; SILVA, 2009). King (1994, p. 78, apud SILVA, 2009) acrescenta ainda: “a posição de destaque das mulheres no mundo do trabalho dependia, pois, da sua possibilidade de trabalharem em casa: prosperavam quando o local de trabalho e a casa eram um só”.

A partir do século XV, diante da intensificação da produção de mercadorias, destacou-se o aumento da demanda por produtos têxteis, principalmente devido às variações da moda, ao gosto pelo luxo e à necessidade de se diferenciar através das roupas. Tudo isso exigiu aumento da produção e aperfeiçoamento técnico e, conseqüentemente, a reorganização da atividade. Dessa forma, os tecidos domésticos produzidos em pequena escala e para uso da família praticamente desapareceram (SENNETT, 2009; SILVA, 2009). A partir de então, os mestres e trabalhadores masculinos assumiram a produção em maior escala, e a participação das mulheres, tanto na fabricação de tecidos quanto nas atividades de costura, diminuiu. Uma das explicações para esse acontecimento foi que, diante das mudanças ocorridas no modo de produção, à medida que a atividade se desvinculava do espaço doméstico, as mulheres ficaram impedidas de acompanhar tais mudanças, já que eram responsáveis pelos cuidados da casa e pela criação dos filhos (SILVA, 2009). É importante ressaltar que não só eram delegadas às mulheres as atividades domésticas, como também, ideologicamente, eram

negadas a elas a maioria das atividades públicas. Portanto, esse processo histórico de divisão sexual do trabalho sempre circunscreveu as mulheres ao mundo doméstico.

A Revolução Industrial, no século XVIII, consolidou a transição do sistema de produção artesanal para o sistema de produção capitalista: enquanto o primeiro foi caracterizado pela produção doméstica e familiar, pela hierarquização das atividades baseada no domínio da técnica e da produção por parte do artesão e pelo envolvimento dos membros que praticavam o trabalho artesanal com os membros da família do mestre-artesão, o segundo foi evidenciado pelo deslocamento do ambiente de produção para um ambiente fabril/industrial, pela produção em larga escala possibilitada pela introdução de novas tecnologias e pela simplificação do trabalho, que se tornou, aparentemente, mais independente do trabalhador.

A aparente desvinculação do ambiente doméstico com o ambiente de produção foi reforçada nesse período, marcado pelo deslocamento das atividades de produção para um espaço fabril e industrial e pela permanência da mulher na casa. Por um lado, a mecanização possibilitou a entrada das mulheres na fábrica, inicialmente pela anulação da diferença muscular, mas principalmente pela desvalorização da mão de obra feminina, considerada barata e pouco produtiva (ALVES, 2011). Por outro lado, elas ficaram impedidas de acompanhar essas mudanças, já que eram responsáveis pelos cuidados da casa e pela criação dos filhos (ALVES, 2011).

Diante da separação do “lar” e da produção, percebe-se o aumento da divisão sexual do trabalho, reafirmando o trabalho doméstico (não remunerado) como “natural” às mulheres, realizado em âmbito privado, e o trabalho externo (remunerado), como função dos homens. Houve então uma separação entre o domínio público e o privado.

Segundo Okin (2008), essa dicotomização é abordada a partir de dois aspectos: no que se refere à distinção entre Estado e sociedade (como em propriedade pública e privada) e em relação à vida doméstica e à não doméstica, em que se discute sobre família, produção e reprodução e relações sociais de gênero, utilizando os termos público/doméstico. Esta pesquisa, particularmente, baseou-se em estudos feministas que tratam o tema a partir da segunda abordagem (BRUSCHINI, 2006; HIRATA; KERGOAT, 2007; OKIN, 2008; LAGO et al., 2009).

Nesse contexto, houve reforço da divisão sexual do trabalho, visto que os homens tiveram acesso aos espaços públicos de trabalho, sendo ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política, tornando-se responsáveis por elas; já as mulheres foram destinadas às funções nos espaços privados, relacionadas à domesticidade e à reprodução

(BRUSCHINI, LOMBARDI, 2000; BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001; PERISTA, 2002; OKIN, 2008; LAGO et al., 2009). Nesse sentido, “as funções valorizadas eram as exercidas nos espaços públicos, de decisões políticas, enquanto os trabalhos realizados nos espaços domésticos, privados, foram sempre considerados de menor valor” (LAGO et al., 2009, p. 358).

Conforme apresentado no capítulo 1, o trabalho artesanal, desde sua origem, esteve ligado ao espaço doméstico, sendo caracterizado, dessa forma, como um tipo de produção familiar e residencial. Apesar das mudanças ocorridas nos modos de organização da atividade, é possível perceber conexões entre o trabalho artesanal e o universo doméstico, seja em relação ao espaço (doméstico ou não) ocupado durante a realização da atividade, seja pelo envolvimento dos membros do grupo (sendo eles da mesma família ou não) e, também, pela divisão sexual do trabalho, em que atividades consideradas de reprodução estão presentes no “mundo da produção”, mesmo que de forma aparentemente “invisível”.

Cada um dos grupos que compuseram este estudo será apresentado a seguir, levando em consideração aspectos relacionados à organização do trabalho, à relação espaço público x espaço doméstico e à divisão social e sexual do trabalho. Os resultados serão apresentados na sequência.

#### **4.1 Grupo Informal: o caso do Programa de Interação Mãe-Criança**

O Programa de Integração Mãe-Criança (PIMC) era constituído por um grupo de mulheres, em sua maioria mães de crianças atendidas pela instituição Rebusca<sup>27</sup>. Em 2013, o grupo contava com 16 mulheres cadastradas, uma coordenadora (responsável também por atividades da Rebusca) e uma monitora.

O principal objetivo do programa era “atuar no enfrentamento da desestruturação familiar, na vulnerabilidade de mulheres e crianças num sistema social opressor” e, conseqüentemente, proporcionar “melhores condições de vida para as famílias vivendo em situações de exclusão social e pobreza extrema em Viçosa” (BARBOSA, 2013, p. 2).

---

<sup>27</sup> Instituição não governamental que oferece apoio escolar a crianças e adolescentes, em nível de Educação Infantil, Ensino Fundamental – na sede do bairro Posses/Nova Viçosa – até o Ensino Médio – atendimento da unidade do Centro.



A maioria das mulheres dessa região não estava incluída no mercado de trabalho formal e assumia como principal função o cuidado da casa e das crianças, por razões socioculturais. A esse respeito, Barbosa (2013) afirma:

É evidente que numa situação de pobreza extrema e grande desinformação, os fatores principais do cuidado das crianças sejam negligenciados acarretando um empobrecimento da saúde infantil, podendo levar até à morte, dificuldades de aprendizado na escola pelas crianças, dificuldades de inserção no mercado de trabalho por jovens provenientes destes grupos populacionais e, enfim, um ciclo vicioso de miséria que acaba se tornando um fator gerador de violência (BARBOSA, 2013, p. 2).

Nesse sentido, o programa buscava desenvolver atividades que aumentassem a confiança das mulheres em si mesmas, bem como sua autonomia e capacidade de administrar o lar e cuidar dos filhos. Além disso, procurava contribuir para que elas vivenciassem uma sexualidade sadia e assisti-las em suas necessidades com relação a serviços de proteção disponíveis na rede pública (BARBOSA, 2013).

Além dos cursos e seminários relacionados à área de Economia Doméstica (entre eles: organização do tempo, alimentação para a família, sexualidade e vida conjugal, prevenção da violência na família) e das reuniões semanais de autoajuda, o grupo contava com uma programação anual voltada para o estímulo do trabalho em equipe e para a realização das oficinas de atividades artesanais, no intuito de que elas aprendessem algum ofício que pudesse gerar e/ou complementar sua renda familiar. A produção de peças artesanais era realizada tanto para comercialização quanto para uso pessoal, visando ao aperfeiçoamento profissional.

O grupo era mantido pela renda obtida em jogos de bingo e bazares de roupas organizadas pelas mulheres de dois em dois meses, geralmente. A verba arrecadada era usada para a compra de materiais dos cursos de artesanato e outras eventuais despesas do grupo.

#### **4.1.1 Principais atividades do grupo**

As atividades praticadas pelas mulheres variavam de acordo com as demandas externas e com o interesse do grupo. Cada uma delas tinha uma quantidade determinada de peças para produzir em um determinado tempo.

A cada semana cumpriam uma programação diferente, variando entre a confecção de peças artesanais e a participação em cursos de capacitação técnica e de formação

pessoal (todas as quartas-feiras, durante meia hora, elas tinham um momento de reflexão que consistia em leituras bíblicas e discussões entre os membros, dirigidas por um membro externo ao grupo).

No início de 2013, o grupo produziu materiais de garrafa PET, entre os quais se destacaram os Puffs. Quando a pesquisa foi iniciada, as mulheres se dedicavam à confecção de colchas de fuxico: estas eram sorteadas entre elas e cada uma decidia o que fazer com as peças (venda, uso pessoal, presentes, etc.).

Entre agosto e setembro do mesmo ano, elas interromperam a confecção das colchas e se dedicaram à confecção de flores de tecido (Figura 7) para vender na Semana do Fazendeiro e na Feira de Artesanato (da qual fazem parte por meio da Barraca Solidária juntamente com as mães da Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE – e com membros da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC), que acontece aos sábados, na parte da manhã (aproximadamente entre 8 horas e 12 horas), na Praça da Igreja Matriz, no centro da cidade.



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 7** – Vasos de flores feitos para a comercialização na Semana do Fazendeiro.

Cada dupla ficou responsável por confeccionar quatro vasos, podendo escolher dois tipos de flores. Algumas preferiram fazer porta-copos de tampinhas de garrafa cobertas por tecido. Nesse período, elas focaram na produção de flores em tecido, deixando o fuxico de lado, temporariamente. Além disso, elas tiveram um prazo menor, já que o evento acontecia em dias determinados (no caso da colcha elas tinham um prazo, mas não era tão rigoroso, podendo ser adaptado de acordo com o andamento do grupo).

Em semanas aleatórias, elas participaram de outros cursos, com o objetivo de aprenderem um ofício e complementarem a renda familiar por meio da venda desses produtos, entre os quais: curso de artesanato em tecido, ministrado por uma instrutora do SENAR, durante o qual elas aprenderam a confeccionar duas peças de vestuário (blusa e calça); e um curso de pintura em tecido, oferecido pela artesã Tânia, atual presidente da Associação dos Artesãos de Viçosa (ADAV).

Elas demonstraram interesse também em fazer um curso de confecção de lingerie, que foi ministrado no mês de dezembro de 2013 em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). No mesmo mês também foram realizadas oficinas com temas natalinos, como mostra a Figura 8.



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 8** – Enfeites de natal.

#### **4.1.2 Organização e distribuição das atividades**

Em relação à produção da colcha de fuxico, cada uma delas tinha um número predeterminado de “quadrados” para confeccionar. Assim que finalizavam a peça, esta era sorteada entre elas. Para isso, era necessário um processo de coordenação e de cooperação entre os membros, uma vez que o resultado final dependia de uma ação conjunta. Eventualmente, algumas delas se “atrasavam”, seja porque tinham que sair mais cedo (para buscar o filho na escola, levá-lo ao médico, receber alguma visita em casa, terminar algum serviço doméstico pendente), seja por alguma contingência durante o dia (havia alguns dias em que elas conversavam muito, sobre diversos assuntos, e acabavam trabalhando mais lentamente; havia dias em que tinham que levar crianças e usavam o

tempo tomando conta delas; ou até mesmo quando uma delas resolvia buscar, na Rebusca, o lanche para o grupo). Quando ocorriam esses atrasos, elas mesmas tomavam a iniciativa de levar os materiais para casa, a fim de ajustarem seu trabalho de acordo com o tempo livre em casa. Percebeu-se, portanto, que, apesar de a colcha ser feita (em parte) individualmente, o trabalho final dependia da dedicação de todas.

Todos os dias, elas faziam um intervalo para tomar café. Algumas faziam o lanche sentadas à mesa, continuando suas atividades ou simplesmente conversando. Outras saíam da sala e iam para a varanda conversar (momento de socialização). Depois desse intervalo, algumas delas continuavam as atividades, e outras “enrolavam”, esperando os filhos serem liberados da escola para irem embora. Havia, porém, aquelas que insistiam em trabalhar o “máximo possível”.

A finalidade principal da atividade artesanal nesse grupo não era comercial: apesar de venderem seus produtos eventualmente, a maior parte da produção era destinada às próprias mulheres. Geralmente não havia rigidez na produção, como o estabelecimento de metas e o cumprimento rígido de horários. No entanto, não se pode negar o poder transformador da atividade em relação ao empoderamento das mulheres. Elas assumiram ter percebido mudanças na autoestima desde que entraram no grupo e se sentiram mais importantes, mais úteis e mais confiantes, dentro de casa, na relação com a família, e fora dela, nas relações com os vizinhos. A coordenadora do programa relatou que uma das mulheres, quando chegou ao grupo, tinha dificuldade de se relacionar com as pessoas, principalmente em casa, com os filhos e o marido. Alguns meses após ter entrado no PIMC, passou a conviver melhor com as outras mulheres. Segundo a própria integrante, sua vida em casa melhorou porque, a partir de então, ela conseguiu manter o diálogo com o marido e ter mais paciência com os filhos. Ela conseguiu, inclusive, arrumar um emprego devido à autoestima adquirida e ao estímulo em buscar o crescimento pessoal.

Nesse caso, a atividade artesanal assumiu, portanto, caráter de lazer ou de trabalho, de acordo com os diferentes interesses de cada mulher. Aquelas que já tinham “emprego fixo” participavam do grupo como forma de conviver com pessoas com estilos de vida semelhantes. Assim, os encontros serviam como momento de reflexão e de trocas de experiências. Por outro lado, quando elas produziam para a comercialização na feira, aos sábados, e em eventos esporádicos, ou até mesmo quando produziam a colcha para sortear entre elas, a atividade assumia caráter de trabalho (cada mulher assumia o compromisso de produzir um número determinado de peças e se preocupava com a

qualidade e o acabamento das peças finais, além de ter que cumprir os prazos estabelecidos para a sua parte da entrega).

Quanto à sua caracterização enquanto trabalho artesanal, as atividades do grupo se definem melhor como atividade manual: apesar de se organizarem de forma semelhante às corporações de ofício (a monitora desempenharia a função de mestre e as mulheres seriam consideradas aprendizes), elas não se aprofundavam nas atividades e, portanto, não havia o desenvolvimento simultâneo de técnica, conhecimento e habilidade – características essenciais para a formação do artífice, segundo Sennet (2009).

#### 4.1.3 Espaço público x espaço doméstico

Os encontros aconteciam de terça à sexta-feira, entre 13 e 17 horas, na sede localizada no bairro Posses, em Viçosa, MG, conforme mostra a Figura 9.



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 9** – Casa PIMC. Vista externa.

A casa possuía uma cozinha, com pia e filtro de barro (**Figura 10**), um quartinho usado para estocagem de materiais, um banheiro e a sala onde elas exerciam suas atividades. Nesse último cômodo havia um quadro de giz, dois armários de madeira, mesas e cadeiras de plástico, duas estantes nas quais eram guardados os materiais de cada membro, dois berços (utilizados quando alguma delas precisa levar os filhos pequenos) e colchões de espuma (Figura 11). O grupo possuía ainda duas máquinas de costura, que ficavam guardadas em uma das salas de aula do Rebusca.





Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 10** – Casa PIMC. Cozinha.



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 11** – Casa PIMC. Sala de atividades.

No grupo informal, mesmo que os espaços doméstico e produtivo não fossem os mesmos, eles se inter-relacionavam na medida em que a organização das atividades domésticas e familiares influenciava a organização das atividades do grupo.

A sede se localizava em uma casa no terreno do Rebusca<sup>28</sup>, no bairro Posses, próximo às residências das mulheres (Figura 12).

<sup>28</sup> Falar o que é e a vinculação do PIMC ao rebusca.

A proximidade da sede do grupo em relação ao domicílio e ao Rebusca permitia o controle das mães em relação ao cuidado dos filhos: da sala onde ficavam dava pra ver a rua em que as crianças do bairro costumavam se encontrar e também o pátio do



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 12** – Casas das mulheres vistas da lateral da casa do PIMC.

Rebusca, local em que ficavam as crianças mais novas. A Figura 13 mostra a visão que as mães do PIMC tinham dos seus filhos que estavam na sede do Rebusca.



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 13** – Sede do Rebusca vista da casa do PIMC.

#### **4.1.4 Divisão Social e Sexual do trabalho**

Durantes as observações, ficou clara a dupla jornada vivenciada pelas mulheres do grupo PIMC.

Os horários em que elas desenvolviam suas atividades coincidiam com os que as crianças entravam e saíam da escola. Dessa forma, o principal determinante das atividades artesanais das mulheres era o horário e a agenda escolar dos seus filhos. Em períodos de férias, recessos escolares ou épocas de prova, por exemplo, os horários de cada uma delas mudavam. Houve também o caso de uma mãe que precisava levar o seu filho que estava ainda em período de amamentação. Essa mulher revezava entre as atividades propostas do dia e o cuidado com o filho.

**Exemplo 1:** o horário de saída estabelecido pelo grupo é de 17 horas. Entretanto, eventualmente, algumas mulheres começavam a sair após as 16h30. Um dia, aproximadamente às 15h20, uma das mulheres disse: “Gente, o quê que eu tô fazendo aqui? ‘Cês’ sabem que eu tenho que dar banho nos meninos, por que não me mandam embora?”. (Observação PIMC, 2013).

A participação em eventos e feiras ficava limitada às questões domésticas. No mês de setembro, o grupo se preparou para expor na Semana do Fazendeiro: cada mulher produziu dois vasos de flores de tecido. Contudo, a presença de cada uma delas no evento ficou limitada à questão de quem buscaria os seus filhos na escola se elas se responsabilizassem pelas vendas no período da tarde. Elas tentaram se organizar para que uma pudesse buscar os filhos das outras. No final, não foi necessário, já que o estande (dividido com a APAE) era pequeno e não caberiam muitas pessoas. Nesse sentido, o pessoal da APAE se responsabilizou por efetuar o controle das vendas.

A vinculação com o doméstico era perceptível até mesmo durante a confecção das peças, quando elas conversavam sobre diversos assuntos relacionados à casa e à família: o acampamento dos filhos que estava sendo organizado pela escola, os modos individuais de cada uma cozinhar, tratamento entre mães e filhos de diferentes gerações, a sua relação com seus filhos e conflitos familiares.

#### **4.2 Núcleo de Produção Familiar: um caso de artesãos na Zona Rural de Teixeira, MG**

O grupo familiar analisado produzia alimentos caseiros – entre eles: doces, compotas, biscoitos, broas, geleias, conservas, licores e tomates secos – na propriedade particular da família, localizada na Zona Rural de Teixeira, MG. Seu núcleo era composto basicamente por três membros da família (pai, mãe e uma das filhas) e por três



funcionárias. Eventualmente, contava com outros membros (duas filhas, a neta e dois genros – estes com maior frequência), principalmente nas etapas de comercialização e entrega dos produtos.

Antes de se dedicarem à produção artesanal de alimentos, a mãe e o pai eram criadores de porcos e feirantes em Uberaba, MG. Posteriormente, investiram em uma confecção e depois em uma fábrica de sapatos. No início da década de 1990 eles foram à falência, e o pai recebeu uma proposta de emprego em Viçosa. Após aproximadamente um ano, ele resolveu largar o emprego por motivos pessoais. Diante dessa situação, eles resolveram mudar para Teixeira, MG, onde compraram o sítio em que ainda moram até hoje, e investir na agroindústria. A mãe contou que nessa época ela sabia fazer “apenas docinho de leite”, e ela e o marido ficavam com vergonha de irem à feira vender “só isso”. Ela começou então a participar de cursos oferecidos pela Emater, através dos quais “aprendeu muita coisa”, segundo ela.

O pai aposentou por tempo de serviço havia aproximadamente oito anos, e a mãe, como produtora rural, recentemente. Em 2013, ele estava cadastrado tanto como Microempreendedor Individual (MEI) quanto como Produtor Rural. Segundo ele, os dois cadastros ofereciam benefícios e desvantagens. Enquanto produtor rural, ele tinha acesso a financiamentos e linhas de crédito, como o PRONAF, participava de feiras e exposições. Por sua vez, como MEI, ele pagava um valor menor de impostos, uma vez que era cobrada uma taxa mensal fixa e não variável com base em cada produto comercializado. Essa foi a maneira encontrada pelo grupo de adequar as particularidades da produção às suas necessidades financeiras.

A demanda pelos produtos da família ia além dos consumidores da Feira Livre, da qual participavam aos sábados, na cidade de Viçosa. Eles também forneciam seus produtos para supermercados, restaurantes, hotéis e lanchonetes (a maioria em Viçosa). Também participavam de eventos, servindo o coffee-break, e de exposições agropecuárias. Durante o período da pesquisa, eles serviram um café para um encontro de Assistentes Sociais, em Canaã (aproximadamente 120 pessoas), e outro para o Departamento de Entomologia da UFV, no mês de agosto (6 cafés para 530 pessoas cada), e participaram da Super Agro<sup>29</sup> e da Semana do Fazendeiro. Houve também algumas encomendas esporádicas de vizinhos, de clientes que frequentavam a Feira e de moradores de Viçosa.

---

<sup>29</sup> SuperAgro – 29 de maio a 9 de junho de 2013. Ver mais em: <<http://www.superagro2013.com.br>>.

#### 4.2.1 Organização e distribuição das atividades

A produção “mais pesada” era realizada normalmente às quintas e sextas-feiras, quando havia a produção de doces e biscoitos para a venda na feira da qual participavam aos sábados, como membros da associação de agricultores familiares de Viçosa, MG (ASSOVI). Entretanto, nos outros dias da semana (segunda, terça e quarta) dedicavam-se a outras etapas da produção. Nesses dias, os membros se envolviam na “organização da matéria-prima”. Entre as principais atividades observadas estavam: cozinhar e cristalizar frutas para a preparação de doces em compota; descascar laranjas para utilizar as cascas (cristalizadas); assar e triturar amendoim a ser utilizado em doces como o cajuzinho; separar polpa de frutas que estão “saindo da safra” (estas eram congeladas para serem utilizadas durante um período maior, principalmente quando elas estivessem em falta); e assar e ralar coco (que depois era congelado para ser utilizado nas quintas e sextas, para a preparação dos doces).

O grupo reorganizava suas atividades de acordo com as situações em que se encontravam, ressaltando o caráter dinâmico do cotidiano.

**Exemplo 2:** parou novamente quando o pai a chamou para atender clientes. “Aqui é assim: eu atendo o telefone, faço encomenda, atendo cliente... de tudo um pouco!”, disse ela, indo até a parte de dentro da casa, no cômodo em que ficam estocados os doces prontos. Atendeu a duas crianças que pediram doces (observação 3, p. 4).

Essa situação exemplifica a capacidade do ser humano de se adaptar à dinamicidade das atividades cotidianas, sem perder o foco da produção.

O fato de morarem na Zona Rural delimitava algumas ações do grupo (o que não significa que elas se tornavam impossíveis de serem realizadas).

**Exemplo 3:** durante uma negociação com um fornecedor de farinha e polvilho, o representante da empresa disse que precisava de cópias do cadastro da empresa. A filha disse que poderia conseguir com o contador deles, mas apenas a partir das 14 horas.

“Xerox é só na rua?”, perguntou o fornecedor.

“É sim”, respondeu o pai.

“Vocês não vão lá hoje não?”, perguntou novamente o fornecedor.

“O quê??? Já fui e já voltei duas vezes! Tá pensando o quê? Aqui na roça a gente acorda cedo”, respondeu o pai, rindo.

Nesse caso, o acesso aos serviços oferecidos apenas na cidade era limitado pela distância e localização do grupo. Os membros, então, buscavam sincronizar as suas atividades, como pode ser visto a seguir.

Nos dias antecedentes a alguns eventos (coffe-breaks na UFV, Semana do Fazendeiro e exposições agropecuárias), a produção intensificava e, conseqüentemente, todo o cotidiano também sofria alterações.

**Exemplo 4:** perguntei como eles se organizavam para eventos que duravam mais de um dia (se eles faziam tudo de uma vez e armazenavam).

“Só no primeiro dia que fica adiantado. As quitandas que podem dormir de um dia pro outro a gente já faz, o resto é tudo fresquinho. Por exemplo, pão de queijo a gente já deixa a massa pronta, mas asso no dia. Tudo fresquinho!”, responde a filha (observação 4, p. 2).

Ela ainda disse que naquela semana não iria fazer doce “porque não dá pra conciliar evento com feira”.

Na semana em que serviram o café na Entomologia eles não foram à feira, e também não iriam nessa semana, nem no sábado da Semana do Fazendeiro. “Semana que vem faz doce normal e na outra já faz a mais pra Semana do Fazendeiro. Porque até que a gente embala, coloca nos potes ‘direitim’...”. (Observação 4, p. 5-6).

Para servir “tudo fresquinho”, iniciaram suas atividades às 5 horas para conseguirem servir o café às 9 horas da manhã, por exemplo. Além disso, as funcionárias se disponibilizavam para ficar além do horário, a fim de “adiantar o máximo possível” da produção.

Outro fator que modifica a situação – e conseqüentemente a produção – é a sazonalidade das matérias-primas.

**Exemplo 5:** enquanto conversavam sobre o lanche que serviriam na UFV no dia seguinte (o primeiro, entre 8 e 9 horas; e o segundo, às 16 horas), a filha comentou sobre umas “lembrancinhas” que foram encomendadas para serem entregues em uma defesa de tese, da UFV: “Mãe, vai ter que arrumar limão doce”.

**Exemplo 6:** a mãe respondeu: “Ahhh, não tem jeito não! Não tem mais! Manda ela trocar por goiaba”

A funcionária **B** sugeriu: “Ou então o vermelho, é mais fácil que o outro”.

A filha insistiu: “Mas tinha mãe!”.

A mãe respondeu: “Tinha, você falou TINHA. Não tem mais, nem se eu quiser comprar, não acha”.

A filha concluiu: “Então a senhora compra laranja-baía e faz com favo” (observação 4, p. 8).

Nessa situação, a solução encontrada foi a substituição da matéria-prima, desde que a cliente estivesse de acordo. No entanto, outro recurso utilizado pelo grupo é, quando possível, congelar as frutas da estação, para que seja possível fazer doce no período “fora da safra”.

#### **4.2.2 Espaço público x espaço doméstico**

O local da produção coincidia, em parte, com o ambiente doméstico. Ao chegar ao sítio, via-se a casa principal (Figura 14) e, passando pela lateral e indo até os fundos, viam-se duas cozinhas, que aqui serão chamadas Cozinha 1 e Cozinha 2.



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 14** – Vista da casa principal.

#### **Cozinha 1**

O cômodo era cercado por parede de tijolos até a metade; acima, era cercado por tela (a parte acima do fogão à lenha, no qual eram feitos alguns tipos de doces – cajuzinho, palha italiana, cocada, entre outros – em tachos de cobre). No centro havia uma mesa na qual eram cortados os doces. Nesse ambiente eram guardadas várias panelas e uma máquina para mexer doce (que não era muito utilizada porque a maior parte do doce ficava grudada na máquina, então elas preferiam bater à mão). Ao fundo, havia bananeiras, goiabeiras e outras plantações (Figura 15).



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 15** – Cozinha 1. Grupo familiar.

### **Área externa comum às duas cozinhas**

Nesse espaço de passagem entre uma cozinha e outra, havia duas máquinas de desidratação (utilizadas principalmente para tomates secos) e um descascador de laranja fixado em uma bancada de madeira. Nesse ambiente, instalaram-se diversos cenários, como: as mulheres descascando o coco, peneirando o suco, coando o leite, entre outras atividades (Figura 16).



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 16** – Área comum às duas cozinhas.

## Cozinha 2

Este cômodo era revestido por azulejos em algumas partes (Figura 17). Possuía duas portas: uma com acesso à área externa, que ligava as duas cozinhas, e a outra dava acesso aos fundos do terreno. Esse ambiente contava com um forno elétrico (revestido por lâminas), aos fundos, próximo à porta; um forno menor, próximo à janela; um freezer, no qual eram armazenados polpas de frutas, queijos e outras matérias-primas; uma mesa no centro, utilizada para enrolar os biscoitos; uma pia; bancada de alumínio (continuação da pia); uma máquina de biscoitos; um fogareiro; e um fogão, além de outros utensílios/equipamentos, como: liquidificadores, assadeiras, panelas, talheres e matérias-primas (Figura 18).



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 17** – Cozinha 2.



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 18** – Cozinha 2.



No ambiente físico doméstico, havia uma sala (Figura 19) com dois ambientes, em um dos quais havia uma mesa de seis lugares e armários. Esse local também era usado para negociar com os fornecedores e alocar (temporariamente) os produtos que iriam para feira e/ou eventos.



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 19** – Sala, também usada para negociações e estocagem de produtos.

Havia também uma cozinha, onde eram preparadas as refeições da família, embora parte delas também fosse realizada na “parte de cima” (cozinhas “da produção”, 1 e 2) (Figura 20).



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 20** – Cozinha interna ao domicílio.

Dentro da casa havia também um cômodo para armazenamento dos produtos, além de uma sala, um banheiro e um quarto (Figura 21). Na varanda da casa havia mais dois freezers, onde eram armazenados leites, frutas, polpas e congelados.



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 21** – Cômodo interno à casa, utilizado como estoque dos produtos e local de vendas.

No grupo familiar, o ambiente de produção coincidia, em parte, com o ambiente doméstico. O grupo desenvolvia suas atividades no mesmo território da casa. Entretanto, duas cozinhas, nos fundos do terreno, eram destinadas ao que eles denominavam “atividades de produção”.

Ao falarem de “produção”, os membros do grupo consideravam apenas a transformação das matérias-primas, não levando em conta outras etapas, como as de aquisição da matéria-prima, de preparação (higienização) do ambiente, de negociação com os fornecedores e consumidores de comercialização. Isso é percebido nas falas da filha, como “Aqui é onde acontece a produção”, disse, mostrando as cozinhas externas à casa; ou: “Amanhã se você vier, vai ver melhor a produção mesmo”, disse no dia em que estavam “apenas limpando o ambiente” e se referindo à produção de doces que aconteceria no dia seguinte.



O terreno era dividido em duas partes: o “lado de fora” da casa (espaço produtivo) e o “lado de dentro” (espaço doméstico). No entanto, constatou-se que os espaços não eram precisamente delimitados, já que atividades consideradas produtivas eram realizadas na casa (como a comercialização, a estocagem, o armazenamento de alguns produtos e negociações com fornecedores), bem como atividades domésticas eram realizadas no espaço de produção (preparação de alimentos pra família).

**Exemplo 5:** Em um determinado dia, a mãe estava preparando os doces que seriam vendidos, em parte, na feira livre de sábado. Estávamos em uma das cozinhas, na área externa, quando ela teve que interromper suas atividades, pois precisava preparar o almoço para os outros membros da família (seu marido, sua filha e a neta que chegaria da escola). Entrou e saiu da cozinha duas vezes, antes de dizer: “Cebola! Lá não tem cebola!”. Ela se referia à cozinha interna da casa, onde preparou toda a refeição. “Eu gosto de fazer frango é lá em cima. Aí quando eu trago pra cá já tá quase pronto. Mas hoje eu esqueci dele. Achei que era mais cedo”, disse a mãe (observação 7). Em um determinado momento, disse, em voz baixa, voltada para si mesma: “Tem que buscar lá em cima. Toda hora tem que ir lá em cima. Ô Deus...”. Ela se referia a uma colher de madeira da qual precisava, e pediu ao genro, a pessoa mais próxima no momento, que fosse buscá-la.

A partir desse exemplo, é possível perceber que não havia divisão clara entre os ambientes de produção e o doméstico: atividades de garantia do sustento biológico da família (como o almoço e a preparação do café servido aos funcionários, por exemplo) eram realizadas no ambiente produtivo, bem como atividades teoricamente produtivas (como a negociação com fornecedores e o atendimento a clientes), costumeiramente, eram realizadas na casa onde moravam dois membros do grupo (o pai e a mãe).

Foi possível perceber também a influência das atividades produtivas na realização das atividades domésticas, e vice-versa:

**Exemplo 6:** “nossa, achei que era mais cedo! Hoje o almoço vai sair tarde, umas ‘meio dia e meia’...”, disse a mãe, olhando para o relógio pregado na parede da cozinha. “Vocês estão acostumados a almoçar cedo?”, perguntei. “É, mas hoje atrasou por causa das geleias. O N (marido) também foi tirar nota fiscal” (observação 7).

Nesse dia, a produção era maior porque estavam preparando doces para a Semana do Fazendeiro.

**Exemplo 7:** o grupo estava insatisfeito com a qualidade da farinha usada em determinadas preparações. Os membros resolveram, então, pesquisar outras empresas que trabalhavam com o mesmo tipo de matéria-prima e que tivessem uma boa atuação no mercado. Eles esperaram o representante da empresa fornecedora durante toda a parte da manhã, porém, quando ele chegou, a mãe já estava iniciando a preparação do almoço para a família. Durante a negociação, pai, mãe e filha estiveram presentes. A mãe se preocupou em escolher os produtos, comparando os preços com os do antigo fornecedor e considerando as principais demandas para aquele período. Enquanto escolhia os produtos, pediu à filha que olhasse as panelas no fogo. O pai conversou sobre preços e formas de entrega. A filha cuidou dos assuntos mais burocráticos, como prazos, forma de pagamento, emissão de nota fiscal e apresentação da documentação e registro do grupo.

**Exemplo 8:** o pessoal do Departamento de Solos da UFV ligou e pediu para encontrar antes do meio-dia. “Agora a gente vai ter que almoçar no máximo 11 horas”, disse a filha. “Eu já vou acabar aqui e vou fazer o almoço”, respondeu a mãe.

**Exemplo 9:** de segunda a sexta, aproximadamente às 11h30, a filha A interrompia suas atividades para buscar sua filha, a neta A, que ia todos os dias para a casa dos avós após as aulas, em Teixeiras. A mulher não gostava que sua filha atravessasse “o asfalto” sozinha, por ser um trecho com alto risco de acidente. Em período escolar, a neta ia para a casa dos avós, todos os dias, onde almoçava e passava a tarde, indo embora com sua mãe, quando esta finalizava suas atividades do dia. Certo dia, a neta entrou em casa, aproximadamente às 12h, dizendo: “Mãe desnaturada! Esqueceu de mim!”, disse rindo. Nesse dia, duas mulheres haviam chegado por volta de 11h30 e estavam comprando doces, sendo atendidas pela mãe da menina, o que provocou uma mudança nas atividades do grupo.

**Exemplo 10:** A filha A interrompe o que estava fazendo para conversar com seu filho pelo telefone. Após desligar, ela contou que ele queria ir embora, mas a escola não queria liberá-lo. “Esse pessoal da escola também é difícil. Já fez a recuperação, pode ir embora!”, disse, rindo (observação 2).

A partir dessas situações, é possível confirmar a dupla jornada da mulher, que envolve, nesse caso, sua responsabilidade com a preparação do almoço e com o cuidado com os filhos e, simultaneamente, a responsabilidade na produção.

#### 4.2.3 Divisão Social e Sexual do trabalho

No grupo familiar, foram percebidos alguns aspectos em relação à separação das atividades por critérios de gênero, tanto nas relações entre homens e mulheres quanto naquelas entre mulheres da família e mulheres funcionárias.

Cada membro se dedicava com intensidades diferentes em diversas atividades: o **pai** estava envolvido nas etapas de aquisição de matéria-prima e negociação com fornecedores e clientes, emissão de nota fiscal (acompanhado pela filha quando ele tinha de ir ao banco ou quando algo tinha que ser resolvido pelo computador), transporte dos produtos e de matérias-primas (quando eram adquiridas em outras cidades e regiões, caso do leite e da pimenta, por exemplo). Desde que ficou internado durante doze dias no hospital, em julho de 2013, ele passou a participar apenas de etapas “mais leves” da produção. Também por motivo de saúde, ele tem evitado inclusive a presença na feira aos sábados, que se torna desgastante por ter de acordar muito cedo, se deslocar de Teixeira até Viçosa, permanecer um período prolongado em posições desconfortáveis, exposto a condições climáticas variadas.

A **mãe** estava envolvida principalmente na produção em si: media o ponto do doce, enrolava e cortava os biscoitos, “envazava” os doces, preparava as massas, etc. Mas também participava da escolha de matéria-prima (quando os fornecedores iam até o sítio), do controle da produção (segundo a filha, “ela é o controle de qualidade do grupo”), da negociação com fornecedores, da definição de cardápios para coffee-breaks, da presença na feira aos sábados (apesar de ultimamente não ter participado, devido às constantes dores na coluna).

A **filha A**, mais envolvida<sup>30</sup>, contribuía com todas as etapas: escolha de matéria-prima, produção, controle da produção e da qualidade, negociação com fornecedores e clientes, comercialização, presença na feira (aos sábados) e em eventos, emissão de nota fiscal (acompanhava o pai quando ele tinha de ir ao banco e o ajudava quando algo tinha que ser resolvido pelo computador). A **filha B**<sup>31</sup> trabalhava e morava em Canãa,

---

<sup>30</sup> Técnica em Economia Doméstica, trabalha com os pais.

<sup>31</sup> Técnica em Economia Doméstica. Funcionária da Emater/Canaã.

colaborando com a comercialização na feira. A **filha C** não esteve presente em nenhuma das observações, pois estava fora do País, porém os pais garantiram que ela sempre ajudava no fim do ano. O **genro B** e o **genro C**, maridos das filhas **B** e **C**, respectivamente, auxiliavam na comercialização (na feira) e nos eventos, além de colaborarem com atividades de reforma do espaço de produção e do espaço doméstico – ajudaram na ampliação da varanda que dava acesso à casa e às cozinhas do espaço de produção. A **neta A**, filha da **filha A**, ia para a casa dos avós de segunda a sexta, após as aulas. Esporadicamente, auxiliava na produção, enrolando doces, buscando na casa algum material de que os outros precisassem, e acompanhava a mãe, os avós e os tios na feira.

As três funcionárias trabalhavam apenas no período da tarde, entre 12h e 17h. Mesmo em épocas de maiores demandas (apesar de se disponibilizarem, dependendo do dia), executavam apenas as atividades determinadas pela mãe e/ou pela filha.

As mulheres se envolviam mais com a transformação da matéria-prima e, em parte, na comercialização (em casa e na feira livre, aos sábados), enquanto os homens (o pai e, eventualmente, os genros) se ocupavam com as entregas, com a emissão de notas fiscais, com a comercialização (na feira e em eventos, como a Semana do Fazendeiro, coffee-breaks e entregas para empresas na cidade de Viçosa). Já a negociação com fornecedores de matérias-primas era feita pelos três membros da família (pai, mãe e filha).

As atividades masculinas influenciavam as atividades femininas:

**Exemplo 11:** o pai e a mãe estavam discutindo. Assim que ele saiu, a mãe disse à filha: “Ó, seu pai tá querendo ir lá tirar a nota. Mas pra você ir lá, você não vai poder me ajudar na geleia. E eu tenho que fazer almoço. Aí ele fica bravo”, contou o motivo da discussão (observação 7). Nesse dia, o pai e a filha foram ao banco, na cidade, resolver os assuntos referentes à nota fiscal, e a mãe ficou sozinha, preparando as geleias (já que não era o horário de as funcionárias trabalharem). Como consequência, ela terminou a atividade mais tarde e demorou a iniciar o almoço.

Por outro lado, dentro das atividades femininas havia uma nova divisão: as ordens das mulheres da família determinavam as atividades das mulheres funcionárias; contudo, as ordens da mãe se sobrepunham às da filha:

**Exemplo 12:** Duas funcionárias e as filhas estavam na cozinha 1, preparando doces, e a mãe estava na cozinha 2, envolvida em outras atividades. “Será que aquele doce meu precisa mexer?”, perguntou a **funcionária B**, referindo-se ao doce que estava no fogo.

“Não. Daqui a pouco só... pode continuar aí!”, orientou a filha. Minutos depois, a filha chamou a mãe para medir o ponto do doce. Ela interrompeu sua atividade na outra cozinha e, assim que entrou, assumiu o tacho. “Esse doce hoje demorou demais, nossa senhora!”, disse a mãe.

**Exemplo 13:** a **funcionária A** perguntou se era para ela ajudar “nos cocos”, referindo-se às outras funcionárias que estavam descascando cocos que seriam utilizados na preparação da cocada. “Não, é pra ficar aqui organizando as vasilhas”, respondeu a filha. No mesmo instante, a mãe ordenou: “Vai lá embaixo e pega a panela porque eu tenho que desfiar o frango”. A filha comentou: “Aí, já tá atrapalhando o que eu falei”, disse rindo. A **funcionária A** seguiu as ordens dadas pela mãe.

**Exemplo 14:** Alguns doces eram comercializados em forma de compota. Após a sua preparação, eles eram colocados em potes de vidro. Esse processo, aparentemente simples, só era realizado pela mãe ou pelo pai. “Minha mãe não deixa a gente envazar doce. No pote até que não, mas no vidro... Só ela ou meu pai. Mas ele agora... (balança a cabeça em sinal negativo)”, disse a filha (observação 3). A mãe explicou que é preciso “muito cuidado” na hora de colocar o doce no pote, para evitar a entrada de ar e para garantir as condições higiênico-sanitárias do processo.

#### **4.3 Empreendimentos Artesanais Solidário: o caso da Associação de Artesãos de Viçosa (ADAV)**

De acordo com seu estatuto, a Associação de Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros da Região de Viçosa, MG (ADAPAC) é uma associação, pessoa jurídica, sem fins lucrativos de utilidade pública. Fundada há 20 anos, a associação tinha como sede e foro a cidade de Viçosa-MG, e como nome fantasia, Associação de Artesãos de Viçosa, MG (ADAV), sendo assim reconhecida pelos moradores da cidade.

Atualmente, no período de realização da pesquisa ela contava com 29 associados, entre 23 e 76 anos.

Ao se vincular ao grupo, cada artesão preenche uma ficha de cadastro, na qual deve informar, além dos dados pessoais, o tipo de produto com o qual trabalhará. Segundo o estatuto da associação, “não há limitação no ingresso de novos associados com o mesmo tipo de matéria-prima e de produtos artesanais já existentes na associação (...). O

associado, sempre que possível, deverá utilizar materiais recicláveis, biodegradáveis e não poluentes em sua produção” (ESTATUTO, 2013).

A organização tem como finalidade: apoiar a comercialização de produtos de seus associados; ajudar os artesãos na aquisição de matéria-prima e comercialização de seus produtos; incentivar o gosto pela profissão e motivar os artífices da associação a primarem pelo esmero da qualidade e excelência de seus produtos; dinamizar suas atividades a fim de atender aos interesses de todo o seu quadro social; estimular e preservar as técnicas tradicionais do artesanato; e fortalecer seus associados nos planos moral, técnico, financeiro e no convívio com a comunidade que representam (ESTATUTO, 2013) (Figuras 22 e 23).



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 22** – ADAVI na Praça da Matriz, aos sábados.



Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

**Figura 23** – ADAVI. Praça de alimentação.

#### **4.3.1 Organização e distribuição das atividades**

Os membros da associação se reúnem aos sábados, na Praça da Igreja Matriz, no centro de Viçosa. Cada artesão é responsável por sua produção. Não foi possível acompanhar as atividades de cada um deles, por isso as observações feitas se referiram apenas à parte de comercialização dos produtos. Eventualmente, são organizadas viagens para os associados comprarem matéria-prima com menor custo. Alguns deles ainda montam suas barracas nas quintas e sextas-feiras.

#### **4.3.2 Espaço público x espaço doméstico**

Em relação à associação, não foi possível aprofundar nas relações entre o trabalho artesanal e o doméstico, visto que foi feita uma análise do modo de organização dos artesãos enquanto grupo, e não dos artesãos individualmente. Entretanto, foi possível perceber, pelas observações da comercialização na feira livre e por meio de conversas com os associados, que a maioria deles realiza a maior parte da atividade em casa, onde podem conciliar a produção com o cuidado dos filhos e netos e com os cuidados da casa, além de terem controle sobre o melhor horário para produzir. Uma das artesãs comentou que não tinha horário certo para produzir. Geralmente, ela se dedicava à atividade de madrugada, antes que todos (da família) acordassem e ela tivesse que iniciar suas atividades domésticas, ou após as 23h, quando todos fossem dormir. Outra artesã afirmou que seus filhos se envolvem na atividade apenas no que se refere às questões burocráticas e de controle financeiro. Foi possível perceber a presença de parentes (filhos, marido, irmãs) nas barracas durante a comercialização aos sábados.

#### **4.4 Empresa artesanal: o caso de uma marcenaria em Viçosa, MG**

A marcenaria em questão possuía um contrato social que a caracterizava como microempresa (ME), sendo optante pela categoria Sociedade Empresária Limitada, regida pelo CC (Lei nº 10.406/2002), art. 1052 e seguintes, com início em 2008 e com prazo de duração indeterminado. O objetivo da empresa era a fabricação de móveis com predominância de madeira. Possuía Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ),

Inscrição Estadual em Minas Gerais, licença para localização e funcionamento emitida pela Prefeitura Municipal de Viçosa.

Ela era formada por dois sócios (aqui denominados **A** e **D**), registrados no contrato social da empresa como marceneiros, e dois funcionários, registrados como ajudantes de marcenaria (**B** e **C**). **A** e **D** trabalharam juntos em uma mesma marcenaria (**A** durante 9 anos e **D** durante 18 anos) como ajudantes, até que **D** resolveu montar uma oficina própria e convidou **A** para ser seu sócio. Quando questionado sobre o motivo dessa decisão, **A** disse apenas que “as coisas por lá estavam meio complicadas”.

Em 2007, **A** e **D** construíram o galpão onde estão instalados atualmente, em um terreno que pertencia ao pai de **D**. Quando questionado sobre o tempo de duração da empresa, **A** disse orgulhoso: “É... dizem que a maioria das empresas pequenas não duram muito, né? (risos).

Sobre o processo de legalização da empresa, **A** contou que, um ano após terem se mudado, eles registraram o negócio como microempresa. Segundo ele, não houve dificuldades, pois contrataram um contador, que resolveu todas as questões burocráticas. “Mas foi tranquilo. Dizem que é mais difícil fechar do que abrir (risos)”, disse ele.

#### **4.4.1 Organização e distribuição das atividades**

Por ser uma empresa com apenas quatro membros (entre sócios e funcionários) e uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), percebe-se uma quebra de rigidez em comparação com as indústrias de médio e grande porte, principalmente no que se refere ao ambiente de trabalho.

A distribuição da atividade entre os membros se dava da seguinte forma: os funcionários trabalhavam em duplas formadas por um sócio e um ajudante (geralmente **A** e **C**, **B** e **D**). Cada dupla era responsável pela execução de um pedido do início ao fim, ou seja, desde a negociação com o cliente até o momento da entrega e montagem da peça encomendada.

Quando uma encomenda era feita para um dos sócios (pelo telefone da empresa ou pelo celular pessoal de um deles), a pessoa que recebesse a encomenda ficava responsável por ela do início ao fim: ir à casa do cliente para fazer as medidas (quando preciso), providenciar as matérias-primas necessárias e participar de todo o processo de construção dos móveis (sempre em dupla), até o momento de entrega do móvel em domicílio. Havia um veículo próprio, utilizado para as entregas.



A oficina nunca ficava sozinha, pois, quando uma dupla precisava sair, fosse para realizar alguma entrega ou para comprar algum material, a outra (ou pelo menos um funcionário) ficava no galpão.

No ambiente de trabalho havia situações de cooperação e coordenação entre as atividades e os membros que as realizavam. A cooperação existe quando diferentes ações são dirigidas a um mesmo objetivo, podendo ser executadas conjunta ou separadamente, e sua finalização, espontânea ou imposta. Para que essas ações alcancem o resultado desejado, elas precisam ser colocadas em ordem, entre elas e em direção ao resultado (MAGGI, 2006). Na marcenaria, cada membro trabalhava em uma atividade específica, mas com um objetivo em comum: a finalização e a entrega da peça solicitada pelo cliente. Em alguns momentos, foi possível perceber que um funcionário parava sua atividade para ajudar o sócio, com o qual formava a dupla, com alguma outra atividade, principalmente quando se tratava de carregar algum material pesado ou arrastar um móvel para que outra atividade fosse realizada.

Os pedidos recebidos tinham origens diversas: arquitetos, órgãos públicos, pessoas físicas. Quando a negociação era feita por meio de arquitetos ou representantes de empresas e órgãos públicos, geralmente o pedido era acompanhado por um desenho técnico do móvel desejado e pela planta baixa do local onde o móvel seria instalado. Contudo, havia casos de clientes que, ao fazerem o pedido, tinham apenas uma ideia superficial ou apresentavam um desenho feito à mão por eles mesmos. Quando isso ocorria, o sócio responsável pelo pedido fazia o desenho do móvel, e ele mesmo tirava as medidas do local onde ele seria colocado. “Quando a pessoa não quer pagar, por exemplo, mil reais pro arquiteto, a gente faz com nossa experiência. A gente mesmo mede as portas, gavetas, e faz!” (A, Observação 01, 2012). Havia ainda casos em que o cliente deixava o catálogo de alguma loja de móveis com a foto do objeto que desejava encomendar.

#### **4.4.2 Espaço público x espaço doméstico**

A marcenaria se localizava em um galpão cujas paredes eram de tijolo sem reboco, e o chão, de cimento. Havia alguns equipamentos e materiais distribuídos no espaço, como: máquinas de corte, máquinas de lixar, cadeiras, mesas e peças de madeira. Havia apenas uma porta de entrada/saída. Na lateral esquerda havia dois cômodos “pequenos”: um onde funcionava o escritório e o outro onde funcionava o banheiro. Na lateral esquerda havia uma mesa improvisada com uma lâmina de madeira, onde ficava um galão

de água. Acima dela havia um armário de duas portas e algumas fitas e um relógio pendurados na parede. Acima das paredes havia vigas de ferro, onde ocorria a circulação do ar, ligando as paredes ao telhado (telha de amianto).

O fato de o local da produção não coincidir com o âmbito doméstico não significa que os dois espaços não se relacionavam. A ideia de separação entre trabalho doméstico e trabalho produtivo existe quando esses espaços não coincidem, e é reforçada quando o grupo assume caráter de empresa, já que se torna associado à imagem de uma organização mais “formalizada” e mais rígida.

#### **4.4.3 Divisão Social e Sexual do trabalho**

Mesmo sendo composta apenas por homens, nela foi possível perceber a invisibilidade do trabalho feminino. Três dos quatro membros moravam em bairros afastados em relação à oficina, não sendo possível cumprir o horário de almoço em casa sem prejudicar os horários de trabalho. O sócio **D**, que morava ao lado da oficina, almoçava em casa todos os dias. A sua filha era quem preparava o almoço. Quando não tinha aula na universidade, ela ficava em casa e preparava a comida “fresquinha”. Caso contrário, ela preparava o jantar, e a comida era esquentada no aparelho de micro-ondas no almoço do dia seguinte. Todos os outros membros levavam uma marmita e almoçavam na oficina. O sócio **A** disse que era a sua mulher quem preparava o jantar em casa, do qual ele separava o seu almoço e do funcionário **C**<sup>32</sup> do dia seguinte. “Ficar só com lanche não dá não”, disse ele. Portanto, a impressão de que o trabalho doméstico é desvinculado do ambiente produtivo é errônea, uma vez que ele oferece suporte para a manutenção biológica dos indivíduos envolvidos nas atividades produtivas.

#### **4.5 Algumas considerações**

Em todos os grupos houve relações (em diferentes níveis) entre o trabalho artesanal e o universo doméstico, seja pelo espaço em que a atividade dita produtiva era executada, seja pelo envolvimento dos membros familiares no grupo de trabalho, ou até mesmo pela aparente invisibilidade das atividades ditas de reprodução nos processos de produção.

---

<sup>32</sup> O funcionário **C** era cunhado do sócio **A** e morava na casa dele.

No grupo familiar, houve casos em que a atividade produtiva foi interrompida para que atividades domésticas fossem realizadas: a preparação do almoço, o atendimento de um telefonema a respeito da escola do filho, a necessidade de buscar a filha que voltava da escola. No grupo informal, as mulheres interrompiam suas atividades para fazer o lanche do grupo, para atender às necessidades de uma das crianças, para atender à demanda de algum vizinho, ou de acordo com a demanda das atividades domésticas e familiares (dar banho no filho, terminar de arrumar a casa, fazer “a janta”, etc.). Além disso, o horário de atividade do grupo era determinado justamente pelo calendário escolar de seus filhos, bem como pelos horários em que eles estariam na escola. Já na marcenaria, os homens não interrompiam suas atividades, uma vez que o café era levado até eles pela filha de um dos sócios e as suas comidas eram preparadas em casa pelas mulheres e/ou filhas. O fato de todas essas atividades serem realizadas por mulheres reforça a dupla jornada de trabalho da mulher: além de ter que desenvolver suas atividades fora de casa, ainda assim são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos, aos quais não são atribuídos valor social ou econômico, nem são reconhecidos como trabalho.

Tanto os membros da marcenaria quanto o grupo informal realizavam suas atividades em um local diferente do ambiente doméstico. Entretanto, no primeiro grupo as relações se tornam mais invisíveis que no segundo. Isso pode ser explicado pela composição dos dois grupos. Na marcenaria, composta apenas por homens, as atividades domésticas não apareciam porque não eram executadas por eles. Aparentemente não havia nenhuma divisão de tarefas definidas por questões de gênero, porém ela existia: as atividades de reprodução social (nesse caso, a alimentação dos trabalhadores) eram realizadas pelas mulheres das suas respectivas famílias, em seu ambiente doméstico. Já no grupo informal, as atividades domésticas e familiares se tornavam mais evidentes, pois eram as próprias mulheres que as executavam, interferindo diretamente na produção do grupo.

Questões relacionadas ao gênero também ficaram implícitas no comportamento dos trabalhadores da marcenaria: as conversas dos membros giravam em torno das notícias da rádio, geralmente sobre os problemas sociais, como a violência, o trânsito, o policiamento, próximos eventos da cidade, e também sobre futebol – ao contrário do grupo das mulheres do PIMC, que também escutavam a mesma rádio, mas cujas conversas giravam em torno de questões familiares. No caso das mulheres que se envolvem nas atividades produtivas, há também a questão que Hirata e Kegoat (2007) denominam “nova divisão sexual do trabalho”, que estaria relacionada à transferência das

atividades domésticas das mulheres (que saem para o mercado de trabalho) para outras mulheres (de classe mais baixa). Essa situação fica clara no grupo familiar: mãe e filha se envolviam na produção, sendo ambas responsáveis pelas outras funcionárias, e ainda contavam com outra mulher, responsável pela limpeza da casa.

É possível também fazer algumas comparações entre essas formas contemporâneas e os sistemas tradicionais do trabalho artesanal. Uma vez que a atividade não é mais realizada dentro do ambiente doméstico, cria-se a ideia de distanciamento do “artesanal”, pormenorizando essa atividade ao relacioná-la ao rústico e ao subdesenvolvimento. Essa ideia pode ser reforçada ainda pelos programas que incentivam o empreendedorismo, buscando transformar o artesão em um “indivíduo de negócios”, passando a ideia de que, ao “elevar” suas atividades ao nível empresarial, obterá maior reconhecimento profissional e de facilidades na comercialização. De fato, a formalização jurídica implica benefícios, sendo os mais citados pelos artesãos o acesso ao crédito e a maior credibilidade no mercado, principalmente pela emissão de nota fiscal e reconhecimento como pessoa jurídica. Entretanto, mesmo se caracterizando como empresas, e consequentemente se aproximando mais da organização capitalista, os grupos analisados não perdem sua vinculação com o doméstico.

Quanto mais próximo (espacialmente) do ambiente doméstico, mais próximas são as relações entre os membros e a flexibilidade nas relações de trabalho. Ao contrário, quanto mais afastados (espacialmente) do ambiente doméstico, maior a sensação de afastamento das obrigações domésticas. Ao se aproximarem da formação “empresarial”, aumenta-se a rigidez em termos de horários e de execução das tarefas prescritas, como também a facilidade de acesso a financiamentos, levando consequentemente à melhoria das condições de produção, que possibilitam a expansão da comercialização.

Por fim, à medida que a produção artesanal se aproxima do modo de produção fabril e da gestão empresarial, as características do produto artesanal se aproximam das formas de produtos industrializados, perdendo, progressivamente, suas características fundamentais, entre as quais se destacam a originalidade do produto e a identidade do artesão nele impressa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar as novas formas de organização do trabalho artesanal, examinando as inter-relações entre o trabalho artesanal e o universo doméstico, considerando o atual contexto econômico brasileiro, mais especificamente na cidade de Viçosa, MG.

Em termos de operacionalização da pesquisa, o uso da AET foi primordial para entender as questões propostas inicialmente. Apesar de o método ter sido desenvolvido especificamente para intervenções com vistas à transformação da realidade de trabalho focando os postos e as situações de trabalho, as técnicas sugeridas pela AET foram utilizadas e conseguiram atender aos objetivos no que se refere à compreensão da dinâmica de organização do trabalho artesanal, bem como à sua relação com a vida doméstica.

Por meio da identificação dos fatores gerais, foi possível levantar dados que posteriormente permitiram a compreensão dos modos de organização do trabalho artesanal em diferentes contextos (global e nacional, em períodos distintos da história) diante das transformações no mundo do trabalho, assim como a posição do governo e de instituições não governamentais frente aos desafios decorrentes dessas mudanças econômicas e sociais por meio da elaboração de políticas públicas e sociais e da execução de programas cujo foco era a atividade artesanal.

A pesquisa documental contribuiu para o levantamento das formas como os grupos se organizavam juridicamente (enquanto associação, empreendedor individual, microempresa ou de outros modos).

Já a partir das observações, foi possível analisar a atividade no momento em que ela aconteceu, proporcionando assim uma análise do trabalho no mundo real, tal como ele acontece, e não como deveria ser realizado. A partir das observações no “ambiente de trabalho”, foi possível perceber a ausência de rigidez, comum em locais com uma lógica de produção taylorista-fordista em relação aos processos de trabalho, bem como maior flexibilidade nas relações interpessoais. Por meio da análise das falas dos indivíduos durante a execução da atividade e das entrevistas em autoconfrontação, também foi possível fazer breves considerações sobre a inter-relação com o universo doméstico.

Quanto ao alcance dos objetivos propostos, acredita-se ter atendido a todos eles, apesar de algumas questões terem ficado em aberto, à espera de novas pesquisas.

O primeiro objetivo específico proposto foi “identificar como tem sido organizado o trabalho artesanal no atual cenário econômico brasileiro, mais especificamente no contexto da cidade de Viçosa, MG”.

A partir dos estudos bibliográficos, foi possível propor cinco classificações que levassem em consideração a contextualização do trabalho artesanal, bem como dos conceitos e classificações a ele relacionados, de forma a organizar um conjunto teórico que os situasse melhor nas discussões relativas aos aspectos sociais, de produção e de organização relacionados ao mundo do trabalho. Foi possível também estabelecer algumas considerações a respeito do modo como cada um desses grupos se organiza.

O segundo objetivo específico da pesquisa foi “analisar as políticas e os programas voltados (direta e/ou indiretamente) ao trabalho artesanal, em níveis nacional, estadual e municipal, examinando a aplicabilidade deles na cidade de Viçosa, MG”.

Foi possível perceber que, no atual cenário político e econômico em que predominam organizações cujas conformações produtivas são baseadas no capitalismo, os artesãos buscam a melhor forma possível de se organizarem, de acordo com as suas necessidades específicas. Portanto, eles podem estar envolvidos, simultaneamente, em mais de um programa e ser beneficiados por diferentes políticas.

Durante a realização desta pesquisa, algumas perguntas não foram respondidas devido ao curto período disponível para a sua realização, entre elas: Como essas instituições divulgam as suas propostas em nível nacional/estadual? Como essas informações chegam ao município? Como elas são repassadas aos artesãos? Existe algum tipo de assistência aos artesãos? De que tipo? Sugere-se, portanto, que novas pesquisas sejam feitas juntamente às instituições apresentadas (e a outras mais que se propuserem), em busca de analisar como se dá o acesso dos artesãos, urbanos e rurais, às políticas existentes, considerando a diversidade sociocultural do perfil dos artesãos, suas distintas realidades e modos de viver e, conseqüentemente, os diferentes tipos de acesso a essas informações.

O terceiro e último objetivo específico desta pesquisa foi “analisar as conexões do trabalho artesanal com a vida doméstica, comparando aspectos de produção e reprodução social entre as formas de organização identificadas”. Por meio das observações, foi possível identificar os espaços (doméstico ou não) utilizados durante a produção e aspectos referentes à divisão social e sexual do trabalho, como: a hierarquia entre os membros do mesmo grupo, o reforço das atividades naturalizadas femininas (como a

preparação dos alimentos, o cuidado com os filhos, a higienização e limpeza do lar) e o modo como as mulheres as conciliavam com as atividades de produção.

Ao longo da pesquisa, foi possível contextualizar as transformações nos modos de organização do trabalho artesanal desde a Europa medieval até o Brasil contemporâneo. A análise dos sentidos que o trabalho artesanal assume em cada sociedade, entretanto, deve levar em consideração os múltiplos olhares acerca das concepções e abordagens sobre o trabalho artesanal.

A construção social do conceito de artesanato no Brasil carregou um fardo de preconceito, de atividade menor e, desde então, de pouco valor social, o que repercutiu nos dias atuais tanto no valor econômico dos produtos originários desta forma de produção quanto no lugar social ao qual os sujeitos envolvidos são destinados. Isso ocorreu devido à associação do “artesanato” à imagem do “feito à mão” e do “não industrializado”, agravada pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado, que privilegiava o industrial e o urbano, em detrimento do feito à mão e do rural – símbolos de atraso e subdesenvolvimento.

Somente a partir da crise estrutural do capital é que se começou a considerar outras possibilidades de geração de emprego e renda para a população à margem desse dito processo de desenvolvimento. Consequentemente, as outras formas de organização do trabalho passaram a fazer parte das temáticas importantes de serem discutidas, como possibilidade concreta de inclusão de uma grande parte da população brasileira posta à margem do processo.

Nesse contexto, os olhares se voltaram para o trabalho artesanal, que passou a ser estimado pelo seu forte potencial gerador de emprego e renda. Esse movimento mercadológico tem aproximado, cada vez mais, o trabalho artesanal dos métodos industriais no que se refere tanto ao modo de produção quanto ao modo de gestão. Assim, o termo “artesanal” tem soado mais como estratégia de venda do que como atribuição ao modelo produtivo.

É necessário, portanto, atentar para os múltiplos olhares sobre a caracterização do trabalho artesanal: do ponto de vista produtivo, o “trabalho artesanal” relaciona-se ao domínio do artesão sobre todas as partes do processo de produção. Essa caracterização não deve ser confundida com “processos artesanais” utilizados como métodos alternativos àqueles largamente utilizados pela indústria atual, como, por exemplo, o processo de produção de cerveja artesanal, que trata do emprego de técnicas mais “rudimentares” do que a produção industrial. Do ponto de vista cultural, “artesanal”

refere-se aos produtos resultantes de práticas e de matérias-primas valorizadas pela cultura de um dado contexto (não necessariamente considerando o processo produtivo). Há também o ponto de vista das técnicas e instrumentos utilizados para a realização da atividade. Nessa abordagem, “trabalho artesanal” está relacionado ao trabalho manual, que, por sua vez, associa atividades “naturalizadas” femininas, como bordados, rendas, pinturas, entre outras.

Essa multiplicidade de abordagens e conceitos gera confusões na concepção de políticas públicas voltadas ao trabalho artesanal e na (des)valorização do artesanato como subproduto de um ambiente “invisível”, como é o doméstico.

As políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda apresentam limitações decorrentes da compreensão teórica do que é, de fato, trabalho artesanal. Grande parte dos programas de incentivo a essa atividade apresenta diretrizes baseadas na formalização e qualificação empresarial dos artesãos, contraditoriamente desconsiderando a sua originalidade e a sua criatividade, aproximando-os mais do modelo de produção e concepção de produtos industriais do que do modelo tradicional de trabalho artesanal ligado aos ofícios.

Por outro lado, as iniciativas que não propõem o enquadramento formal e empreendedor do artesão propagam a ideia do artesanato solidário como alternativa de geração de trabalho e renda. Contudo, o que se percebe na prática é a reprodução do artesanato de baixo valor comercial, ligado ao mundo feminino e sem condições de competir no mercado (consequentemente, apresentando baixo poder de empregabilidade e de geração de renda). Nessa perspectiva, afastada das noções de “empreendedorismo” e de gestão, limita-se o potencial econômico do trabalho artesanal, tornando-o mais uma atividade laborativa ocupacional do que, de fato, geradora de trabalho e renda.

As políticas vigentes, longe de entender a tênue linha entre as concepções de trabalho artesanal, não conseguem adaptar suas diretrizes às diferentes realidades vivenciadas pelos artesãos brasileiros na atualidade. Portanto, o desafio dos elaboradores de políticas públicas consiste em encontrar percepções que possibilitem a criação de estratégias capazes de interferir na produção de modo a tornar os produtos artesanais mais competitivos no mercado, sem deixar que percam o seu valor advindo, principalmente, das características inerentes ao artesão.

A realização desta pesquisa foi importante devido ao seu aspecto social, de compreensão das novas dinâmicas de organização da atividade artesanal e da sua efetivação na prática, bem como do aprofundamento das questões teóricas relativas à



dualidade apresentada na literatura entre “universo da produção” e “universo doméstico”, ambos responsáveis por aspectos de reprodução social. Os resultados poderão ser instrumentos para análise das políticas que vêm sendo desenvolvidas pelo governo brasileiro e suas repercussões em uma sociedade que passa por profundas transformações.

A partir da reflexão promovida por este trabalho, novos questionamentos foram levantados, apontando para a possibilidade de futuras investigações: Como tem acontecido o processo de aprendizagem das atividades artesanais? Ainda são repassadas de geração para geração? Os artesãos, mesmo dominando as técnicas, buscam a especialização da sua atividade? Em caso afirmativo, quais seriam os motivos? Existe a preocupação com o saber envolvido na atividade? Diante das exigências do atual mercado consumidor, é possível produzir peças personalizadas e, ao mesmo tempo, se manter diante da concorrência industrial? Até que ponto a utilização de equipamentos mecanizados descaracterizaria o trabalho artesanal?

Sugere-se que, nos próximos estudos, mantenha-se a perspectiva focada no mundo do trabalho e no mundo cotidiano, simultaneamente, possibilitando a análise do trabalho artesanal no mundo real, no mundo onde a vida acontece, onde os artesãos estão realmente inseridos, e não em um mundo de ideias, onde projetos são elaborados de acordo com pressupostos teóricos e suposições.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Fundamentos históricos da separação entre trabalho de homem e trabalho de mulher: algumas notas. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 41, p. 174-187, mar. 2011.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Ra'e Ga-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 13, 2007.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. **Cidades médias brasileiras**, Rio de Janeiro: IPEA, p. 1-34, 2001.

ANDRADE, Thompson Almeida; SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva; SERRA, Rodrigo Valente. **Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2258/1/TD\\_747.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2258/1/TD_747.pdf)>

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 16, n. 1/2, p. 19-42, 1999. Disponível em: <[http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/view/362/pdf\\_339](http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/view/362/pdf_339)>.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANTUNES, Ricardo L. C. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Revista Educação, Saúde e Trabalho**, v. 11, n. 1 p. 53-61, 2003.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARTESOL, Artesanato Solidário. **Quem somos**. Disponível em: <URL: [www.artesol.org.br](http://www.artesol.org.br)>. Acesso em: nov. 2012.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez. São Luís, MA: FAPEMA, 2008. p. 61-22.

BARBOSA, Eva Eunice Lopes. **Programa de Integração Mãe-Criança – PIMC, 2013**. 2013.

BARRETO, Carolina Marielli; COUTINHO, Rejane G. **Ensino de arte e educação profissional feminina:** um estudo de caso sobre a Escola Profissional Feminina de São Paulo. In: II ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE IFCH-UNICAMP. Campinas, SP, 2006. p.1-7.

BATELLA, Wagner B.; DINIZ, Alexandre MA. Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 6, n. 2, p. 367-374, 2006.

BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 16, 2005.

BIFANO, Amélia Carla Sobrinho et al. **Maneiras de ser e fazer**: Valorização dos saberes e sabores em Viçosa – MG. Projeto de Pesquisa em andamento. DED, UFV. 2010.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 110, p. 67-104, 2000.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras. **Desafios da equidade**, p. 157-196, 2001.

CENTRO CAPE **Nossa história**. 2013. Disponível em: <URL: <http://www.centrocape.org.br/institucional/historia.htm>>. Acesso em: fev. 2013.

COSTA, Eduarda Marques da. Cidades médias: contributos para a sua definição. **Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia**, v. 37, n. 74, p. 101-128, 2002.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Org.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto. 2003. p. 45-72.

EMATER. **Políticas e diretrizes técnicas da Emater-MG**. Belo Horizonte, MG: EMATER, 2011.

ESTATUTO da Associação de Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros da Região de Viçosa, MG. 2013.

FERREIRA, Mario César. **O sujeito forja o ambiente, o ambiente “forja” o sujeito**: inter-relação indivíduo-ambiente em ergonomia da atividade. Texto de apoio pedagógico. Laboratório de Ergonomia, Universidade de Brasília, 2002.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas**: especialização e lazeres. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRISCI, Carmem Ligia Iochins; BESSI, Vânia Gisele. Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 160-200, jul./dez. 2004.

GUÉRIN, F.; LAVILLE, A.; DANIELLOU, F.; DURAFFOURG, J. KERGUELEN, A. **Compreender o trabalho para transformá-lo:** a prática da ergonomia. São Paulo: Blucher: Fundação Vanzolini, 2001.

GUIMARÃES, Cléa Venina Ruas M. Guimarães; LINHARES, Cristina Maria; BONETTI, Márcia Campanharo Zanetti; LIMA, Marciana de Souza; SOARES, Marinalva Olívia Martins; SOUZA, Raphaela Pinheiro de; KALIL, Thaís dos Angelus Q. Brumano. **Pesquisa de Diagnóstico do Artesanato da Agricultura Familiar em Minas Gerais.** Minas Gerais: EMATER, 2011.

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria, HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas:** teorias, conceitos e estudos de caso Salvador: SEI, 2010. p. 45-58. (Série estudos e pesquisas, 87).

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia Informal Urbana.** Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades.** 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: set. 2014.

IPEA/MDIC. **Distribuição Espacial da Atividade Artesanal segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais Munic/2009 do IBGE.** Brasília, fevereiro de 2012. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>>. Acesso em: set. 2014.

JOIA, Luiz Antônio. Geração de modelos teóricos a partir de estudos de casos múltiplos: da teoria à prática. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes Org.). **Pesquisa qualitativa em administração.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KRAWULSKI, E. **Construção da identidade profissional do psicólogo:** vivendo as metamorfoses do caminho no exercício cotidiano do trabalho. 2004. 206 f. Tese (Doutorado em Ergonomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LAGO, Mara Coelho de Souza; SOUZA, Carolina Duarte de; KASZUBOWSKI, Erikson; SOARES, Marina Silveira. Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família. **Paidea**, v. 19, n. 44, p. 357-366, 2009.

LAVE, Jean. **Cognition in practice:** mind, mathematics and culture in everyday life. New York: Cambridge University Press, 1988.

LEITE, Marcia de Paula. ARAÚJO, Angelo Carneiro; LIMA, JACOB; HOLZMANN, Lorena. **A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero.** Projeto de Pesquisa, 2007. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/gptrabalho/node/4>>. Acesso em: fev. 2014.

OBARA, Sônia Satomi; LIMA FILHO, Domingos. Leite. Reestruturação produtiva e organização do processo de trabalho: produção do consenso e subordinação na indústria

de transformados plásticos. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte: FaE/UFMG, v. 19, p. 9-22, 2010.

LIMA, Francisco. Parte II – Fundamentos teóricos da metodologia da análise ergonômica do trabalho. In: LIMA, Francisco (Org.). **Fundamentos teóricos da metodologia de análise ergonômica do trabalho**, 1998.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria, HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso** Salvador: SEI, 2010. p. 15-41. (Série estudos e pesquisas, 87).

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. A arte das corporações de ofícios: as irmandades eo trabalho no rio de janeiro colonial. **Clio-Revista de Pesquisa Histórica**, n. 30.1, 2012.

MASCÊNE, Durcelice Cândida; FERMANN, Edson; Barroso Neto; SANTOS, Maria Angélica Monteiro dos; NADDÊO, Maria Dorotéa de Aguiar Barros; SALAMONI, Patrícia; LAGES, Vinícius Nobre; NEMER, Wanessa. **Programa Sebrae de Artesanato. Termo de Referência**. Brasília: SEBRAE. 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: out. 2012.

MASCÊNE, Durcelice Cândida; TEDESCHI, Maurício. **Programa Sebrae de Artesanato. Termo de Referência**. Brasília: SEBRAE. 2010. 64 p. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em 2013.

MATSUO, Myrian. **Desemprego e trabalho informal: desigualdades sociais**. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11. Diversidades e (des)igualdades. Salvador, 7 a 10 de agosto de 2011. Disponível em: <[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306355817\\_arquivo\\_trabalhocompletoconlabmaio2011.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306355817_arquivo_trabalhocompletoconlabmaio2011.pdf)>. Acesso em: fev. 2012.

MDIC. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Exposição do Artesanato Brasileiro segue para o Pátio Brasil**, 2002. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=2&noticia=4358>>. Acesso em: set. 2013.

MDIC. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Competência**, 2012. Disponível em: <[www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br)>. Acesso em: jul. 2012.

MENDES, Mariuze Dunajski. **A fragmentária história da fábrica de móveis Martinho Schulz: tradição e modernidade na produção artesanal com fibras de Curitiba**. 2005. 210 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MORIN, Estelle M. **Os sentidos do trabalho**. Revista de Administração de Empresas. Jul./Set. 2001 São Paulo, v. 41, n. 3, p. 8-19.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. História, trabalho e educação: relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canavieira. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, número especial, p. 273-282, ago. 2010.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p. 111-179, out. 2003.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

PAB. PROGRAMA DE ARTESANATO BRASILEIRO. **Base conceitual do artesanato brasileiro**. Brasília: PAB, 2012. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1347644592.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf)>. Acesso em: out. 2013.

PEREIRA, Fabiano Maia; LEMOS, Mauro Borges. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 33, n. 1, p. 127-165, 2003.

PERISTA, Heloísa. Gênero e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. **Análise Social**, v. 37, n. 163, p. 447-474, 2002.

POCHMANN, Marcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008. p. 23-40.

RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas de geração de emprego e renda**: justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO, Roberto Name. **Causas, efeitos e comportamento da economia informal no Brasil**. 2000. 53 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília. Departamento de Economia, Brasília, 2000.

RIVERO, Patrícia Silveira. **Trabalho**: opção ou necessidade? Um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

RORIZ, Priscilla Carvalho de Oliveira. **O trabalho do artesanato e suas interfaces culturais-econômicas**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SANTONI RUGIU, Antônio. **Nostalgia do mestre artesão**. Tradução de Maria de Lourdes de Menon. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção memória da educação).

SANTOS, Thiago de Sousa. O artesanato como elemento impulsionador no desenvolvimento local em municípios brasileiros. In: CONGRESSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFLA, 19., Lavras, MG. **Anais...** Lavras, MG: APG, 2010.

SASAKI, Maria Amélia. **Trabalho informal: escolha ou escassez de empregos?** Estudo sobre o perfil dos trabalhadores por conta própria. 2009. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. I, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf)>. Acesso em: out. 2012.

SAVIANI, Dermeval. Educação e trabalho artesanal. In: SANTONI RUGIU, Antônio (Org.). **Nostalgia do mestre artesão**. Tradução de Maria de Lourdes de Menon. – Campinas, SP: Autores Associados, 1998. p. 1-10. (Coleção memória da educação).

SCHNEIDER, Eduardo Miguel; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; GARCIA, Lúcia dos Santos. Políticas de emprego e renda em cidades médias e aglomerados não metropolitanos: os casos do aglomerado URBANO Sul (RS) e de Caruaru e entorno (PE) em 2006. **Boletim Mercado de Trabalho. Conjuntura e Análise**, n. 43, maio 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/04\\_NT\\_Schneider.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/04_NT_Schneider.pdf)>. Acesso em: jan. 2014.

SEBRAE. **Entenda as diferenças entre associações e cooperativas**. 2009. Disponível em: <<http://artesanatosebrae.blogspot.com.br/2009/07/entenda-as-diferencas-entre-associacoes.html>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SENNET, Richard. **O artífice**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record. 2009.

SETUR-MG. SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Circuitos turísticos**. 2013. Disponível em: <URL: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>>. Acesso em: fev. 2013.

SILVA, Andreia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões sobre o vestuário e o trabalho femininos na Europa Ocidental, nos séculos XII e XIII. In: LESSA, Fabio de Souza; SILVA, Andreia Cristina Lopes Frazão da (Org.). **História e trabalho: entre artes e ofícios**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 97-110.

SILVA, Ananias Ribeiro da; CARMO, Maria Inês do; CRUZ, Tancredo Almada (Coord.). **Retrato social de Viçosa III**. Viçosa, MG: Census, 2010. p. 6-18.

SILVA, Ananias Ribeiro da; CARMO, Maria Inês do; ALVARENGA, Sônia Coelho de; CRUZ, Tancredo Almada (Coord.). **Perfil empresarial de Viçosa II**. Viçosa, MG: Census, 2011.

SINGER, Paul. Justificativa. In: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Edital de Chamada Pública SENAES/TEM nº 002/2012**. Apoio ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário por Meio do Reconhecimento de Práticas de Comércio Justo e Solidário. Acesso em: setembro 2012. Disponível em: <URL: <http://portal.mte.gov.br/>>.

SOUZA, André Ricardo de. Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DKUZAKU, Regina Yoneko (Org.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 27-44.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009. v. 1.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 35-77, 2001.

THEODORO, Mário. **As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil**. Texto para discussão nº 762. IPEA. Brasília, setembro de 2000. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2330/1/TD\\_762.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2330/1/TD_762.pdf)>. Acesso em: maio 2012.

TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma ‘outra economia’. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy (Org.). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida, SP: Ideias & Letras. 2004. p. 19-32.

TRINDADE, Gestine Cássia; NOSELLA, Paolo. Profissões em vias de desaparecimento: a identidade dos trabalhadores de ofício frente à ofensiva do capital. **Trabalho & Educação**, v. 19, n. 1, p. 87-98, 2010.

TUPYNAMBÁ, Yara. **Artesanato Brasileiro**. Material de divulgação do artesanato brasileiro promovido pelo Instituto Yara Tupynambá e Centro de Artesanato Mineiro e patrocinado pelo Governo de Minas, 2013.

VIEIRA FILHO, Nelson Antônio Quadros; DUARTE, Gabriela; SOUZA, Talita Rezende de. Os impactos do turismo sobre a arte e o artesanato em Tiradentes, Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., Caxias do Sul, RS, 2006. **Anais...** Caxias do Sul, RS, p. 1-15.